



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PPGL)
MESTRADO

ELISA DAMANTE ÂNGELO E SILVA

**GONZAGA RODRIGUES E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA E
SOCIAL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

JOÃO PESSOA/PB

2022

ELISA DAMANTE ÂNGELO E SILVA

**GONZAGA RODRIGUES E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA E
SOCIAL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestra em Letras.

Área de Concentração: Literatura, Cultura e Tradução.

Linha de Pesquisa: Estudos Semióticos

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria do Socorro Silva de Aragão

JOÃO PESSOA/PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586g Silva, Elisa Damante Angelo e.

Gonzaga Rodrigues e a preservação da memória
histórica e social da cidade de João Pessoa / Elisa
Damante Angelo e Silva. - João Pessoa, 2022.

110 f. : il.

Orientação: Maria do Socorro Silva de Aragão.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Crônicas - Paraíba. 2. Gonzaga Rodrigues. 3.
Literatura paraibana. 4. Autores paraibanos. I. Aragão,
Maria do Socorro Silva de. II. Título.

UFPB/BC

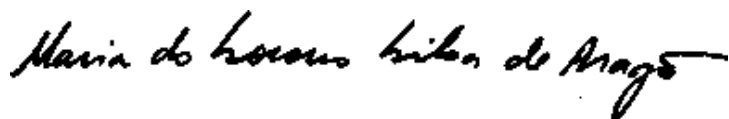
CDU 82-94(813.3)(043)

ELISA DAMANTE ÂNGELO E SILVA

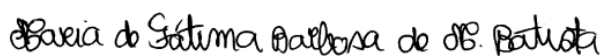
GONZAGA RODRIGUES E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA E SOCIAL
DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Paraíba como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Letras, na linha de pesquisa em Estudos Semióticos.

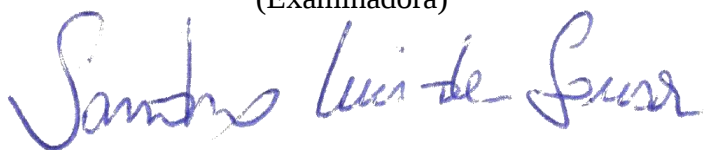
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Maria do Socorro Silva de Aragão
Universidade Federal da Paraíba
(Orientadora)



Profª Drª Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista
Universidade Federal da Paraíba
(Examinadora)



Prof. Dr. Sandro Luis de Sousa
Instituto Federal do Rio Grande do Norte
(Examinador)

DEDICATÓRIA

À José Napoleão Ângelo da Silva e Camila Maria
Damante Ângelo, pelo dom da vida e pela estrada
repleta de amor.

AGRADECIMENTOS

Realizar uma pós-graduação fora da sua área, durante um período de pandemia, de maneira remota, acompanhando diariamente o número de mortes crescendo e precisando se isolar de quem a gente ama foi uma das tarefas mais difíceis que já cumpri ao longo dos meus 27 anos de idade.

Durante esse período, me provei diversas vezes. Como ser humano, como mulher, como aluna, como filha. Engolir as crises de ansiedade e a insegurança e se levantar, todos os dias, para sentar e escrever enquanto o mundo inteiro parecia desabar foi um processo doloroso, mas também fortificante. Percebi, ao longo desses dois anos (de pandemia e mestrado), que sou capaz de muito, por isso, decidi agradecer, primeiramente, a mim mesma, por ter suportado tanto, sem desanimar.

Presenciar o pior momento da humanidade dentro de casa foi um processo traumático, mas ter tido saúde durante esse processo foi o maior presente que poderia receber. Agradeço imensamente a Deus por ter protegido não só a mim, como também a minha família inteira, nos dando saúde para driblar o coronavírus.

Agradeço a minha orientadora, a professora Socorro Aragão, por ter sido um grande suporte ao longo de todo o processo e, mesmo nos momentos mais difíceis de sua vida pessoal, ter mantido aberta a nossa via de comunicação e ter sido sempre tão atenciosa comigo. Agradeço por ter me encorajado, a cada e-mail, com um “vá em frente, garota”. Essas palavras revigoravam sempre as minhas forças para continuar na produção da dissertação. Sem ela, certamente eu não teria chegado até aqui. Agradeço também a professora Fátima Barbosa, professora Janaína Peixoto e professor Sandro Sousa, membros da banca de qualificação que me auxiliaram com apontamentos riquíssimos que contribuíram muito com o trabalho.

Agradeço aos meus pais, José Napoleão e Camila Maria, por absolutamente tudo. Pela vida, pelo sustento, pela educação, pelas broncas, pelo encorajamento, pelo apoio e, principalmente, pelo amor. Vocês são a minha vida, e agradeço novamente a Deus e a Nossa Senhora por tê-los protegido durante essa tormenta.

Agradeço ao meu irmão, José Vicente, por demonstrar tanto interesse na minha pesquisa, por sempre me atender prontamente nas necessidades com a ABNT e por, diariamente, me direcionar palavras de coragem. Mesmo com toda a distância geográfica, você é o meu grande amor. Agradeço também a minha cunhada Rose, por sempre ter me encorajado, e aos meus sobrinhos, Maria e João, por serem luz, paz e humor em nossas vidas.

Agradeço ao meu noivo Matheus Johan, por ser o meu suporte. Por escutar, pacientemente, todas as minhas angústias e reclamações e nunca, nem por um segundo, ter duvidado da minha capacidade, me encorajado sempre, e por ter me dado tanto amor. Você foi peça fundamental durante esse processo. Aproveito para demonstrar minha imensa gratidão ao nosso filho de quatro patas, nosso cachorrinho Sonny, por me amar.

Agradeço também aos meus colegas de graduação, em especial a Thiago Alcântara, Keisy Raquel, Luiz Felipe Prides e, por último, e mais importante, a Ana Karoline Gomes. Vocês foram essenciais desde o meu ingresso no mestrado até a saída dele. Obrigada por terem aguentado as pontas, eu não teria conseguido sem vocês.

Por fim, agradeço a Luiz Gonzaga Rodrigues, por ter sido a chave para a minha inspiração, por toda a sua obra vasta e rica, e por ter sido solícito e amigável ao longo do processo de escrita do trabalho. Foi gratificante passar esse tempo com as suas palavras.

“Sendo o objeto da literatura a própria condição humana, aquele que lê e a compreende se tornará não um especialista em análise literária, mas um conhecedor do ser humano”.

(TODOROV, 2009, p. 93)

RESUMO

Dentro dos cadernos de cultura, de política ou de opinião das folhas dos jornais impressos que ainda resistem às novidades e imediatismos do mundo digital, a crônica na Paraíba ainda é forte. Gonzaga Rodrigues, adotado por João Pessoa, mas cidadão de Alagoa Nova, produz crônicas, em sua maioria, sobre a capital da Paraíba. Observa-se que parte de suas crônicas retratam o cotidiano e as peculiaridades da cidade, e através delas é possível identificar memórias, críticas e observações tanto do povo, quanto de sua cultura e os espaços físicos da cidade. Através do lirismo e da construção pessoal do autor, as crônicas vão desenhando a imagem da cidade. Por meio das obras literárias, em especial, a crônica, é possível também entender a História, uma vez que os produtos literários estão inseridos em um contexto histórico. O leque de pesquisas voltadas para o ramo da crônica na academia, por sua vez, tem uma predisposição à utilização de autores mais consagrados no mercado, deixando de lado, de maneira geral, de enaltecer as produções locais. A consequência disso é a escassez de produtos voltados para o que é produzido na terra. Por esses motivos, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar o aspecto documental das crônicas de Gonzaga Rodrigues sobre a cidade de João Pessoa, investigando, através dos textos presentes no livro *Notas do meu lugar* (1978), a construção da memória histórica e coletiva e do imaginário da capital, utilizando para essa elaboração, uma análise comparativa com textos de outros gêneros, como artigos e notícias da época, que tratam sobre as evoluções e mudanças na cidade de João Pessoa, na tentativa de contextualizar e situar as crônicas no tempo e no espaço. Para isso, faz-se necessário também pesquisar a crônica enquanto gênero híbrido, perpassando o jornalismo, a literatura e a história; analisando também obra do autor dentro dos contextos históricos. No que diz respeito ao gênero crônica, a pesquisa será guiada pelo olhar de autores como Melo (1985), Pereira (1994), Galvani (2008), Sá (1985) e Bender e Laurito (1993).

Palavras-chave: crônica; crônica paraibana; Gonzaga Rodrigues; João Pessoa

ABSTRACT

Inside culture, politics or opinion section of the newspapers that still resist the brand-new and immediacy of digital world, the Paraíba's chronicles are solid. Gonzaga Rodrigues, raised in Joao Pessoa, but Alagoa Nova born, mostly makes chronicle about the capital of Paraíba. It is observed that part of his chronicles shows the city's every day and peculiarities, and through then it is possible to identify memories, critics and notes not only about the people, but also about their culture and the town's physical spaces. Besides that, the city's picture is drawn by his literary technique and the author's identity. Over his literary work, in special the chronicle, it is possible to understand History, once the literature products are within a historical context. On the other hand, the variety of research concerning chronicle field in Academy has selected successful and mainstream authors, in general, over local productions. Thus, the current article aims to analyze the documental character of the chronicles Gonzaga Rodrigues about the city of João Pessoa, investigating, through the texts present in the book 'Notas do meu lugar' (1978), which have been building the collective and historical memories and the capital imaginary, using for elaboration, a comparative analysis of other texts that deal with the evolution and changes in the city of João Pessoa, in an attempt to contextualize and situate the chronicles in time and space. For this, it is also essential research chronicle whilst a hybrid genre, going through journalism, literature and history; and analyze author's work into the historical context. Regarding chronicle as genre, the inquiry will be built by the inspection of authors such as Melo (1985), Pereira (1994), Galvani (2008), Sá (1985) and Bender and Laurito (1993).

Keywords: chronic; the chronicles written in Paraíba; Gonzaga Rodrigues; João Pessoa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem da primeira ambulância utilizada pelo Padre Zé.....	89
Figura 2 - Caminhão utilizado para doação de alimentos do Hospital Padre Zé.....	89
Figura 3 - Imagens da sala Augusto dos Anjos na Academia Paraibana de Letras.....	94
Figura 4 - Encontro na Academia Paraibana de Letras.....	99

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	14
2	METODOLOGIA.....	18
2.1	Caracterizando a abordagem da pesquisa	18
2.2	Seleção do <i>Corpus</i>	20
2.3	Percurso teórico-metodológico da pesquisa	21
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – O Trajeto da Crônica.....	23
3.1	Cronos – O Deus do tempo	23
3.2	A crônica: uma pluralidade de significados.....	24
3.3	A crônica e o fim da Idade Média.....	26
3.4	A vida útil do gênero	29
3.5	A imprensa e o jornal brasileiro.....	30
3.6	Crônica: jornalismo e literatura.....	34
3.7	Crônica: história e memória.....	37
4	ANÁLISE DAS CRÔNICAS: GONZAGA RODRIGUES, PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA	42
4.1	A cidade de Gonzaga Rodrigues.....	42
4.2	Um Gênio	45
4.3	A grande lição	51
4.4	Preservar	56
4.5	Cheiro de Acarajé	61
4.6	A avenida.....	66
5	ENTREVISTA	72
5.1	Uma tarde chuvosa	72
5.2	Luiz Gonzaga Rodrigues	74
5.3	Notas do seu lugar.....	79
5.4	O gênero menor.....	82
5.5	As crônicas	86
5.5.1	Sobre <i>Um gênio</i>	86
5.5.2	Sobre <i>A grande lição</i>	88
5.5.3	Sobre <i>Preservar</i>	91
5.5.4	Sobre <i>Cheiro de Acarajé</i>	94
5.5.5	Sobre <i>A Avenida</i>	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS.....	103

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	108
ANEXO 1 – Parecer consubstanciado do CEP	111

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O interesse para a realização do presente trabalho surge ainda entre os anos de 2013 e 2017, enquanto estive matriculada no curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, onde concluí meus estudos na área e tive os meus primeiros contatos de maneira mais aprofundada com o gênero crônica.

Durante os meus estudos na área da comunicação, debruicei-me sobre a pesquisa e o entendimento da crônica enquanto um gênero híbrido: jornalístico e literário. Ainda nessa época, conheci a obra de Gonzaga Rodrigues, paraibano de Alagoa Nova radicado em João Pessoa, colaborador em diversos jornais impressos, membro da Academia Paraibana de Letras.

Em minha segunda graduação, em Letras, que ainda está em curso, tive a oportunidade de ser selecionada para fazer parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/UFPB), onde pude acompanhar o cotidiano e os assuntos ministrados para alunos do ensino médio. Observando as aulas de literatura que contavam com a seleção de crônicas feitas pelo professor responsável pela turma, pude perceber, além de uma participação mais ativa dos alunos em comparação às demais aulas, uma riqueza de detalhes e aspectos importantes dentro desses textos, que poderiam ser utilizados como focos de análise em um projeto maior. Foi a partir dessa experiência que tive a certeza da dimensão da crônica.

Ao nos dedicarmos ao estudo dos textos de Gonzaga Rodrigues, percebemos a grande colaboração que o autor dá para a rememoração de aspectos turísticos, arquitetônicos, políticos e até de figuras locais da história da cidade de João Pessoa. Uma mistura de registro jornalístico-histórico com grandes doses de poeticidade, lirismo, nostalgia e sensibilidade. Tudo isso construído com a leveza típica do gênero, que apresenta um ar de descompromisso, com uma linguagem simples, aproximando-se ainda mais do cotidiano que o autor representa em seus textos.

Nesse sentido, é possível inferir que a presente pesquisa auxilia no entendimento de aspectos referentes à construção, funcionamento e evolução da cidade de João Pessoa, tudo feito através de um gênero textual curto e, muitas vezes, subestimado.

O leque de pesquisas voltadas para o ramo da crônica na academia é pouco explorado, tanto na área do Jornalismo quanto na área da Literatura. Além disso, os trabalhos existentes debruçam-se sobre as obras de autores já consagrados, deixando de lado, de uma maneira geral, de enaltecer as produções da terra. No campo da crônica, Lima Barreto, João do Rio, Rubem Braga, Nelson Rodrigues, Clarice Lispector são alguns dos nomes explorados nos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, atualmente.

A presente pesquisa contribui para a expansão do conhecimento na seara da crônica a respeito da cidade de João Pessoa e torna públicas suas descobertas para toda a sociedade, possibilitando assim, que a comunidade acadêmica possa avaliar, estudar e, principalmente, discutir as descobertas proporcionadas pelo estudo. O trabalho contribui para que haja uma provocação intelectual, e esse impulso deve ser destinado a estimular o debate em torno da questão, ajudando a fomentar a ideia de que a crônica pode ser estudada em diversas áreas do conhecimento, apresentando todos os seus níveis de profundidade.

Ao longo dos anos, a preservação da memória histórica e coletiva da cidade de João Pessoa, seja ela no campo imaterial ou na própria arquitetura, não é tida como uma grande preocupação pelas entidades responsáveis. Como exemplo disso, podemos citar a reportagem transmitida pelo JPB 1 - jornal do meio-dia transmitido pela filiada da Globo na Paraíba, casos de abandono, por parte do Governo do Estado, de importantes construções históricas da cidade. A matéria foi transmitida no dia 4 de setembro de 2017 e aponta que, na época, João Pessoa possuía “80 imóveis tombados totalmente abandonados, com risco de desmoronamento”. (JPB1, 2017)

O descaso com o patrimônio histórico é facilmente perceptível ao circular pelas ruas do centro da cidade, observando os antigos casarões deteriorados, pichados, em ruínas, entregues à força do tempo. Esse é um ponto, inclusive, discutido em uma das crônicas analisadas no presente trabalho, datada da década de 1970, demonstrando a pouca preocupação das gestões políticas desde então.

Ao comparar o aspecto de preservação e enaltecimento cultural e histórico da cidade de João Pessoa com cidades como Recife, capital do estado vizinho, por exemplo, há uma notória disparidade entre os dois cenários. A capital pernambucana é conhecida por valorizar suas riquezas culturais através de festas típicas e até da preservação do patrimônio histórico, com um bairro chamado Recife Antigo – lugar que preserva as antigas construções e recebe manutenção pública, o que não é visto com o mesmo cuidado em João Pessoa.

O projeto de produção acadêmica foi estruturado, além das considerações finais, em mais três capítulos. O primeiro, intitulado “O trajeto da crônica” busca apresentar toda a fundamentação teórica a respeito do gênero estudado, apresentando o seu percurso desde as primeiras aparições no mundo até a sua chegada ao Brasil, além de dissertar a respeito de seu hibridismo (jornalístico e literário) e de suas relações com a História.

O segundo capítulo está destinado às cinco crônicas selecionadas para a realização do trabalho, trazendo não só a análise dos textos, como também e principalmente, sua apresentação

e investigação dentro dos contextos históricos vigentes na época da produção da crônica em estudo, como tentativa de comprovação do conteúdo e afastamento da ficção literária.

O último capítulo apresenta uma entrevista realizada com o autor das crônicas, Gonzaga Rodrigues, na busca por entender a sua relação com a cidade representada em seu trabalho e aspectos e opiniões acerca das crônicas analisadas, além da construção de um perfil do escritor e jornalista. A entrevista foi estruturada e transcrita sob os moldes do jornalismo literário, uma vez que o formato traz um caráter mais poético, humano e profundo ao relato, por entendermos também que essa modalidade guarda muitas semelhanças com o gênero estudado no trabalho, não cabendo, portanto, outro tipo de formato que se encaixasse melhor para a entrevista. A conversa, realizada no dia 23 de julho de 2021, na sede da Academia Paraibana de Letras (APL), foi estruturada em três partes.

A primeira parte está centrada na vida de Gonzaga Rodrigues, entendendo suas origens, seu percurso profissional, gostos e histórias pessoais, como tentativa de trazer uma apresentação mais aprofundada do autor. A segunda seção é voltada para o entendimento e a relação que o autor mantém com a cidade de João Pessoa, personagem importante de sua obra, objeto também de nossa pesquisa. O terceiro item da entrevista busca abarcar a compreensão do autor a respeito da conceituação do gênero crônica e a identificação de seus textos dentro da categoria do gênero. A última parte da entrevista pretende compreender a percepção do autor a respeito das cinco crônicas selecionadas no trabalho, nos dias de hoje, além de buscar respostas para aspectos e personagens citados nesses textos escolhidos na construção do trabalho.

A presente pesquisa é apenas um passo para a mudança no cenário de esquecimento e desprezo pelos bens culturais locais. O autor estudado, da própria terra, reflete, critica e, ainda assim, exalta o lugar em que vive, sendo, pois, o objeto de estudo ideal para a transformação nesse cenário de pouca ênfase à cultura local.

Ao realizar um trabalho comparativo com outras publicações de outros gêneros, como artigos e matérias de jornal, somos capazes de afastar o aspecto ficcional que esses textos podem vir a apresentar, por estarem inseridos também em um contexto literário. Dessa forma, ao deslocá-los um pouco para fora do terreno da literatura ficcional, podemos resgatar a característica documental, enriquecendo suas abordagens e desconstruindo o estigma de que a crônica é um gênero superficial e menor, guardando, portanto, camadas mais profundas de interpretação.

No decorrer das leituras, pode-se perceber uma característica única e marcante do autor, que é a de fazer descrições detalhadas sobre a cidade de maneira lírica e nostálgica, nos dando um rico material para interpretação dentro do campo da memória. Entendendo isso como um

de seus grandes diferenciais, formula-se o problema: que artifícios são utilizados pelo autor na construção da crônica que enfoca o lado histórico e memorial da cidade?

A hipótese levantada é a de que as crônicas de Gonzaga Rodrigues guardam um importante potencial documental, uma espécie de acervo sobre a cidade dos anos 1970, seus avanços, mudanças arquitetônicas e figuras públicas e sociais.

Através da pergunta norteadora, elaboramos como objetivo geral, analisar o aspecto documental das crônicas de Gonzaga Rodrigues sobre a cidade de João Pessoa, e como objetivos específicos, investigar as origens da crônica, desde os primórdios até a chegada ao território brasileiro; avaliar o conteúdo da crônica do autor dentro dos contextos históricos da cidade e identificar, por meio de uma entrevista em profundidade com o autor, sua visão atual a respeito das crônicas analisadas.

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterizando a abordagem da pesquisa

Através desse capítulo, pretendemos estruturar uma compreensão da metodologia da pesquisa realizada, como forma de elaborar um percurso que propicie um melhor entendimento da realidade e do contexto do objeto estudado.

Considerando a escassez de trabalhos realizados a respeito da crônica, e mais precisamente sobre o cenário da crônica desenvolvido na capital paraibana, optamos por realizar uma pesquisa do tipo exploratória, utilizando como método a pesquisa bibliográfica com técnica de análise qualitativa, por julgarmos serem os aspectos mais apropriados para o tipo de estudo a ser realizado.

A pesquisa de tipo exploratória é compreendida, metodologicamente, como tendo o objetivo de garantir o alcance dos objetivos que são inicialmente propostos na investigação científica. A finalidade está voltada para aprimorar e validar as hipóteses sugeridas. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória é comumente usada para pesquisas cujo tema ainda não foi muito explorado, podendo ser aplicada para que se consiga uma determinada visão sobre os fatos estudados.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a escolha da metodologia da pesquisa exploratória é indicada para casos em que há uma escassez na investigação do tema selecionado, o que se encaixa na realidade do nosso objeto de estudo. Ainda que seja possível encontrar alguns trabalhos a respeito do ramo da crônica, foi encontrado um único artigo relacionado à parte do *corpus* escolhido para análise. O artigo científico está presente na revista *Temática*, organizada pelos cursos de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba e foi escrito pela aluna Flávia Lopes Sales do Nascimento no ano de 2014.

Quanto às técnicas de coleta, foi selecionada a pesquisa bibliográfica. De acordo com Lakatos e Marconi (2001, p. 66),

a pesquisa bibliográfica trata do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado em livros [...] revistas, jornais, folhetos, [...], monografias, teses, dissertações e material cartográfico.

Desse modo, para a execução da presente pesquisa foram analisadas diversas fontes documentais, como jornais da época, livros de historiadores locais e artigos científicos de outras áreas do conhecimento que conversam com a pesquisa, a exemplo de um material desenvolvido pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, intitulado

“Memória João Pessoa”, que apresenta estudos relacionados a obras arquitetônicas e memórias sociais da época em que o livro analisado está situado. A partir desse trabalho comparativo, foi possível realizar o exercício de situar as crônicas, aspecto essencial para a nossa pesquisa.

Quanto às técnicas de análise, privilegiamos o aspecto qualitativo, uma vez que pretendemos trabalhar com descrições, comparações e interpretações. Para Minayo (1999), a abordagem é mais subjetiva, não há como encontrar uma verdade, um certo ou errado, é uma realidade que não pode ser quantificada ou precisada.

As metodologias qualitativas podem ser entendidas como

[...] aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas. (MINAYO, 2006, p. 22-23).

Para a pesquisa que utiliza as técnicas de cunho qualitativo, não há comprovação numérica. No entanto, pode exercer um poder de convencimento a partir da análise realizada de maneira detalhada e abrangente (MICHEL, 2005).

O último capítulo do trabalho é uma entrevista com o autor das crônicas analisadas. Para a construção dessa etapa, foi escolhido como técnica de coleta de dados a entrevista em profundidade. Esse tipo de método permite que o pesquisador possa ofertar mais protagonismo ao entrevistado. Permitindo a abertura desse espaço, o entrevistado se permite expressar livremente suas opiniões, experiências e emoções, cabendo ao pesquisador apenas controlar aquele fluxo de informações.

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Desta maneira, como na análise de Demo (2001, p.10) sobre pesquisa qualitativa, os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. Possibilitam ainda identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada. (DUARTE, 2005, p. 62)

Em entrevistas em profundidade, não raro, encontramos uma inserção maior por parte do entrevistador no texto. Essa é uma característica bem própria do jornalismo literário que traz para o centro a visão do repórter e suas percepções acerca do assunto. Por esse motivo, a entrevista realizada com o autor estudado permitiu uma presença maior da pesquisadora, numa

tentativa de enriquecer o relato, com impressões ricas e detalhadas sobre o momento da conversa.

2.2 Seleção do *Corpus*

O *corpus* da presente pesquisa é constituído por cinco crônicas do autor, presentes no livro “Notas do meu lugar” (1978), publicado pela editora Acauã. O livro é dividido em cinco capítulos, intitulados Jeito de Ser; Cidade Pessoal; Gente; Memória Rural e Matéria de Jornal. Além do título do livro, que já faz menção à relação que o autor mantém com a cidade, é importante citar os títulos dos capítulos para demonstrar a preocupação do escritor em inserir aspectos que remetem à João Pessoa. Além dos títulos dos capítulos, aos títulos das crônicas também guardam referências à cidade.

As crônicas, apesar de não estarem datadas, foram todas retiradas das folhas de jornais impressos publicados durante a década de 1970. Porém, pelo conteúdo, é possível sugerir algumas datas de publicação. As crônicas selecionadas foram: Um gênio; A grande lição; Preservar; Cheiro de Acarajé e A Avenida.

A escolha do livro foi feita a partir de uma análise que permitiu detectar uma presença maiordesse aspecto de preservação e rememoração de peculiaridades da cidade, de maneira mais poética e mais histórica, em detrimento das demais publicações do autor. O próprio título do livro já demonstra essa intenção autoral. Essas crônicas, hoje, nos servem como documentos que remontam o passado; servindo-nos de lembrança de uma época. São textos úteis, inicialmente, para a História, para o Jornalismo e para a Literatura, mas que podem ser estudados e analisados por diversas áreas das humanidades, como a Sociologia, Antropologia, Filosofia, entre outras.

Já com relação aos textos selecionados, a escolha se deu pela diversificação de assuntos representados dentro de uma mesma seara, como tentativa de mostrar a multiplicidade e riqueza de temas presentes na obra de Gonzaga Rodrigues.

A primeira crônica, “Um gênio”, discute um lado mais político relacionado à cidade, trazendo como centro do debate uma reforma realizada pelo prefeito da época, em um ponto turístico da cidade, a Lagoa do Parque Solon de Lucena. “A grande lição” trata de uma figura social importante para a cidade de João Pessoa, o padre Zé. A terceira crônica, “Preservar”, é um texto relevante do autor, que traz um olhar para a questão da preservação do patrimônio histórico da cidade no que diz respeito à arquitetura. “Cheiro de acarajé”, a quarta crônica, trata da expansão da cidade para adireção sul, e o fortalecimento do setor industrial na capital. Por fim, “A avenida”, que trata da

construção da Avenida José Américo de Almeida, a Beira Rio e os impactos que a construção trouxe para a cidade.

É importante entender todo o percurso do trabalho e todas as escolhas metodológicas, pois essas escolhas também tangenciam algumas justificativas da pesquisa. A escolha do *corpus* se deu por uma identificação pessoal com o gênero crônica, por perceber um grande potencial poético, construído, na maioria das vezes, sob a égide da simplicidade cotidiana, tão próxima de nós. Arelado a isso, veio a percepção de poucas pesquisas mais atualizadas voltadas para o ramo da crônica e, principalmente, para o campo da crônica produzido no território paraibano e pessoense.

Através das crônicas do autor selecionado no *corpus* do trabalho, busca-se analisar as representações, características e memórias da cidade de João Pessoa no período da década de 1970, época em que os textos foram escritos.

O intuito é, através da pesquisa científica, trazer luz à produção de grandes nomes da crônica local, no nosso caso específico, o jornalista e escritor Gonzaga Rodrigues. Tudo isso como forma de enaltecer os produtos da cidade de João Pessoa e, de certa forma, entender que tipo de literatura vem sendo produzida aqui.

Dessa forma, é possível afirmar que não há um número considerável de trabalhos que possa nos servir de embasamento para a construção do presente trabalho, uma vez que só foi encontrado um único artigo desenvolvido sobre o mesmo *corpus* e com um enfoque parecido. Essa realidade configura um dos motivos que fundamentam a justificativa de elaboração da nossa pesquisa: a falta de material a respeito do assunto estudado e a tentativa de enaltecer a riqueza do autor.

2.3 Percurso teórico-metodológico da pesquisa

Pesquisar é o ato de procurar descobrir respostas ou soluções para um determinado problema proposto por um sujeito em posição de pesquisador. De acordo com Gil (2007, p.17), pesquisar é um,

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Toda pesquisa, seja ela realizada por razões intelectuais ou práticas, é composta e estruturada por fases. Para que a pesquisa possa dar continuidade, é preciso que se cumpram as etapas anteriores, uma vez que é a partir delas que se garante a obtenção dos dados necessários

para a elaboração de uma conclusão consistente e que sirva de material científico posteriormente. Somente a partir do cumprimento desse esquema de etapas, a pesquisa passa de fato a tomar corpo e estrutura.

Para Chizzotti (2006, p. 81),

[...] a pesquisa é, deste modo, um contínuo de planejamento, identificação do problema, execução e avaliação da ação [...] uma sequência espiral reiterada de análise, pesquisa de fatos, conceituação, elaboração de planos de ação, realização desses planos, seguida de avaliação, pesquisa de fatos novos e repetição do ciclo espiral de atividades.

Ciribelli (2003) entende o método científico como sendo uma somatória de etapas, procedimentos e instrumentos que o pesquisador utiliza para o direcionamento de sua pesquisa científica, de forma que seja possível encontrar respostas que afirmem ou refutem a teoria introdutória proposta para a execução do trabalho.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – O Trajeto da Crônica

3.1 Cronos – O Deus do tempo

Para começar a tecer toda a história do gênero crônica, o seu surgimento, suas características e seus expoentes, é importante iniciar o presente trabalho falando sobre a origem do termo crônica que, etimologicamente, tem suas raízes no grego e no latim.

De acordo com a mitologia grega, Gaia é a grande semente genitora de todo o universo. Ela pode ser entendida como a mãe natureza, a vida na forma mineral – rochas, montanhas, solos e planícies. Como Mãe Terra, Gaia deu origem a Urano, o deus dos céus, que apesar de ser seu filho, na mitologia é tido como seu igual. Ao analisarmos o sentido da criação de Urano, podemos perceber uma conotação um tanto sexual, uma vez que Gaia tinha o desejo de se sentir coberta. Por esse motivo, Urano se estende por cima dela, sendo ele, o céu, e ela, a terra.

A relação entre Gaia e Urano, no entanto, tornou-se difícil devido ao ciúme que ele sentia dela. O sentimento era tão forte e possessivo que Urano sentia-se incapaz de compartilhar o amor de sua “esposa” com seus próprios filhos.

O ciúme de Urano em relação aos filhos e filhas era tanto que a cada nascimento, ele os levava embora e os escondia em algum lugar recôndito da terra – que, na verdade, era o corpo de sua mulher. Fazia isso para consolidar sua propriedade de Gaia, cuja atenção sexual deveria estar inteira e eternamente disponível para ele. Assim, não era permitido que sua prole visse a luz do dia. Um após outro, os recém-nascidos eram despachados para as profundezas subterrâneas. (MITOLOGIA, 2018, p. 20).

Entre gigantes, ciclopes e titãs, Urano e Gaia tiveram, ao todo, 12 filhos, sendo Cronos, um titã, o primogênito. Inconformada com o que ela e seus filhos estavam sofrendo graças à tirania de Urano, Gaia recorreu à ajuda dos próprios filhos homens na tentativa de libertá-los. Foi Cronos que conseguiu cumprir a missão dada por sua mãe. Quando ele, enfim, foi capaz de libertar seus irmãos e irmãs do cativeiro dentro da terra, os titãs exerceram uma dupla função mítica. “Primeiro, eles eram personalidades vivas que respiravam, amavam e lutavam. Cada uma delas simbolizava um aspecto diferente da existência e, portanto, coletivamente, representavam uma forma de ordenar o mundo.” (MITOLOGIA, 2018, p. 22).

Com o passar do tempo, Cronos casou-se com a própria irmã, Réia, com quem mantinha uma relação tão difícil quanto a de seus pais. Inconformado em ter que dividir a atenção da esposa com os filhos, Cronos passou a engolir todos os seus descendentes. Com a ajuda dos pais, Réia planejou salvar o próximo filho que nascesse. Nasce Zeus. Antes que Cronos pudesse

ter acesso à criança, Réia envolve uma pedra em um lenço e entrega para o marido, fingindo estar ali a criança recém-nascida, fazendo com que ele regurgitasse todos os filhos devorados.

Cronos é tido, na mitologia grega, como o deus do tempo. “De acordo com uma das abordagens teóricas dos mitos clássicos, sua lenda pode ser lida como uma alegoria: a de que o tempo, em sua passagem fatal, engole tudo o que é criado e tudo o que é criatura.” (BENDER; LAURITO; 1993, p. 10). Nesse sentido, é difícil não fazer a associação entre Cronos e o gênero crônica, uma vez que

Essa importância dada ao tempo nos leva até Platão, que se dedicou ao seu estudo e o definia como a imagem móvel da eternidade. Também Aristóteles o conceituava como “o número de movimento segundo o antes e o depois”. Ambos os filósofos relacionavam a ideia de tempo à de movimento, ao que se passa entre um período, um intervalo. (SIEBERT, 2014, p. 676).

Através do que já foi citado, é possível perceber a íntima relação entre o tempo e a palavra crônica. A passagem da mitologia vista acima ilustra a relação etimológica com o termo “cronos”. A partir disso, cunham-se os termos *chronikós*, do grego, e *chronicu*, do latim, ambos relacionados à palavra tempo, gerando, no português, a palavra crônica, que designa também o gênero literário.

3.2 A crônica: uma pluralidade de significados

De acordo com o dicionário Aurélio, crônica é um substantivo feminino que expressa significados como

1.narração histórica, ou registro de fatos comuns, feitos por ordem cronológica; 4. texto jornalístico redigido de forma livre e pessoal, e que tem como temas fatos ou ideias da atualidade, de teor artístico, político, esportivo, etc., ou simplesmente relativos à vida cotidiana; 5. seção ou coluna de revista ou de jornal consagrada a um assunto especializado. (AURÉLIO, 2010).

Para Coutinho (1971) apud Schiebe (2013) “a crônica brotou nos jornais, por meio de um texto que continha o apanhado cronológico dos fatos aliado à ficcionalidade. Eram histórias reais contadas com características literárias”. (COUTINHO, 1971 apud SCHIEBE, 2013, p. 108).

De acordo com Melo,

na bibliografia sobre crônica brasileira encontramos quatro tentativas de classificação: Luiz Beltrão usa um critério jornalístico; Afrânio Coutinho toma como base a tipologia literária; Massaud Moisés procura uma correspondência com os gêneros literários; Antônio Cândido orienta-se pela estrutura da narrativa. (MELO, 1985, p. 116).

O termo crônica é comumente utilizado como sendo um relato ou registro do passado construído dentro de uma ordem cronológica de fatos. Outro sentido também aceito é a concepção mais atual de crônica como sendo um enfoque de fatos diários e outras efemeridades que não passam despercebido pelos olhos do cronista. Ambos os sentidos estão ancorados em grandes áreas das ciências humanas.

Também nas duas concepções, é possível perceber que há um intuito de eternizar, através do texto, momentos e circunstâncias. Esse é um dos motivos pelos quais a crônica também mantém uma estrita relação com a História. “[...] Seja um registro do passado, seja um flagrante do presente, a crônica é sempre um resgate do tempo.” (BENDER; LAURITO, 1993, p. 11).

No entanto, a definição de crônica e as suas origens ainda é pauta de discussão para os teóricos. Além de ser considerado um gênero híbrido que caminha pelo Jornalismo e pela Literatura, tangenciando a História, o termo crônica também é utilizado para definir diferentes tipos de texto, causando uma dubiedade no conceito do gênero.

Como exemplo, podemos citar brevemente o caso do autor Gabriel Garcia Márquez. No ano de 1981, o escritor colombiano publicou a obra “Crônica de uma morte anunciada”, que relata a história e o desfecho trágico de Santiago Nasar. O livro assemelha-se, em questão de forma, a uma reportagem, utilizando técnicas literárias para tratar dos fatos que envolvem a vida de Santiago que, na obra, são contados dentro de uma perspectiva cronológica. Ainda assim, ela leva o nome de crônica em seu título.

Essa é uma menção importante apenas a título de exemplificar a pluralidade de significados que a palavra crônica é utilizada, uma vez que, ao analisarmos minuciosamente, percebemos que a obra citada se encontra dentro da seara do romance, e não da crônica.

Aqui, abrimos um parêntese para falar sobre esse aspecto ligado à Literatura. O poder de informação não está apenas relacionado ao conhecimento *strictu sensu*, mas, no nosso caso, ao prazer. A crônica está dentro do espectro da literatura de fruição.

[...] a fruição literária constitui-se como um modo específico de experiência estética relacionada à literatura. A fruição literária caracteriza-se por seu caráter de gratuidade, não funcional, que implica afetos, imaginação, sentidos e, também, intelecto, não é, deste modo, um fenômeno apenas de ordem sensível, nem tampouco somente inteligível, posto que esta se constitui também como um ato cognitivo complexo e contraposto às noções simplificadoras que a qualifica ato meramente sensorial, hedonista e esvaziado de sua complexidade. A fruição literária, por conseguinte, apresenta-se como uma experiência estética que ao mobilizar vários saberes envolve o sujeito em sua completude. Como processo dinâmico, reeduca o homem vinculando-o

não apenas a arte, mas também a si mesmo. (RANKE; MAGALHÃES, 2011, p.49)

Ainda falando sobre o gênero, é interessante perceber que, majoritariamente, a crônica é encarada como um gênero narrativo. No entanto, ao realizar análises mais aprofundadas, podemos perceber nuances descritivas e argumentativas. Essa percepção será mais explorada nos tópicos subsequentes.

3.3 A crônica e o fim da Idade Média

O primeiro entendimento de crônica surge no fim da Idade Média. Em 1418, ocorre a transição entre a Idade Média e o Renascimento, que ficou conhecida como Humanismo, um período importante no que diz respeito à escrita. Para a Literatura, o Humanismo marca a transição entre o Trovadorismo e o Classicismo.

Essa foi uma época de destaque, principalmente em Portugal, onde alguns homens foram nomeados a cargos relevantes que, posteriormente, serviriam para registrar em forma de textos os feitos e as navegações que eram dirigidas pelos reis de Portugal. Um importante nome dentro dessa seara foi Fernão Lopes, cronista mor da Torre do Tombo (BENDER; LAURITO, 1993, p. 12).

Essa Torre era um arquivo de documentos e de velhas escrituras do Reino, e a tarefa do arquivista seria apenas conservá-los. Será, no entanto, muito mais: em 1434, por ordem do então rei D. Duarte, Fernão Lopes é também nomeado cronista-mor do Reino, com a obrigação de “poer em caronyca as estórias dos Reys, que antigamente em Portugal foram; e esse mesmo os grandes feytos e altos do muy virtuoso, e de grandes virtudes, El-Rey seu senhor e padre”. Decifrando o português arcaico, tomamos conhecimento de que a atribuição de Fernão Lopes era a de fazer o registro dos feitos dos antigos reis de Portugal até o reinado de D. Duarte. E de que esse registro era chamado de “caronyca”, ou seja, crônica. (BENDER; LAURITO, 1993, p. 12).

A partir disso, entende-se que o papel do cronista era registrar os fatos e circunstâncias atreladas aos feitos do reino. Essas figuras que, desde a Idade Média, já exerciam seu ofício de registros, agora tornam-se oficialmente escritores profissionais que recebem um salário para trabalhar com a “matéria histórica”.

Portugal e Espanha são países cruciais dentro dessa discussão dos primórdios da crônica, por estarem em uma certa posição de vanguarda no que tange às navegações para a descoberta de novas terras e rotas marítimas. Foram nessas viagens que as crônicas começaram a dar os seus primeiros sinais.

Com o “achamento” de novos lugares, os exploradores escreviam suas chegadas em terras estranhas para os reis dos respectivos países. Na Idade Média, os espanhóis e os portugueses, no período das circunavegações, “faziam uso do gênero para relatarem os acontecimentos durante as viagens; assim, as crônicas serviam de registro para os descobrimentos de outras terras no Novo Mundo”. (SIEBERT, 2014, p. 676).

Fernão Lopes não foi o único a exercer a profissão de cronista mor, apesar de ser ele um dos mais importantes, senão o principal, de sua época. Além de Portugal e Espanha, outros países também tiveram nomes relevantes para o gênero, como Froissart, na França, Geoffrey of Monmouth, na Inglaterra e Alfinson X, na Espanha (MOISÉS, 2003).

Com essa denominação da crônica enquanto um registro de relato documental, o texto chega ao Brasil por volta do século XVI, com a carta de Pero Vaz de Caminha endereçada à El-rei D. Manuel, relatando o descobrimento das novas terras.

Senhor

Mesmo que o Capitão-mor desta vossa frota e também os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta vossa Terra Nova que, agora, nesta navegação se achou, não deixarei, também, de dar disso minha conta a Vossa Alteza, tal como eu melhor puder, ainda que para bem contar e falar o saiba fazer pior que todos. Mas tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade; e creia, como certo, que não hei de pôr aqui mais que aquilo que vi e me pareceu, nem para aformosear nem para afeiar. (CAMINHA, 1999, p.11)

O manuscrito, além de relatar o descobrimento de um novo território, configurou-se também como a primeira crônica do Brasil. “E como esquecer o quão presente ficou no Brasil um Pero Vaz de Caminha que sobre o nosso país escreveu a primeira reportagem, a primeira crônica/carta, com linguagem fresca e original, pontuada de observações pessoais que levava diretamente a El Rei?” (GALVANI, 2008, p. 37).

No entanto, é necessário entender que a denominação do texto como crônica, nesse caso, está ainda atrelada à ideia de documento, registro, do qual ainda estamos discutindo, ou seja, o texto relacionado ao registro histórico e organizado dentro de ordem cronológica. Podemos dizer, portanto, que a história da Literatura Brasileira nasce da crônica (SÁ, 1985).

A carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel assinala o momento em que, pela primeira vez, a paisagem brasileira desperta o entusiasmo de um cronista, oferecendo-lhe matéria para o texto que seria considerado a nossa certidão de nascimento. Se a carta inaugura o nosso processo literário é bastante discutível. Indiscutível, porém, é que o texto de Caminha é criação de um cronista no melhor sentido literário do termo, pois ele recria com engenho e arte tudo o que ele registra no contato direto com os índios e seus

costumes naquele instante de confronto entre a cultura européia e a cultura primitiva. (SÁ, 1985, p. 5-6).

Apesar de ser considerada por muitos como a primeira crônica do Brasil, a carta de Pero Vaz de Caminha não necessariamente pode ser considerada a primeira crônica brasileira. O entendimento de que a carta é considerada uma crônica passa pela ideia de que “como a carta só chegaria ao destinatário tempos depois do evento, os acontecimentos relatados no momento mesmo da descoberta já se constituíam, por si, um registro do passado”. (BENDER; LAURITO, 1993, p. 12).

Para Sá, ao perder a extensão da carta de Caminha, a crônica “conservou a marca de registro circunstancial feito por um *narrador-repórter* que relata um fato não mais a um só receptor privilegiado como el-rei D.Manuel, porém a muitos leitores que formam um público determinado”. (SÁ, 1985, p.7, grifo do autor).

A ideia de crônica brasileira passa a acontecer tempos depois, com a inserção de escritores brasileiros escrevendo nos espaços dos folhetins nos jornais impressos do país. Essa é uma discussão que será retomada mais à frente. Até aqui, permanece a ideia de crônica como “registro do ocorrido em um intervalo de tempo, de servir de memória do que já passou, e tal característica marca os textos produzidos ao longo da história”. (SIEBERT, 2014, p. 676). Essa mudança de entendimento e perspectiva a respeito da crônica só passa a acontecer em meados do século XIX.

Além de Caminha, outros navegadores também encontraram o território brasileiro após sua chegada e, novamente, registraram através de textos e cartas. Alguns deles são Pero Lopes de Souza, Pero de Magalhães Gândavo e Gabriel Soares de Souza. Os jesuítas, como Manuel da Nóbrega, Fernão Cardim, José de Anchieta, também fizeram registros escritos do andamento da catequização aqui no Brasil, e esses escritos também podem ser considerados crônicas.

Durante o século XVI, a crônica adere aos seus conceitos uma nova leitura. Apesar de ainda estar atrelada à História, é nesse momento que o gênero se aproxima da Literatura, mas com características de ensaio, uma vez que o ensaio “[...] tem as seguintes características: ênfase na oralidade, construção do texto num tom pessoal, sem qualquer estrutura clássica, sendo visto por alguns estudiosos como modelo seguido pelos cronistas.” (PEREIRA, 1994, p. 18).

Essa aproximação dos conceitos de crônica e ensaio é delicada e pode ser contraposta. A crônica não pode ser limitada apenas às características ensaísticas, uma vez que ela apresenta uma pluralidade de significados maior. Mesmo em seu sentido histórico, a crônica:

[...] busca um enriquecimento estético ao tentar agrupar os elementos estruturais que irão habitar no seu interior. Assim, podemos refutar esta noção

de crônica enquanto apêndice do ensaio, ou como um dos seus elementos, para percebermos melhor a diferença que afasta a crônica do ensaio no século XVI. Nessa fase histórica, a crônica tem sua ênfase voltada, paradoxalmente, para os campos da literatura e da história. Entre ambas, ela perfaz um caminho de criação e recriação dos eventos sociais, colocando o homem como condutor de um ciclo de várias ações que podem ser determinadas pelo tempo histórico em que habita ou pelas representações que podem modificar esse *chrónos*. Algumas vezes, a crônica assume o caráter de ficção. Já o ensaio, mesmo com a grande contribuição de Montaigne, estaria preso à busca de legitimação dos vários códigos que permeiam as relações sociais. Sendo assim, toando como referência o termo “amor” temos acepções diferentes na crônica ou no ensaio. (PEREIRA, 1994, p. 19).

Essa é uma pequena passagem histórica do sentido da crônica no século XVI, do qual não pretendemos nos fixar. Por ora, o que interessa é a discussão do processo de duração do gênero dentro dos jornais impressos e o seu potencial de leitura como documento.

3.4 A vida útil do gênero

Apesar de, por natureza, estar fadada ao esquecimento com uma curta vida - uma vez que tem como seu principal veículo as páginas dos jornais, que abrigam crônicas quase que diariamente – a crônica pode, com o passar do tempo, servir de apoio para a História. Mais uma vez podemos fazer alusão ao mito grego, entendendo que o cronista e a História tiram das mãos do tempo a possibilidade de devorar a matéria, oficializando registros e livrando-os do esquecimento. Entendendo que o jornal impresso nasce, envelhece e morre a cada 24h, a crônica

[...] assume essa transitoriedade, dirigindo-se a leitores apressados, que lêem nos pequenos intervalos da luta diária, no transporte ou no raro momento de trégua que a televisão lhes permite. Sua elaboração se prende a essa urgência: o cronista dispõe de pouco tempo para datilografar seu texto, criando-o, muitas vezes, na sala esfumada de uma redação. Mesmo quando trabalha no conforto e no silêncio de sua casa, ele é premido pela correria com que se faz um jornal, o que acontece mesmo com os suplementos semanais, sempre diagramados com certa antecedência. (SÁ, 1985, p. 10).

Essa característica de rapidez e fluidez recai também sobre a linguagem empregada na construção do texto. Como os acontecimentos dos jornais são rápidos o suficiente para vencerem dentro do período de um dia, e o conteúdo das crônicas é, na maioria das vezes, um relato de uma circunstância do cotidiano, é necessário que a linguagem acompanhe também esse ritmo ágil, “por isso a sua sintaxe lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito.” (SÁ, 1985, p. 11)

A crônica dos tempos de hoje está relacionada ao tipo de texto que registra momentos, acontecimentos com doses de humor, literariedade e, às vezes, um pouco de ficção. É o texto

que preenche os espaços dos jornais, das revistas, e de livros didáticos nas escolas. No entanto, como dito anteriormente, o conceito de crônica nem sempre foi assim.

Dentro da crônica, o intuito é sempre o de passar a maior impressão possível de veracidade dos fatos. Por mais que existam pinceladas de ficção ali, a natureza do gênero está mais voltada aos fatos. Esse é um aspecto que a diferencia do conto, por exemplo, pois,

Enquanto o *contista* mergulha de ponta-cabeça na construção do personagem, do tempo, do espaço e da atmosfera que darão força ao fato “exemplar”, o *cronista* age de maneira mais solta, dando a impressão de que pretende apenas ficar na superfície de seus próprios comentários, sem ter sequer a preocupação de colocar-se na pele de um narrador, que é, principalmente, personagem ficcional (como acontece nos contos, novelas e romances). Assim, quem narra uma crônica é o seu autor mesmo, e tudo o que ele diz parece ter acontecido de fato”. (SÁ, 1985, p. 9, grifo do autor).

A citação acima fala um pouco sobre a ideia do cronista enquanto narrador. No caso do autor estudado, não podemos delimitá-lo apenas enquanto narrador, uma vez que ele extrapola os limites da narração, inserindo descrições e argumentações em seus textos. Essa discussão se aprofundará no tópico *A cidade de Gonzaga Rodrigues*.

Esse pensamento de encarar a crônica enquanto um gênero menor percorre o sentido totalmente contrário do nosso trabalho. Apesar de entender que ela não pode se igualar a outros gêneros de “maior importância”,

A crônica não é um “gênero maior”. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor. “Graças a Deus”, seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós. (CANDIDO, 1992, p. 88)

Entendemos que o gênero, por sua grande pluralidade de significados, demonstra ser importante e rico para diversas formas de análise.

3.5 A imprensa e o jornal brasileiro

Para adentrar o campo da conceituação e das origens da crônica brasileira, é necessário começar pela imprensa e pelos jornais impressos. O entendimento da crônica brasileira, fatalmente, passa pelos jornais impressos brasileiros do século XIX, e pela chegada da corte portuguesa ao país, no ano de 1808, oficializando o nascimento da imprensa no território brasileiro.

É impossível falar do nascimento da crônica brasileira sem falar sobre a criação e atuação da imprensa no Brasil, uma vez que o gênero e as instituições e veículos de

comunicação estão diretamente ligados. O jornal impresso brasileiro é o berço da crônica no Brasil.

A chegada da corte portuguesa ao território brasileiro trouxe consigo a implementação da imprensa brasileira. Em 1808, essa criação acaba auxiliando na inserção de escritores brasileiros nas páginas dos periódicos.

A oficialização veio com a publicação da Gazeta do Rio de Janeiro, em 10 de setembro, três meses após o surgimento do Correio Brasiliense, jornal editado em Londres por Hipólito da Costa, tido como o pai do jornalismo no Brasil (PEREIRA, 1994).

É importante ressaltar, ainda que de maneira breve que, ao falarmos de imprensa, não necessariamente estamos falando de jornalismo. A partir da veiculação da Gazeta do Rio de Janeiro, podemos entender que há o desenvolvimento das impressões, no entanto, elas ainda não são organizadas enquanto jornalismo.

Esse entendimento nos ajuda a compreender melhor o funcionamento e o objetivo do jornal Correio Brasiliense. Jornais financiados pela corte portuguesa tinham “como função básica a reprodução de documentos oficiais. Eles não trabalhavam na produção de enunciados que servissem para manter vivo o fluxo de informações na sociedade”. (PEREIRA, 1994, p. 44).

Nesse ponto, entendemos que a primeira metade do século XIX no Brasil no que diz respeito à imprensa ainda estava presa às concepções de registros e documentos oficiais ligados à corte.

Os jornais desse século, em sua grande maioria, não passam de impressão do que pelo conteúdo de suas informações. O modo de estruturação de um aparato técnico incipiente, preso ao selo da Família Real, é o que vai denominar as características da imprensa aúlica. (PEREIRA, 1994, p. 44).

É importante percorrer esse caminho do jornalismo no século XIX para entender em que momento o caráter literário vai invadir os jornais. Em seu livro sobre a mudança estrutural da esfera pública, Habermas (1984) delinea a divisão do jornalismo em três partes, a primeira com traços voltados para o interesse comercial, a segunda onde há uma modificação e inserção do caráter opinativo nos jornais, e a terceira retoma a primeira, deixando de lado agora o caráter artesanal e introduzindo a tecnologia.

De acordo com Pereira (1994), essa é uma divisão que não pode ser levada em conta dentro do surgimento da imprensa brasileira, uma vez que ela não se inscreve na produção capitalista, mas sim, está “orientada para servir os interesses do poder”. (PEREIRA, 1994, p.48).

Essa autonomia dos jornais só começa a dar os primeiros sinais no final do século XIX. Ainda servindo aos interesses políticos da corte, sem produzir, de fato, informação de interesse público, utilizava um discurso político, mas também com doses literárias.

Com o passar do tempo, e mesmo de maneira lenta, a produção dos jornais no Brasil começa a ganhar autonomia e importância no cenário cultural local. Esse era um período em que os jornais estavam, graficamente, mais bem estruturados.

O desenvolvimento do “novo jornalismo” representa, contudo, o fenômeno mais marcante na área da cultura, com profundas repercussões sobre o grupo intelectual. Novas técnicas de impressão e edição permitem o barateamento literário e simples da matéria tendem a tornar obrigatório o seu consumo pelas camadas alfabetizadas de cada cidade. (SEVCENKO, 1985, p. 91).

Essa espécie de inserção da literatura nas páginas dos jornais impressos do Brasil do século XIX está sob a forte influência do que vinha acontecendo nos jornais impressos da Europa. Essa foi uma época em que o país passava por um período bem mais dinâmico, onde a influência recebida do continente europeu estendia-se também para a política, economia e movimentos culturais (EL FAHL, 2010).

Unido a esse cenário, a imprensa também passa por um processo interessante de fortalecimento da própria imagem. A atividade jornalística vem somar-se a esse cenário de discussões acaloradas, que nessa fase destaca-se como a mais importante formadora de opinião da sociedade brasileira. “A hegemonia da imprensa nesse campo é potente, uma vez que não existiam outros meios de comunicação de massa e a atividade editorial, ou seja, a circulação de livros, ainda era muito incipiente.” (EL FAHL, 2013, p. 31).

A partir desse status que o jornal passou a ter na segunda metade do século no país, o papel do jornalista também acompanhou a mudança. O profissional de imprensa tinha um papel importante no que diz respeito às questões culturais e ideários da nação durante aquele período, uma vez que,

Nessa fase, o papel do jornalista e do escritor se confundem e se interpenetram. Entre essas atividades não existia uma linha demarcatória que separasse as duas funções, embora, de maneira sutil, essa separação estivesse próxima de acontecer, a partir da ascensão da figura do cronista, que terá a responsabilidade de tentar distinguir o jornalista, do escritor propriamente dito. (EL FAHL, 2013, p. 32).

O espaço aberto para a expressão de opiniões e obras literárias foi extremamente propício para o alcance do prestígio de alguns escritores, pois

[...] o folhetim foi uma febre nacional que impulsionou muitos dos nossos grandes autores a utilizarem esse espaço como forma de publicação das suas obras e projeção dos seus nomes entre o público e a crítica. Sendo o jornal o veículo de comunicação mais acessível na sociedade dos oitocentos, talvez este fosse o caminho mais rápido e fácil para o escritor alcançar notoriedade. (SALES, 2007, p. 45).

Apesar de entendermos que a crônica nos dias de hoje tem o potencial de “ser um texto que informa através do enfoque autoral, subjetivo, opinativo de transitar pelo real e pelo ficcional, pelo noticioso e pelo literário concomitantemente” (TUZINO, 2009), naquela época, o que não fosse considerado estritamente noticioso ia parar no rodapé da página.

Essa prática acabava proporcionando aos escritores da época uma notoriedade que dificilmente seria conseguida de outra forma, além do dinheiro e da possibilidade de escreverem, posteriormente, seus próprios livros.

O folhetim é um dos exemplos dessa influência europeia. O gênero passa a ganhar espaço nos rodapés dos jornais do país e é exatamente nesse momento em que a crônica, de fato, brasileira, passa a dar os seus primeiros sinais.

Foi a partir da publicação dos primeiros folhetins, que o gênero começou a se transmutar na crônica tipicamente brasileira. Por intermédio de Francisco Otaviano, em 1852, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, o “folhetim semanal” apresentou ao Brasil figuras como José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Raul Pompéia, Coelho Neto e outros (MELO, 1985).

Havia, por parte dos jornalistas e colaboradores do jornal, a intenção de se adaptar aos gêneros que vinham de fora, e é a partir desse sentimento que a crônica nasce no Brasil.

Em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais. Os escritores profissionais viam-se forçados a ajustar-se aos gêneros que vinha de ser importados da imprensa francesa: a reportagem, a entrevista, o inquérito literário e, em especial, a crônica. (MICELI, 1985, p. 63).

Alguns teóricos acreditam que a crônica é um gênero tipicamente brasileiro. Para Melo (1985, p.111), a caracterização da crônica varia de país para país. No entanto, as qualidades e particularidades do gênero no Brasil são exclusividade nossa.

No jornalismo brasileiro a crônica é um gênero plenamente definido. Sua configuração contemporânea permitiu a alguns estudiosos proclamarem que se trata de um gênero tipicamente brasileiro, não encontrando equivalente na produção jornalística de outros países. (MELO, 1985, p. 111).

De acordo com Galvani, ela não é, “mas, pela naturalidade com que se reproduz aqui, pareceria”. (GALVANI, 2008, p. 36). A partir desse passeio pela história do jornal impresso no Brasil, é possível inferir que é nesse território, colonizado pelos portugueses, que a crônica vai ganhar características bem próprias do nosso país.

3.6 Crônica: jornalismo e literatura.

A partir dessa discussão acerca da origem da crônica e seu histórico no país, foi possível perceber o caráter híbrido que o gênero apresenta, ou seja, um gênero de cunho literário nascido das páginas de jornal.

Aparentemente, para além da linguagem carregada de poeticidade, a crônica pode ser encarada como um gênero literário por essas pinceladas de ficção que alguns cronistas optam por adotar e, também, pela linguagem que permeia o eixo de seleção e o eixo de combinação propostos por Jakobson, ou seja, “mensagens caracterizadas por rimas, jogos de palavras, aliteraões e outros processos de natureza estilística, que sugerem uma escolha mais cuidadosa das palavras”. (MARTELOTTA, 2011, p. 35).

Em alguns casos, os fatos cotidianos servem apenas como breve inspiração para que um cronista produza seu texto. Isso porque, não é raro encontrarmos crônicas com aspectos ficcionais, escritas com uma linguagem casual e descompromissada. Essa é uma característica que não anula a qualidade do texto, uma vez que essa aparência de simplicidade não desmerece o uso das artimanhas artísticas, pois

[...] o escritor sabe que esse “acaso” não funciona na construção de um texto literário (e a crônica também é literatura), pois o artista que deseje cumprir sua função primordial de antena do seu povo, captando tudo aquilo que nós outros não estamos aparelhados para depreender, terá que explorar as potencialidades da língua, buscando uma construção frasal que provoque significações várias (mas não gratuitas ou ocasionais), descortinando para o público uma paisagem até então obscurecida ou ignorada por completo. (SÁ, 1985, p. 10).

Em contrapartida, se pararmos para pensar em toda essa carga histórica que a crônica carrega, surgem alguns questionamentos. Caberia, essencialmente, à Literatura, situar os sujeitos dentro de um período de espaço-tempo? Não seria essa uma atribuição do Jornalismo?

A crônica encarada como Jornalismo está situada dentro da seara do Jornalismo Literário e Jornalismo Opinativo, pois de acordo com José Marques de Melo:

O jornalismo articula-se, portanto, em dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa). Daí

o relato jornalístico haver assumido duas modalidades: a descrição e a versão dos fatos (...). Entendemos que a interpretação (enquanto procedimento explicativo, para ser fiel ao sentido que lhe atribuem os norte-americanos) cumpre-se perfeitamente através do jornalismo informativo. (MELO, 1994, p. 63).

Para outros, a crônica é tida como um espaço de lazer dentro das páginas do jornal, apenas um momento para que o leitor consiga respirar dentro de um turbilhão de notícias de política, economia e violência. De acordo com Pedro Celso Campos, a crônica está inserida em uma espécie de Jornalismo Recreativo, o que poderíamos caracterizar como um sinônimo do Jornalismo Literário.

Alguns defendem a publicação desse gênero apenas na Segunda Seção, nos segundos cadernos, nos cadernos culturais etc. Outros, como Alberto Dines, acham que o texto leve, engraçado, bem-humorado deve perpassar todo o jornal. Neste caso é necessário que o repórter aprenda a desenvolver um estilo próprio pelo qual consiga escrever a notícia ou a reportagem, com todos os dados e sem faltar à ética, mas, ao mesmo tempo, usando uma linguagem fácil, agradável, simples, clara, bem-humorada. (CAMPOS apud TUZINO, 2009).

Ao entender a crônica enquanto um gênero informativo e opinativo, é importante abirmos um parêntese para a conceituação desses dois aspectos. A informação na contemporaneidade abarca uma variedade de significados. Dentre uma infinidade de definições, destacamos as de Brookes (1980) e Buckland (1991).

A primeira concepção traz a ideia de que a informação é uma espécie de elemento que promove transformações nas estruturas de um indivíduo, podendo essas estruturas ter caráter subjetivo ou objetivo. (BROOKES, 1980)

Para Buckland (1991), a informação estaria ligada ao ato de informar um novo conhecimento, fato ou ocorrência. Além da concepção de informação como coisa, ligada a dados, há também a ideia de informação como conhecimento, em que se transmite algum fato particular, assunto, notícia.

O conceito de opinião, por sua vez, está relacionado à ideia de um modo de ver individual, uma imagem que se cria sobre determinada coisa. É interessante, no entanto, perceber que a opinião contida nas crônicas e, especificamente, nas crônicas de Gonzaga Rodrigues guardam um pouco da ideia de opinião pública, uma vez que seus textos apresentam não só a sua visão pessoal, mas críticas referentes a diversos aspectos comuns da cidade que eram compartilhadas pelo restante da população. É a voz do jornalista abrindo margem para abrigar a opinião pública.

A definição de Steinberg (1972, p.103), por exemplo, ilustra bem essa ideia, pois ele entende que a opinião pública “não é facilmente susceptível de definição científica. É um subproduto de processos educacionais bem como do crescimento dos meios de comunicação de massa”.

No entanto, não cabe a nós e nem é de nosso interesse tentar encaixotar a crônica em uma dessas áreas, mas é importante discuti-las, ainda que de maneira breve, para que o objeto do nosso estudo possa estar bem situado.

O fato de a crônica pertencer, concomitantemente, a duas (ou três, incluindo a História) áreas, deixa de ser algo de extrema importância a partir do surgimento dos ditos gêneros híbridos, analisados por Haroldo de Campos, “a partir das articulações entre a grande imprensa e a literatura, e de seu particular efeito na América Latina”. (SANTOS, 2013, p.1)

Antes de fomentar essa discussão a respeito da sua intersecção e ao lugar que ela, de fato, pertence, é importante perceber, primeiramente, a riqueza do gênero, justamente por circular dentro de algumas áreas e por absorver de cada uma, características importantes, além da liberdade de criação, onde uma infinidade de assuntos pode ser abordada dentro de suas poucas linhas de linguagem leve e informal.

Para seus leitores – não raro – cativos, ela representa uma exceção às regras visivelmente presentes nas notícias do jornal impresso. Isto porque a crônica tem a façanha de ser um texto que informa através do enfoque autoral, subjetivo, opinativo, de transitar pelo real e pelo ficcional, pelo noticioso e pelo literário concomitantemente. (TUZINO, 2009).

Como discutimos, a crônica ao longo de sua evolução caminhou por diversos terrenos. Hoje, o debate está muito centrado no seu hibridismo objetivo-subjetivo, mas pouco ouvimos falar da capacidade do gênero de preservar, em muitos casos, o seu potencial documental.

De acordo com Silvia Helena Simões Borelli (1996) a crônica une práticas literárias e jornalísticas, que também dizem respeito à divisão entre a cultura erudita x cultura de massa. Além disso, Borelli entende que os cronistas, ao narrarem os fatos, rememoram as antigas tradições e matrizes culturais. “Na crônica, tradições e rupturas, articuladas, tornam-se visíveis e falam, pela voz do cronista, historiador, intérprete, contador de histórias na modernidade.” (BORELLI, 1996, p. 84).

Essa ideia de enxergar o cronista enquanto historiador, intérprete e contador de histórias na modernidade talvez seja a essência do nosso trabalho. Perceber as potencialidades de um escritor capaz de encapsular a história e suas memórias é o ponto chave do nosso objetivo, mas para isso, precisamos entender melhor a relação da crônica com a história e a memória.

3.7 Crônica: história e memória

Dentro do nosso *corpus* e da nossa categoria analítica, que visa destrinchar o entendimento da preservação de uma memória histórica e social extraída das crônicas presentes na obra analisada, é de extrema importância tecer uma discussão a respeito do conceito de memória. Além disso, é importante posicionar a crônica dentro desse espaço de rememoração de aspectos culturais, arquitetônicos e tradicionais, no nosso caso, da cidade de João Pessoa, uma João Pessoa que passou por processos de modernização.

O “retrato da vida” de ontem não é o de hoje, mas possibilita-se uma modalidade imaginária de reconhecimento de sentido e de situações semelhantes, permitindo que o presente se veja no passado (PESAVENTO, 1997, p. 30).

É importante entender que o jornal impresso e, mais especificamente falando, a crônica desenvolvem um papel importante no sentido de nos situar nas dimensões de tempo e espaço, pois “[...] tomamos a crônica como um objeto particularmente rico, não só para a reconstrução das sensibilidades próprias dos homens de uma época dada, como, também, para exemplificação do cruzamento possível entre as leituras da história e da literatura”. (PESAVENTO, 1997, p. 29).

Com o passar dos anos, uma das funções do jornal impresso, esse importante e rico veículo de comunicação, torna-se a preservação da memória histórica, social, já que

É possível acreditar que diversas dimensões temporais (presente/passado/futuro) encontram-se estampadas nas páginas dos jornais. O presente, apesar de sua efemeridade, revela-se como mais atuante tempo do jornal, já que este é feito para durar apenas um dia, ser logo descartado e substituído por outro. No entanto, acreditamos que o jornal é também um “lugar de memória”, construído para durar além daquele tempo rápido e vertiginoso. Interessa-nos saber como se revela esse aspecto que liga o jornal que é filho do presente ao passado, à história e à memória. [...] A perspectiva de duração alonga-se também para frente, quando compreendemos que seu conteúdo quer chamar atenção para o tempo futuro, através da tentativa de prevê-lo. É através desse tempo dialético e semiótico que podemos conceber e observar o jornal, através das crônicas, já que esses tempos se sobrepõem e se contaminam. (SANTOS, 2009).

Antes de adentrar esse campo subjetivo das lembranças, é preciso entender o conceito de memória. “Consideramos que a memória é uma consciência latente do passado que é ativada por nossa consciência a partir do processo de evocação de lembranças.” (JUNQUEIRA; VIANA, 2020, p. 204).

Aqui, tratamos mais especificamente da memória social, no entanto, elas também acabam por auxiliar na construção da memória histórica. Isso porque, Maurice Halbwachs

(1990), importante sociólogo francês, em seu livro intitulado “A Memória Coletiva”, apresenta a ideia de que a memória histórica estaria mais especificamente relacionada à cronologia de fatos, à existência de uma História, baseada em documentos públicos oficiais. Já a memória social está relacionada à memória de um grupo ou comunidade, limitada no espaço-tempo. As memórias construídas nas crônicas que iremos analisar, além de solidificarem a memória histórica da cidade de João Pessoa, ajudam a construir o imaginário da memória coletiva da população pessoense.

Para que essas memórias sejam “ativadas”, é necessário que haja uma retomada dos acontecimentos passados, sejam eles histórias de vida, momentos historicamente importantes ou acontecimentos políticos e sociais, por exemplo.

Existem vários mecanismos de seleção e entre eles se destacam os valores, os sentimentos, as concepções, pressão social, necessidades e associação de ideias. No caso da memória social, eles também são fundamentais nesse processo, embora existam determinações sociais na constituição dos valores e sentimentos e alguns que se tornam predominantes em determinadas épocas e lugares. (JUNQUEIRA; VIANA, 2020, p. 206).

Ainda de acordo com Halbwachs, a população de uma determinada cidade ou comunidade possui uma memória de seu espaço. Esse espaço torna-se significativo para o grupo em questão, devido às lembranças que evoca (HALBWACHS, 1990).

Dentro desse espectro de memória coletiva, há um termo cunhado por Tuan (1980), que pode nos ajudar na construção de sentido do trabalho: é o termo topofilia. Segundo Viana e Junqueira (2020, p. 207), topofilia “pode ser entendida de forma mais ampla, como o vínculo sentimental e valorativo em relação aos lugares em geral, tanto meio ambiente natural quanto urbano, gerados pelas relações sociais e processo histórico de vida dos indivíduos”.

A partir desse entendimento, e dessa relação de valor sentimental do lugar, é possível inferir que, a partir das próprias vivências e do imaginário, e movidos pela nostalgia e pelo sentimento de topofilia, os indivíduos de um determinado espaço tornam-se potenciais “historiadores”, no sentido de história específica dos grupos, a partir de alguns mecanismos que ajudam a propagar e preservar essas memórias.

A grande valoração que vem sendo atribuída a toda referência ao passado incentivando a sua preservação e arquivamento levou à criação da memória histórica, a qual não é considerada memória porque se encontra alheia à experiência do vivido, e nem história, porque destituída do seu valor crítico em relação ao passado. Nora ressalta ainda que não são apenas aqueles que trabalham com história oficial que alimentam o desejo de recuperar o seu passado desaparecido, mas também todos os outros, intelectuais ou não. O autor afirma que os lugares de memória nascem da consciência de que não há

memória espontânea, e quando se trata do ato de lembrar/ esquecer – necessitamos criar arquivos. (JUNQUEIRA; VIANA, 2020, p. 207).

Podemos entender a oralidade e a escrita como fortes mecanismos dessa propagação e preservação. Esse reconhecimento é uma forma de tornar esses sujeitos, autores de suas próprias identidades e detentores e conhecedores de seu próprio espaço.

A memória histórica está nos livros, nos documentos públicos e nas memórias dos sujeitos, mas onde se encontra a história mais específica de um grupo? Ou de um bairro? Ou de uma comunidade? Onde estão aquelas pessoas que vivenciaram um fato que é contado pela história oficial e o que elas dizem sobre o que aconteceu? Por meio das narrativas podemos responder essas perguntas pelos que viveram um momento ou mesmo relataram o que alguém contou a eles. (COSTA, 2014).

E aqui retomamos a crônica e todo o seu potencial. É com base nesse aspecto que entendemos e defendemos que a crônica não tem nada de pequeno, uma vez que a partir dela podemos reconstruir os passados e reconhecer as engrenagens que nos trouxeram até aqui.

A existência de pequenos jornais, jornais de bairro, é um fator importante para auxiliar no processo de fortalecimento de materiais que podem ser utilizados como base para a construção da memória coletiva. Gonzaga Rodrigues, no entanto, é um jornalista e escritor que sempre contribuiu para importantes jornais da capital paraibana. Nesse caso, o ponto de fortalecimento da memória coletiva está não no veículo, mas sim nas crônicas e no conteúdo delas. Grande parte dos textos de Gonzaga Rodrigues retratam a cidade de João Pessoa, aspectos arquitetônicos, culturais, políticos e até algumas figuras locais.

A análise da memória social, nesse caso, se torna possível, pois os indivíduos que socializam suas lembranças nesse meio manifestam a memória individual que é ao mesmo tempo a manifestação de uma memória social, pois recorda o que é significativo para um indivíduo que foi socializado e introjetou os valores, sentimentos, concepções, da população. Nesse sentido, a seleção da memória individual é constituída socialmente e por isso é compartilhada coletivamente, sendo manifestação singular da memória social. (JUNQUEIRA; VIANA, 2020, p. 208).

Para que essas memórias coletivas venham à tona, o processo obrigatoriamente acaba envolvendo valores e sentimentos. “A relação entre lugar e valores é fundamental, pois os valores são um dos principais mecanismos de seleção da evocação de lembranças.” (JUNQUEIRA; VIANA, 2020, p. 206). São esses os mecanismos que ativam a seleção dessas lembranças. Falar em memória é, por conseguinte, falar em afetos.

Essas afetações tornam-se evidentes ao analisarmos os títulos dos livros, dos capítulos e das próprias crônicas de Gonzaga Rodrigues. Sem muitos esforços, o leitor é capaz de perceber a relação de carinho e respeito do autor para com a terra.

As crônicas do jornalista, ainda que muitas delas relatassem o tempo presente daquela época, apresentavam um caráter de preservação visto em poucos escritores locais. A preocupação com a arquitetura local, a modernização de alguns bairros, o aumento da violência em algumas localidades... Tudo isso pode ser encarado como um material com grande potencial de análise e evocação de lembranças que suscitam a memória coletiva. Nada mais é do que a recriação do tempo.

A memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. Assim, a consciência não está jamais fechada sobre si mesma, nem vazia, nem solitária. Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica. (HALBWACHS, 1968, p.14).

Em seus textos sobre o cotidiano, em que mistura literatura, política e história, Gonzaga Rodrigues vai construindo imagens líricas e ao mesmo tempo nostálgicas da cidade de João Pessoa.

Isso nos permite retornar à ideia de “historiadores” que discutimos no item da crônica na Idade Média. E essa é uma afirmação feita por um historiador paraibano no prefácio de um dos livros do autor, que citamos abaixo. José Octávio de Arruda Melo defende a ideia de que Gonzaga Rodrigues fez por João Pessoa o mesmo que Machado de Assis fez pelo Rio de Janeiro, e caracteriza o paraibano como um historiador social.

Duas razões contribuem para a precisão do retrato antropológico e social de uma cidade que este livro encerra. O primeiro reside nas vivências do autor que, rueiro, “nunca passei um dia sem sair de casa”. Aí, o cronista. O outro, sua invejável carga de leituras, forrada em biblioteca particular onde não faltam especialistas da Ciência do Tempo, como Hipolitte Taine, Capistrano de Abreu, Antônio Sérgio, Sérgio Buarque de Holanda e Adam Schaft. Aí, o historiador (social). (RODRIGUES, 1997).

De acordo com Walter Benjamin, o cronista é uma espécie de narrador da história, em que rememora aspectos e acontecimentos distantes tanto no tempo quanto no espaço. “O pressuposto básico desta assertiva está na distinção entre a ‘passeidade’ do real-acontecido (que

não mais volta) e a narrativa do discurso histórico, que reinscreve no presente uma experiência temporal passada.” (PESAVENTO, 1997, p. 29).

Assim como um historiador, o cronista também conta e recria histórias, e ordena seus acontecimentos baseados no tempo, atribuindo a isso um sentido. “Estaríamos, assim, diante da concepção aristotélica da narrativa (articulação de um enredo de ações representadas), que valeria tanto para a história quanto para a literatura.” (PESAVENTO, 1997, p. 29).

Além do cronista ter também um olhar voltado para a História, suas crônicas fazem dos leitores também historiadores, realizando uma espécie de exercício imaginário de rememoração e captação das sensibilidades do passado, uma vez que, segundo Pesavento (1997, p. 29), “nos faz olhar para as crônicas passadas como registros sensíveis de um tempo e nelas procurar realizar aquela ambição de captar o sentido das ações e das formas dos homens do passado perceberam a si próprios e ao mundo”.

Entendendo essas imbricações entre várias áreas e percebendo o rico potencial do gênero, podemos inferir que a crônica é uma narrativa que se relaciona e se apropria do estudo do imaginário de uma época.

Esse entendimento passa pela criação de imagens de um determinado espaço ou comunidade e, também, da representação coletiva e, de certa forma, duradoura, desses cenários. O cronista registra os ocorridos e as suas impressões sobre o cotidiano de um espaço ou de uma comunidade, e esse registro servirá, posteriormente, de memória do que já se foi.

4 ANÁLISE DAS CRÔNICAS: GONZAGA RODRIGUES, PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA

4.1 A cidade de Gonzaga Rodrigues

Ao longo de muitos anos de trabalho com a escrita, um dos assuntos mais frequentes encontrados nas crônicas de Gonzaga Rodrigues é a cidade de João Pessoa. O autor nutre um sentimento de muito afeto e respeito pela terra que o acolheu ainda muito jovem.

Essa relação de carinho para com a capital paraibana fica estampada nos títulos de livros e capítulos que o autor escreveu ao longo de sua vida, a exemplo de “Filipéia e outras saudades” (1988) e “Notas do meu lugar” (1978), livro escolhido para a análise das crônicas.

O livro “Notas do meu lugar” é composto por cinco capítulos, intitulados: Jeito de ser; Cidade Pessoal (em que ele faz um trocadilho, onde cidade pessoal está referindo-se à cidade em que ele vive, e ao mesmo tempo, pessoal fazendo menção à João Pessoa); Gente; Memória Rural e Matéria de Jornal. Além do nome do livro e dos títulos dos capítulos, as próprias crônicas também carregam expressões que fazem menção à cidade.

Observa-se que parte de suas crônicas retratam o cotidiano e as peculiaridades da cidade de João Pessoa, e através delas é possível identificar memórias, nostalgias, críticas, observações e apontamentos de figuras políticas e até sociais, que foram importantes para a história da cidade. O autor enaltece tanto o seu povo quanto a cultura e os espaços físicos da capital. A memória do escritor se confunde com a memória da cidade.

Difícilmente um cidadão, fora do exercício de cargos públicos, estabelece com a cidade onde habita vínculos tão fortes que se afirmam no permanente interesse por tudo quanto lhe diga respeito. Nada é estranho a Gonzaga, quando se fala de João Pessoa. A história da cidade, a paisagem, as pessoas, os acontecimentos, os problemas, tudo ele vive com a mais devotada participação. No espaço da crônica que assina diariamente, há várias décadas, se inscreve a expressão dessa vivência em textos memoráveis que são referência obrigatória para os conterrâneos. (...) Gonzaga Rodrigues combina cada palavra sua com os cantos da história que viu se revelar diante de si. (JOÃO PESSOAS, 2008, p. 19-20).

Dentro desses escritos, que foram originalmente publicados nas páginas de jornais e, posteriormente, organizados em livros, é possível situar-se dentro de alguns momentos históricos da cidade, fazendo com que a crônica, neste caso, não seja, nem de longe, um gênero menor. Além da literariedade e do aspecto jornalístico no sentido de registro de fatos, o apelo histórico torna-se fortíssimo nesses escritos, ao serem analisados nos dias de hoje.

No ano de 2007, na tentativa de enaltecimento da cidade de João Pessoa, a Prefeitura Municipal, na gestão do prefeito Ricardo Coutinho, produziu um box com três livros, intitulado “João Pessoas”, com entrevistas e relatos de figuras importantes da cidade e para a cidade. Dentre os três livros, o primeiro volume é dedicado à figura de Gonzaga Rodrigues, em que trata justamente sobre a Memória da Cidade. Cada livro acompanha um CD-ROM com um documentário sobre o personagem da obra, gravado pela TV Cidade.

Durante o documentário, Gonzaga relembra tempos remotos do centro da cidade

João Pessoa tem um temperamento que deu certo com o meu. O que é que eu gosto? Eu gosto de conversar, e pelo telefone é muito ruim, é muito frio. Por isso que eu sinto uma falta enorme do Ponto de Cem Reis. O ponto de Cem Reis era uma espécie de, sei lá, era onde todos nós nos misturávamos. Era uma troca de histórias. Tinha o tempo certo de chegar para esperar por Adalberto, por Natanael, para saber o que houve, quais as últimas notícias da política, ou quem tava colocando chifre em quem. Havia uma comunhão. (Documentário João Pessoas, 2008).

Nesse pequeno trecho, percebemos o grau de intimidade com que Gonzaga fala da cidade. Usa o nome de amigos sem precisar citar o sobrenome, de uma maneira muito natural, como se toda a cidade conhecesse Adalberto e Natanael (nomes citados durante a sua fala no documentário). Além disso, o jornalista relembra os tempos áureos do Ponto de Cem Réis, uma espécie de largo, praça que servia como um importante ponto de encontro que compõe parte do Centro Histórico da cidade de João Pessoa e que, hoje, é um local de passagem no dia a dia, mas também palco de reivindicações públicas por parte da população.

Através dessas obras, é possível também entender a História, uma vez que os produtos literários estão inseridos em um contexto histórico. É necessário entender, estudar e dialogar com os frutos locais. Elio Chaves Flores, doutor em História Social, enxerga a crônica como um produto “das experiências vivenciadas pelo homem no exercício de suas práticas culturais”. (FLORES, 2007, p. 13).

Em muitos textos, a impressão é a de que Gonzaga Rodrigues pretende, de fato, registrar de maneira histórica alguns pontos da cidade de João Pessoa, sendo eles arquitetônicos, políticos ou culturais. O seu trabalho acaba sendo quase que de um historiador. A escolha do registro por meio da crônica seria apenas um disfarce para o intento. “Ele utilizou a crônica e fez da crônica uma forma de memória.” (JOÃO PESSOAS, 2008, p.25).

Quanto a Gonzaga, pode-se falar em simbiose entre ele e o gênero. Na memória da comunidade, o cidadão e a crônica se confundem. Uma identificação que se complementa na própria na própria visão do escritor, elegendo a mancha gráfica, a “letra de forma” como sua realidade verdadeira. (...) Escolhendo a crônica como recurso estilístico-narrativo, Gonzaga

neutraliza o que pudesse parecer pretensioso no gênero memória. Disfarça, habilmente, o discurso em primeira pessoa, evitando entrar sozinho em cena. Mesmo sendo ele o protagonista, no primeiro plano aparente estará o outro que será o foco revelador do seu episódio pessoal. (CASTRO; RODRIGUES, 2003, p. 14)

As crônicas selecionadas para a análise do trabalho foram retiradas do livro “Notas do meu lugar”, publicado em 1978 pela editora Acauã. Apesar de não sabermos a data exata de publicação de cada uma das crônicas nos jornais impressos da época, todas elas foram produzidas dentro da década de 1970.

Percebemos que a pesquisa acaba atingindo também, um pouco de aspectos sociológicos, no que diz respeito ao estudo da cidade e seu povo, e o conceito de memória utilizado para a interpretação das obras é também parte da área da Sociologia. Ao analisar as crônicas de Gonzaga Rodrigues, também podemos entender muito sobre a questão de pertencimento que a cidade é capaz de causar em seus cidadãos, e mais especificamente nesse caso, em um produtor cultural.

Essa noção nos permite aqui considerar a identidade como o processo que torna o lugar significativo por pressupor a experiência no espaço para a construção de seu significado. [...] O ato da percepção caminha por entre mapas reais ou imaginários, carregados no dia a dia, e a partir da própria inserção na realidade. Percebendo a cidade parecem perceber a si próprios. Fazendo-se presente, faz-se a cidade que vislumbram. Uma presença qualificada pela experiência do espaço e pela observação do cotidiano expressas nos diversos espaços da cidade. (HONORATO, 1999, p. 45).

Por intermédio da memória do autor, conseguimos perceber aspectos da preservação cultural se imbricando na história da cidade de João Pessoa. A memória pode ser entendida, nesse caso, como:

[...] instrumento biológico cultural de identidade, conservação, desenvolvimento, que torna legível o fluxo dos acontecimentos, ou seja, é a consciência das possíveis perdas em andamentos, cujo viés é a lembrança, como se fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica. (HALBWACHS, 1990, p.14 apud HONORATO, 1999, p. 56)

Dada a entrega que o autor oferta durante os seus escritos referentes à capital paraibana e o carinho que sente pela cidade, às vezes fica difícil dissociar cidade e cronista. Além disso, fica nítido também que a preservação que ele busca, ao eternizar através dos textos as características arquitetônicas, culturais e sociais do espaço, é também uma busca de eternizar a si mesmo, numa espécie de registro a ser recordado, do passado para o futuro. “A saudade cria

espaços onde corpo, mente e bem perdido são um só. A preservação do passado surge assim como uma tentativa de preservação do próprio eu.” (HERMAN, 1985, p. 205)

Ao longo do trabalho de investigação das crônicas selecionadas, percebemos diversos aspectos presentes na crônica. Além de apresentar aspectos narrativos, descritivos e argumentativos em um único texto, podemos detectar uma presença forte da opinião pública sendo materializada na voz do jornalista. Essa percepção da visão do povo presente em um texto que tem como seu veículo um jornal é um ponto muito importante que também nos ajuda a afastar o estigma inferior do gênero.

Falamos acima sobre a visão do povo estampada nas crônicas, tendo o autor como porta-voz da opinião pública. Essa é uma categoria importante para que possamos construir melhor o sentido do trabalho, mas como poderíamos conceituar povo?

Trabalhar com a ideia de povo é difícil, por percebermos uma diversidade de significados. Podemos entender povo no sentido quantitativo, de muitas pessoas, mas sem nos aprofundarmos em suas características mais intrínsecas (uma visão de povo enquanto massa); ou talvez de um grupo seletivo de pessoas (uma família, uma tribo urbana).

Povo também pode estar atrelado a ideia de popular, tanto de maneira positiva, no sentido de enaltecer algo que atingiu diversos públicos, quanto negativa, ao tratarmos o popular como estando relacionado a camadas economicamente desfavorecidas, que estaria também ligada a ideia de cultura de massa (fazendo associação aos meios de comunicação como a TV e o rádio, por exemplo). Todas essas percepções podem fazer parte do amplo espectro de significações para a palavra povo, mas como afirma Roger Chartier (1995), contraditoriamente essas conceituações foram construídas por uma elite, uma cultura erudita.

Todas essas definições, no entanto, levam em consideração a heterogeneidade das pessoas que constituem o todo, o povo. É com base nesse entendimento que fazemos uso do termo povo. Um conjunto de pessoas que compartilham algo em comum, como língua, região, cultura, entre outros. É ao povo pessoense que Gonzaga dá voz. Portanto, não parece justo afirmar que um texto escrito com todas essas características se encaixe em uma categoria menor.

4.2 Um Gênio

“Um gênio” é uma das crônicas que compõem o livro “Notas do meu lugar”. O texto está inserido no capítulo Cidade Pessoal e relata os feitos e malfeitos da gestão do então prefeito da cidade de João Pessoa, Hermano Augusto de Almeida. Coligado ao partido Arena, hoje

Democratas (DEM) que se fundiu, em 2021, ao PSL, formando o partido União Brasil, Hermano Almeida alçou o cargo de prefeito por intermédio da nomeação do governador da época, Ivan Bichara, também do mesmo partido.

A vigência de seu mandato foi de 24 de março de 1975 a 26 de março de 1979, um período em que os prefeitos eram nomeados pelos governadores do Estado, durante a ditadura militar no Brasil. A ele, atribuem-se obras como a avenida Cruz das Armas, importante e representativa avenida da capital; o asfaltamento das avenidas Francisco Manuel e Vasco da Gama que dariam acesso a outras avenidas asfaltadas, como as avenidas João Machado, Tambiá, e, também, Eptácio Pessoa, a mais importante avenida da cidade. Outra obra do prefeito foi uma reforma no Parque Sólon de Lucena, a famosa Lagoa do centro da cidade. A crônica, além de ressaltar a importância das obras que foram construídas pelo então prefeito, e ignoradas por muito tempo pelas antigas gestões, encara os feitos do prefeito Hermano Almeida como obras também do povo da cidade.

A entrega ao tráfego da nova avenida Cruz das Armas representa para o Sr. Hermano Almeida um mérito que outras administrações não souberam merecer. Toda a cidade estava a pedir esse serviço, não apenas pela sua utilidade a Cruz das Armas como, principalmente, pelo que a avenida representa para a imagem urbanística de João Pessoa. (RODRIGUES, 1978, p. 91).

De fato, esse foi um período de extrema valorização e mudança nas questões urbanísticas da cidade. De acordo com Silveira (2004), durante os anos de 1975 a 1979, justamente o período de vigência do mandato do prefeito Hermano Almeida, houve a consolidação do Código de Urbanismo de João Pessoa, consubstanciado na Lei Nº 2102/75-PMJP.

A avenida Eptácio Pessoa, citada na crônica de Gonzaga Rodrigues, sofre diretamente os impactos da consolidação do citado Código de Urbanismo da cidade. Graças a essa ferramenta desenvolvida pelo governo da época, houve maior estímulo ao uso dos transportes individuais.

O Código de Urbanismo da Cidade procurava resolver os problemas e conflitos da expansão urbana, onde um dos impasses relacionava-se com a morfologia, as práticas sociais e o sistema de vias radiais, sua hierarquização e a política estimulante ao transporte individual da indústria automobilística, em sintonia com o percurso da avenida Eptácio Pessoa. O anel rodoviário da cidade impulsionou essa lógica, contribuindo no crescimento da cidade, na direção norte do percurso. Afetando a acessibilidade e a mobilidade, o sistema predominantemente radial, com carência de vias transversais, influi no congestionamento e saturação viária, pois o uso crescente do automóvel exige um espaço viário cada vez maior. As visões conflitantes de planejamento e de interesses afetaram a resolução dos problemas. (SILVEIRA, 2004, p. 247).

Como o próprio título diz, a ideia do texto é, aparentemente, enaltecer a genialidade do governante e suas realizações, que contribuiu para o avanço espacial e urbanístico da cidade, mas fazendo também uma espécie de trocadilho com um personagem presente na crônica, que consegue “decifrar” o labirinto que o prefeito criou ao realizar a obra.

Durante a leitura, o leitor consegue entender e se situar do período histórico no qual a crônica está inserida, um período de importantes mudanças arquitetônicas na cidade, com obras que, até os tempos atuais, desempenham importante papel no bom funcionamento da cidade.

Fazendo o que o povo pede, o que emerge da própria cidade, o Sr. Hermano Almeida estará sendo o prefeito que todos desejariam ser. Um prefeito que, mesmo nomeado, era como se eleito fosse. Não atendendo a reclamos e casos individuais, mas os casos para onde o geral convergissem. (RODRIGUES, 1978, p. 91).

No entanto, ao longo do texto, percebe-se a utilização da ironia. O próprio título da crônica passa a ser encarado de uma outra forma. O autor passa, em dado momento do texto, a questionar e criticar o trabalho do prefeito, como a falha de comunicação com a população e transparência dos empreendimentos, e atribui o mesmo sentimento a uma população insatisfeita. O adjetivo gênio passa a se tornar um termo irônico para a descrição do governante, na tentativa de criar um significado contrário.

A crítica recai justamente em cima de obras ou pequenos reparos nas vias e espaços públicos da cidade que, para Gonzaga e, aparentemente, para os moradores de João Pessoa que vivenciaram a gestão do prefeito Hermano Almeida, eram inúteis e manchavam todo o trabalho que o prefeito vinha construindo.

As obras citadas, em vez de serem obras do prefeito, são obras de todos. Todos se felicitariam em assiná-las. Mas há serviços que, não vindo de nenhum pedido, terminam sendo apenas do prefeito. Tire-se pelo modo como eles são comentados na rua: “O que é isso? – perguntam sobre Cruz das Armas. “É a avenida Cruz das Armas, a entrada da cidade” – respondem sem titubear. Já diante de um gelo baiano¹, na rua Padre Meira, pergunta e resposta são bem diferentes: “Que diabo é isso?” E a resposta geral: “Isso é coisa do prefeito”. Quando a obra é desnecessária, besta, fica sendo coisa do prefeito. Vê-se, portanto, que Hermano está estragando o principal com o acessório. Trocando a boa repercussão de obras como Cruz das Armas e Beira Rio pela má repercussão de um gelo baiano. (RODRIGUES, 1978, p. 92).

Sendo um jornalista (em muitas situações, opinativo) já renomado durante esse período de sua vida, é possível inferir que Gonzaga, em seus textos, também dava voz ao sentimento e

¹ Blocos de concreto amarelo utilizados para reorientar as vias e sinalizações de trânsito.

a opinião de alguma parcela da população pessoense, fazendo com que suas crônicas sejam pontos de referência dentro dos períodos históricos da cidade. A partir de textos como esse, conseguimos perceber de que tipos de crítica o prefeito da época estava sendo alvo.

O planejamento da expansão e organização urbanística da cidade trouxe, visivelmente, conflitos e dúvidas para a cidade. Isso fica evidente ao ler alguns trechos da crônica de Gonzaga Rodrigues, ao perceber o sentimento de confusão da população frente às obras que o prefeito pretendia realizar na cidade.

No caso da crônica em questão, o maior enfoque e a maior crítica de Gonzaga está pautada em cima das obras do Parque Sólon de Lucena, a Lagoa do centro da cidade, que àquela época, passava por um processo de reurbanização e revitalização.

No caso da Lagoa, não tenho nenhuma restrição ao que se vai fazer por lá. Só que não sei o que vão fazer. Nem eu, nem a comunidade, nem o prefeito. E ninguém pode se opor ao que não conhece, como nenhuma prefeitura do mundo pode fazer o que ela mesma não sabe. (RODRIGUES, 1978, p. 92).

Em seus primeiros anos, a Lagoa era conhecida por “Sítio da Lagoa” e, posteriormente, como “Lagoa dos Irerês”. Até o início do século XX, a área pertencente a lagoa era inteiramente revestida por uma vegetação nativa, com reminiscências da mata Atlântica. Por muitos anos, esse foi um grande “problema” para o crescimento da cidade, que não conseguia expandir seus espaços para o sentido Leste, “por tratar-se de terreno baixo e alagadiço, sendo assim desvalorizado e habitado por população de baixo poder aquisitivo” (MEMÓRIA JOÃO PESSOA, 2020).

Além da área inóspita, decorrente da vegetação nativa, há relatos da existência de um Engenho, o Engenho da Lagoa,

cuja casa grande foi, posteriormente, utilizada pelas forças militares, que ali faziam suas manobras. No entanto, não existe registro algum que comprove estas informações, apenas Sebastião Azevedo, em seu livro “Rememorando o Passado”, se refere a uma casa grande pertencente ao Sr. Vitorino Maia, que ocupava toda parte lateral onde ficam hoje as residências do trecho das ruas Desembargador Souto Maior e Santo Elias até a Elizeu César. (MEMÓRIA JOÃO PESSOA, 2020).

Em novembro de 1853, o então governador da província, João Capistrano Bandeira de Melo, defendeu, por meio de um documento que fora enviado pela Câmara, a ideia da utilização da área da Lagoa em prol da população da cidade. Foi somente anos mais tarde, em 1920, por meio do governo Sólon de Lucena que a Lagoa foi “tomada” pelo Estado. É nesse momento em

que o, agora, Parque Sólon de Lucena recebe as suas primeiras obras, como drenagem e saneamento, valorizando assim o local (MEMÓRIA JOÃO PESSOA, 2020).

Essas obras da Lagoa relembram nomes bastante conhecidos para os pessoenses. A obra de saneamento do Parque Sólon de Lucena foi assinada pelo Engenheiro Saturnino de Brito. Atualmente, é uma comunidade que fica localizada nas mediações do centro da cidade que possui o nome do engenheiro. As obras possibilitaram o crescimento da cidade no sentido praia e o surgimento de avenidas como a Getúlio Vargas, Coremas, Maximiano Figueiredo e Duarte da Silveira, todas elas citadas na crônica em questão.

Anos mais tarde, já no governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940), a Lagoa volta a receber algumas obras mais substanciais, como a execução de galerias de águas pluviais, calçadas, a instalação de uma fonte luminosa que, até os dias de hoje, resiste no centro da Lagoa, o Cassino da Lagoa, com base na arquitetura moderna brasileira, entre outros empreendimentos naquela área. No ano de 1940, a Lagoa recebe uma grande obra de reurbanização, assinada pelo famoso arquiteto Roberto Burle Marx (MEMÓRIA JOÃO PESSOA, 2020).

Todas essas obras são importantes para contextualização, pois foi a partir do ano de 1940 que todas as obras que, posteriormente, fossem realizadas no local, deveriam respeitar as características originais (MEMÓRIA JOÃO PESSOA, 2020). Em 1975, sob o mandato do prefeito Hermano Augusto de Almeida, figura central da crônica analisada, o Parque Sólon de Lucena volta a sofrer reformas. Polêmicas reformas.

Na administração municipal Hermano Almeida (1975-1979) foi elaborado um projeto de reurbanização e revitalização para este logradouro, por Serra Caldas & Polito Arquitetos Associados, que propunha torná-lo uma área de lazer em potencial. Seriam criadas diversas praças adequadas as funções a que se destinavam- entre elas a Praça de Apresentações Populares, Praça de Recreação Infantil, Praça do Anfiteatro; vias de pedestres, ciclovias; lanchonetes; instalações sanitárias; locais para jogos ao ar livre; etc; e ainda estacionamento para automóveis e abrigo para usuários de transporte coletivo. Este gerou enormes polêmicas, uma vez que seria interditado o anel interno ao tráfego de veículos. Mesmo assim as obras foram iniciadas em janeiro de 1978 e se estenderam até o final da referida gestão, em Março do ano seguinte, sem no entanto haverem sido concluídas. Contudo, o prefeito que o sucedeu além de não dar continuidade aos serviços ainda abriu a aludida via. (MEMÓRIA JOÃO PESSOA, 2020).

Diante dos conflitos com a população e com a própria classe política, principalmente no que tange aos meios de transporte público, acessibilidade e mobilidade da cidade, criou-se o Plano para o Sistema Integrado de Transportes (SILVEIRA, 2004, p. 248).

[...] foi elaborado o Plano para o Sistema Integrado de Transportes, pelo escritório do urbanista Jaime Lerner, em 1978, discutindo a destinação de

espaços públicos. O Plano, que acabou por não sair do papel, tratava de um planejamento integrado para o transporte de massa da cidade de João Pessoa, face ao crescimento da população e a ampliação da mancha urbana, apontando para uma reestruturação física da cidade. O percurso da avenida Epitácio Pessoa era tratado, no Plano, como um dos que continham um dos principais eixos naturais de crescimento e de reestruturação urbana. O Plano de Lerner foi contratado no final da gestão do prefeito Hermano Almeida, em 1978, e foi entregue em 31 de dezembro de 1978, não havendo tempo do prefeito executá-lo. A descontinuidade da gestão política afetou a resolução de problemas urbanos, que se acentuavam na Área Central, em espaços adjacentes e nos eixos de crescimento principais. (SILVEIRA, 2004, p. 248).

O intento da Prefeitura, na época, era justamente o da elaboração de uma espécie de área de lazer. A confusão se deu pela quantidade de coisas que o prefeito pretendia realizar e pela interdição do anel interno da Lagoa, trazendo transtorno para os transeuntes e tornando o trânsito bastante confuso.

O que vão fazer da Lagoa? O prefeito não disse e a cidade não sabe. Deve ser, portanto, uma brincadeira, um exercício de inteligência da nossa arquitetura urbanística fazendo do trânsito e da cidade um engenhoso quebra-cabeça da Estrela. “Você entrando aqui, sai onde? Onde sai é sempre uma surpresa. O major Francisco Leocádio, para ir da 1817 até a sua casa, na Getúlio Vargas, desce na Padre Meira, dobra na 13 de Maio, quebra o braço esquerdo na Pedro II, desce na Américo Falcão rumo à Lagoa, contorna à direita até pegar a Getúlio, passa em frente, atravessa a Maximiano, faz o balão na primeira abertura da Adolfo Cirne, chega de novo à Maximiano, espera o sinal, retoma a Getúlio, dobra na Coremas, contorna a Almirante, tudo isso pra chegar aonde já havia passado. Quando chega em casa é uma festa! Ninguém esperava que ele conseguisse acertar...

- Acertou, painho?!

- É um gênio! (RODRIGUES, 1978, p. 93).

Nesse trecho, além de notar o regionalismo utilizado pelo autor ao usar o termo “painho”, expressão usada de maneira carinhosa para se referir a pai, muito usado em cidades do nordeste, podemos novamente notar a ironia ao uso do substantivo gênio, aqui usado como adjetivo.

A ideia sugerida nesse caso é inferir que o Major Francisco Leocádio, personagem da crônica, seja visto como um homem esperto por ter conseguido desvendar o caminho que parece ser quase uma espécie de labirinto. No entanto, o adjetivo, subliminarmente, refere-se ao prefeito Hermano Almeida, por ter desenvolvido uma obra tão complexa e inconveniente à população.

Ao lermos a crônica, nos dias de hoje, podemos entender que houve uma grande obra de revitalização da Lagoa na década de 1970 durante a vigência do mandato do prefeito Hermano Almeida, além de percebermos a visão negativa que era nutrida a respeito dessa obra em específico.

No tópico em que discutimos a pluralidade de significados da crônica, apresentamos a ideia de que a crônica pode não ser, exclusivamente, um gênero narrativo. A crônica *Um gênio* é um claro exemplo do que queremos dizer. Gonzaga narra alguns poucos acontecimentos, mas descreve muito mais o problema da reforma e argumenta, de maneira irônica, que a ideia do prefeito não foi bem executada, além de carregar em sua fala, a opinião da população. Essa característica serve, mais uma vez, para demonstrar a riqueza do gênero.

4.3 A grande lição

A grande lição é um texto que trata de um momento triste para o âmbito social da cidade de João Pessoa. Dentre as crônicas selecionadas para a análise no presente trabalho, esta é a única que traz como foco específico, uma figura social importante para a cidade: o Padre Zé Coutinho. Nesse caso, mais precisamente, sobre a sua morte.

José Coutinho, conhecido como Padre Zé, nasceu na cidade de Esperança, no brejo paraibano, no dia 18 de novembro de 1897. José era sobrinho de D. Santino Maia da Silva Coutinho, arcebispo de Alagoas, e afilhado do Monsenhor Odilon da Silva Coutinho, Vigário Geral da Arquidiocese da Paraíba, o que demonstra em sua trajetória, uma relação muito profunda com a instituição religiosa da Igreja Católica (NUNES, 2000).

Ao longo de sua vida, investiu em uma educação voltada para o campo religioso, estudando em colégios com uma didática voltada para esse fim. Ainda nesse tempo, Padre Zé já demonstrava uma inclinação para o auxílio dos mais desamparados, quando criou uma cooperativa escolar chamada Bodega, onde auxiliava seminaristas pobres na compra de material didático e pertences (NUNES, 2000).

Sobrinho de dom Santino Coutinho, arcebispo de Alagoas e afilhado do monsenhor Odilon da Silva Coutinho, vigário geral da Arquidiocese da Paraíba, revelou sua vocação assistencial ainda no seminário, onde fundou uma espécie de cooperativa para assistir seminaristas pobres. Ao ordenar-se padre em 23 de março de 1920, incorporou a imagem do eterno peregrino a esmolar pelas ruas e entidades, a fim de ajudar os necessitados. A quem cooperava ou não com sua causa, se anunciava assim: “A esmola de meus pobres, prezado”. (JORNAL A UNIÃO, 2017).

Em 23 de março de 1920, ordenou-se padre e deu início a carreira de religioso, tornando-se “Capelão da Ordem Terceira do Carmo, em João Pessoa, Vigário da Catedral Metropolitana, Capelão do Abrigo Jesus de Nazaré, oficiando também na Igreja de Nossa Senhora das Mercês”. (NUNES, 2000, p.11). Foi somente no ano de 1937 que Padre Zé abandona a vigariaria para dedicar todo o seu empenho às obras sociais.

Ao longo dos anos, fez de sua trajetória religiosa uma verdadeira devoção e dedicação ao auxílio dos mais pobres, doentes e necessitados.

A partir de 1935, os paraibanos da capital e adjacências se acostumaram a verem a figura de um padre, na época com 38 anos, esmolando com insistências para investir nas suas obras sociais. Surgiu, então, um abrigo, que mais tarde seria o atual Instituto São José. A maioria dos necessitados precisava de tratamento médico, aí veio a evolução desse albergue para o atual Hospital Padre Zé. O São Francisco paraibano era incansável e não media distância para conseguir donativos. (A UNIÃO, 2017).

Padre Zé era comumente visto pelas ruas da cidade de João Pessoa, sendo carregado em uma cadeira de rodas com um caniço e um bisaco à tiracolo, que servia para “intimar” as pessoas na contribuição de sua obra (A UNIÃO, 2017). Cenas como essa foram registradas pelo cineasta Jurandy Moura, que gravou em 1969 o documentário ‘Padre Zé Estende a Mão’, disponível na plataforma do Youtube.

Não demorou para ser designado para cargos mais elevados dentro da Igreja, sendo convocado para missões religiosas que muito ajudaram a tomar os rumos que vieram a colaborar com o amparo de centenas de famílias, após ter constituído os equipamentos físicos como o Instituto São José e o Hospital Padre Zé, que se mantém atuantes. (NUNES, 2000, p. 11).

Por seu trabalho destinado às causas sociais, Padre Zé ficou conhecido como o ‘pai dos pobres’, além de ser reconhecido como o patrono da Assistência Social no estado da Paraíba. No ano de 2012, a Arquidiocese da Paraíba deu início à coleta de dados para o início de um processo de beatificação da santidade.

Dentre os dados e documentos coletados para este trabalho, há também uma petição popular “com mais de 500 assinaturas, além de depoimentos de pessoas que chegaram a conhecer mais profundamente o Padre Zé ou familiares de quem foi beneficiado pelas diversas bonanças dele”. (JORNAL DA PARAÍBA, 2012).

Atualmente, o Hospital Padre Zé possui uma unidade de atendimento que conta com serviços ambulatoriais e outros esforços de responsabilidade social para com a comunidade. Em João Pessoa, é um hospital famoso por abrigar pacientes idosos em situação de pobreza e baixa renda e recebe, até os dias de hoje, doações por parte da população. Esse é o maior legado que o Padre Zé, um homem querido e respeitado, deixou para a cidade de João Pessoa. Além do Hospital, o bairro no entorno do ambulatório também ficou conhecido pelo nome do padre: bairro Padre Zé.

A vida religiosa do Padre José Coutinho é pontilhada de passagens que engrandecem a Igreja na Paraíba, seja por sua efetiva ação em favor dos pobres

e necessitados, ou na defesa intransigente do povo que mais precisa do braço amigo para ampará-lo. [...] Padre Zé deixou sua família para ficar mais perto de todos, identificando-se com os pobres, numa convivência afetiva e efetiva, dentro de uma dimensão própria das pessoas iluminadas ao serviço do próximo. (NUNES, 2000, p. 5)

E o afeto com que a população da cidade retribuía ao religioso ficou nítido durante o cortejode seu corpo, no dia 5 de novembro de 1973. Padre Zé morreu aos 75 anos, dois dias após passarmal no Cemitério da Boa Sentença, durante uma de suas ações para arrecadação de fundos para sua obra. Uma multidão de pessoas reunidas para dizer adeus ao homem que tanto fez para os mais necessitados. Todo o trabalho de uma vida, reconhecido em sua morte.

O povo concordara em não deixar o menor vazio no asfalto. Tanto assim que, na igreja de São Francisco até a Praça Venâncio Neiva, arrastou-se um lento caudal de cabeças eriçadas. De uma das torres eu vi tudo. A rua andando lentamente numa cheia nevoenta entornando fachadas pesarosas. Nem uma pessoa, nem dez mil, nem cinquenta mil, e sim uma fusão homogênea de humanidade. A multidão feito unidade. (RODRIGUES, 1978, p. 93).

Nesse trecho, podemos perceber a presença de algumas figuras de linguagem. Há o uso da metonímia quando o autor decide usar a rua como se referindo a multidão de pessoas que estava nela. O mesmo acontece quando ele se utiliza da palavra asfalto, para se referir a rua.

A crônica é inteiramente dedicada a acompanhar o trajeto do corpo do Padre pelas ruas do Centro Histórico do centro da cidade. A citação acima demonstra, mais uma vez, a escolha do autor pelo registro e a adição de espaços importantes, pontos turísticos da cidade: a igreja de São Francisco e a Praça Venâncio Neiva, mais conhecida como Pavilhão do Chá.

Um fato interessante nesse trecho é o intuito do autor em demonstrar a quantidade de pessoas presente no local do evento, como uma espécie de documento que comprovava a afeição que o povo nutria pelo padre.

Apesar de não conseguir precisar a quantidade, o uso de dois substantivos femininos traz ainda mais significado para o contexto da crônica: humanidade e unidade. A multidão tornou-se uma para prestar uma última homenagem a um homem de Deus, que fez de sua vida um ato de caridade, um homem humano. A escolha dos dois substantivos ajuda a trazer uma reflexão mais próxima do contexto religioso. “A multidão feito unidade”, deixando de lado suas diferenças, credos, cores e classes sociais para demonstrar humanidade, afeto e compaixão para com o padre.

Outra imagem que é criada a partir desse trecho nos remete à experiência pascal dos Atos dos Apóstolos, onde a “multidão de fiéis era um só coração e uma só alma, onde ninguém

considerava como próprias as coisas que possuía, mas tudo entre eles era posto em comum” (At 4, 42), a verdadeira fusão homogênea de humanidade.

Durante o cortejo fúnebre descrito na crônica, é nítido ver o sentimento de afeto e respeito que a população nutria pelo religioso, sentimento esse que, até os dias atuais, permeia o imaginário dos pessoenses a respeito do padre.

Apesar de relatar o enterro do Padre, o foco da crônica aparenta não estar especificamente sobre ele, mas sim, sobre a população. A imagem criada no texto não é centrada nos feitos do padre, mas no reconhecimento deles, na lição que o padre deixou, além do sentimento de consternação pela partida do religioso.

“Acudiu-me, logo, a impressão de que Padre Zé não saíra do Carmo, de nenhuma sala particular ou especial, mas de todas as casas, como quem passa pela última vez pelas quarenta mil portas da cidade.” (RODRIGUES, 1978, p. 93).

Em certo trecho, Gonzaga Rodrigues faz questão de demonstrar a importância da religião para o povo, a devoção e o conservadorismo, ao longo do tempo, parecem nunca se alterar. Desde as antiguidades clássicas, até o momento da morte de Padre Zé, pouco mais da metade do século XX, não mudou. Para esse efeito, o autor usa de uma comparação com o livro “A cidade antiga” do historiador francês Fustel de Coulanges. Mais uma vez, é possível notar a sua fixação com a cidade e com a forma de enxergá-la.

Vendo de cima convenci-me de estar lendo “Cidade Antiga”, sem tirar nem por, todos os usos e costumes, todos os cultos e valores em plena atualidade. O romano que levou seus heróis à tumba não era o mesmo que compunha a imensa vaga pesarosa? Cheguei a crer que o homem que trocou a túnica inconsútil pela calça unissex, no íntimo, é o mesmo. Mudou de cabelos, de técnica, mas as fontes de amor ou de ternura, os motivos que o fizeram herói de Homero são os mesmo que o fizeram herói de James Joyce. Como se o tempo não mudasse os Ulisses. Ou melhor, como se os tempos mudassem, deixando os homens na mesma. (RODRIGUES, 1978, p.94).

O trecho acima nos permite inferir que, a partir de uma observação da cidade, entendendo cidade, nesse caso, como massa, o autor consegue caracterizar a situação e o próprio personagem em questão, o Padre Zé. A partir dos aspectos que servem como engrenagem para a movimentação da cidade, Gonzaga consegue traçar um panorama do cenário que descreve. O uso da palavra massa é uma metáfora utilizada pelo autor, para trazer a semelhança da multidão como algo unificado, ligado entre si

Ao observar o cortejo fúnebre, o autor tenta embasar a cena com a teoria levantada no livro “A cidade antiga”. A ideia é a de que o homem, apesar das mudanças em suas vestimentas,

comidas, política, enfim, da transição do tempo, mantém a mesma essência. Ele continua sendo o mesmo em seus dogmas, costumes e pensamentos.

É o conflito entre os costumes sagrados e a atitude mundana e profana das pessoas, por já estarem inseridas em um contexto de maior modernidade. As pessoas retornam as suas tradições para se despedirem de alguém que era uma referência religiosa, mas, sobretudo, social.

A figura de Ulisses nesse trecho também é central para o sentido que pretendemos construir e apresentar. Ulisses é um importante guerreiro mitológico, conhecido por sua esperteza e por conseguir grandes feitos durante a guerra de Tróia. Com o fim da guerra, ao tentar retornar para casa, Ulisses enfrenta uma verdadeira odisseia. Mesmo enfrentando a fúria de Poseidon, tendo que lidar com um ciclope gigante e resistindo aos encantos de uma ninfa, o herói sempre teve um pé fincado em sua terra, a ilha de Ítaca, e era exatamente desse lugar de afeto que ele tirava forças para continuar sua luta. Todo o seu esforço é em busca da preservação dessa unidade familiar e do reino. Ele enfrenta suas aventuras, mas nunca perde esse desejo de voltar à sua estrutura de patriotismo, à sua lealdade à esposa, ao filho, e a todo o esteio que lhe sustenta.

Traçando um paralelo dessa análise de Ulisses com a observação de Gonzaga ao cortejo de Padre Zé, podemos entender que aquela catarse coletiva é um retorno a essa unidade que interliga cultural, simbólica e afetivamente o lugar, ou seja, povo e cidade estão sempre muito ligados. Isso também acaba por corroborar com todo o legado de textos que Gonzaga oferta em sua jornada profissional, a cidade é, quase sempre, um de seus personagens principais, e preferidos.

Além da astúcia, principal característica reconhecida no herói mitológico, Ulisses era desconfiado. Quando volta da guerra, ao invés de retornar diretamente para os braços de sua esposa, ele prefere checar se Penélope estava o traindo. Fingiu-se de mendigo para observá-la e constatou a infinidade de pretendentes que rondavam sua esposa. Matou-os, um por um, e só após isso, voltou para casa. Esses são atributos essencialmente humanos. Apesar de todos os seus feitos durante a guerra, e de ter concluído a sua odisseia como um herói, Ulisses tinha uma conduta moralmente duvidosa.

Isso não se aplica ao Padre Zé, no entanto, o intuito de Gonzaga ao trazer essa reflexão é o pensamento de que, mesmo ao longo de tantos séculos, o homem continua com o intuito de buscar heróis, reconhecê-los e enaltecê-los, mesmo sabendo que eles não existem. O apego, nesse caso, religioso, misturava-se ao sentimento de gratidão por todos os feitos do Padre. A crônica escancara essa devoção. A partir dessas observações, podemos perceber que Gonzaga

Rodrigues consegue construir a figura do herói no Padre Zé, trazendo para a figura religiosa uma espécie de redoma que o torna “inesquecível”, preservando assim, sua memória.

O sentimento de gratidão do povo com aquele homem fica muito explícito quando o autor relata o sentimento de familiaridade, proximidade que a população tinha para com a representação do Padre Zé.

O que vi foi a cidade se passar um atestado de bondade. Ela inteira solidária, numa comoção única chamada por uma força interior a um ato geral de condolência. Uma ressurreição de sentimentos perdidos marchando num rumo único de luto e contrição. Tudo me leva a confiar que o homem continua o mesmo. O que nasceu nele, nele continua, não se conformando com a primeira morte que houve no mundo, nem também com a última. (RODRIGUES, 1978, p. 94).

A ideia de eternizar na memória do povo a figura heroica de Padre Zé fica evidente no último parágrafo da crônica. Esse é um trecho que está bastante interligado com a busca pela devoção ao herói, que foi discutida anteriormente. Isso porque, ao finalizar o texto, Gonzaga clama por uma substituição, reforçando a ideia da necessidade de cultuar os bons exemplos, tidos como heróis sociais.

Até se despedindo o Padre Zé nos deu uma lição. A de que vale a pena fazer o bem. De que os valores são os mesmos enquanto um homem estiver sempre a precisar de outro homem. Importa saber se a cidade, que lhe foi grata e solidária, vai ser digna do seu exemplo. Os pobres não têm mais seu Padre Zé. Que a sociedade o substitua. (RODRIGUES, 1978, p. 95).

Novamente, o autor atribui à cidade a necessidade de validar os feitos de Padre Zé, trazendo, mais uma vez, uma ideia interligada da figura social com a preservação de sua memória, a honra ao seu legado.

4.4 Preservar

A crônica intitulada “Preservar” está incluída no capítulo Cidade Pessoal. Essa é, talvez, uma das crônicas mais emblemáticas dentro do livro “Notas do meu lugar” no que diz respeito à preservação de memória e patrimônio histórico. Aqui, Gonzaga Rodrigues apresenta uma preocupação e desconforto genuínos com a conduta da população e de seus governantes com relação ao cuidado e ao destino que dão às antigas construções da cidade de João Pessoa.

A crônica inicia-se com um excerto da *revista Veja*, de nº 330, entre as páginas 66 e 67, referente ao problema das demolições. Esses trechos reaparecem por mais algumas vezes

durante o decorrer do texto, como se o autor estivesse “discutindo” com o tema que a revista está abordando.

O que fazer com um ou outro prédio antigo, com algumas dezenas de quarteirões e, às vezes, com bairros inteiros, depois que o seu uso intensivo, durante anos começa a minar sua aparência e até seus próprios alicerces? Nada, a não ser demolir a área e reurbanizá-la para que possa receber novas construções. (RODRIGUES, 1978, p. 99).

Esse é o grande cerne da crônica: a insatisfação do autor com o descaso e o desprezo com as construções históricas da cidade.

A apreciação ainda é a da revista: “Esta tem sido uma resposta frequente para prefeituras municipais e órgãos de reurbanização que se vêm às voltas com velhas casas senhoriais transformadas em cortiços ou antigos quartéis convertidos em mercados. Mas talvez não esteja aí a única saída” - propõe a Veja, acolhendo a opinião que começa a se generalizar entre os urbanistas. “As áreas deprimidas, geralmente situadas em locais representam seu núcleo antigo e o principal depósito de sua herança arquitetônica. Assim, pode ser que o mais sensato fosse preservá-las e a forma ideal de proceder nesses casos vem tomando corpo, por acaso, nos Estados Unidos”. (RODRIGUES, 1978, p. 100).

A preocupação com o patrimônio histórico no Brasil, para alguns, ocorre na Semana de Arte Moderna de São Paulo, no ano de 1922. “Em 1933, surge o primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio no Brasil, vinculado ao Museu Histórico Nacional. Era a Inspetoria de Monumentos Nacionais.” (G1, 2012).

No entanto, oficialmente, o órgão responsável pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, só seria criado no ano de 1937. O IPHAN, “manifestou em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade.” (IPHAN, 2014).

De acordo com informações retiradas do site do IPHAN,

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. De acordo com o Decreto, o Patrimônio Cultural é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. São também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana. (IPHAN, 2014).

No decorrer do texto, o autor traz uma nova citação da revista *Veja*, explicando que a prática de preservação, muito em voga nos Estados Unidos durante àquela época, já estava ganhando adeptos em algumas cidades do Brasil. “Em Curitiba e São Paulo, sobretudo, preservar em vez de demolir, começa a ser a palavra de ordem.” (RODRIGUES, 1978, p. 100).

Ao citar a cidade de Curitiba, Gonzaga traz também um trecho atribuído ao prefeito da capital paranaense, na época.

O que se pretendia na época e se executa agora, era a salvação de tudo o que a cidade tivesse como valor histórico e cultural, mesmo sem grande interesse artístico. Estamos pensando em criar incentivos fiscais para quem preservar o prédio que ocupa. (RODRIGUES, 1978, p. 100).

O prefeito citado é Jaime Lerner, um importante nome para a política do Paraná e, principalmente, para as discussões acerca de preservação do patrimônio histórico. Arquiteto por formação, Lerner é uma figura conhecida por desenvolver grandes avanços na cidade de Curitiba, no que diz respeito a urbanização e logística da cidade, que hoje, é tida como referência em muitos aspectos relacionados à mobilidade urbana e preservação de edificações antigas.

Ao longo das últimas quatro décadas, Curitiba, capital do estado do Paraná, foi considerada modelo de planejamento urbano nacional e internacional, através de um projeto prático e político de cidade. [...] A sustentação deste projeto foi favorecida pela manutenção, quase que ininterrupta, de um mesmo grupo político ligado ao arquiteto e urbanista Jaime Lerner, que esteve à frente da prefeitura municipal entre os anos de 1971 e 1974; 1979 e 1983; retornando entre 1989 e 1992. (SÁNCHEZ, 2010 apud D’ANGELIS; NASCENTES, 2017)

O discurso atrelado à preservação da herança arquitetônica das cidades só começa a aparecer na crônica, de fato, a partir desses excertos da revista *Veja* e do cuidado com o patrimônio, que está se solidificando em cidades como Curitiba e São Paulo. A partir disso, o autor começa a trazer essa realidade para o contexto da capital paraibana.

O descontentamento do autor está ligado ao abandono de áreas importantes da história arquitetônica local. Ao citar bairros como Varadouro, Tambiá, Duque de Caxias, General Osório e Trincheiras, Gonzaga ressalta a relevância desses locais para a história da cidade. “Antes de simples depósitos arquitetônicos, essas ruas e bairros falam pela cidade, representam a sua cultura, os seus modismos, as características peculiares que nos distinguem de outros centros e províncias.” (RODRIGUES, 1978, p. 100).

Ao citar os bairros e ruas do centro da cidade, Gonzaga utiliza um discurso que defende a importância cultural e a necessidade da manutenção desses espaços. Um exemplo disso é a descrição pormenorizada dos aspectos arquitetônicos da rua das Trincheiras e do Varadouro.

Trincheiras, com seu tipo uniforme de fachadas, suas janelas altas, seus frisos e traços arquitetônicos, conta mais sobre João Pessoa do que todos os nossos livros juntos. Os velhos armazéns de estiva localizados no Varadouro, valem como o registro de nascimento da cidade, da sua atividade comercial, contando uma história que começa em Lisboa e termina ancorada no antigo porto do Sanhauá. (RODRIGUES, 1978, p. 100).

Esse é um trecho muito rico da crônica. Aqui, Gonzaga mostra a essência de toda sua obra, trazendo a cidade como a protagonista de seus textos. Para o autor, a cidade é capaz de contar, por si só, toda a sua história. Aqui, também conseguimos relembrar a História. O jornalista consegue apresentar as influências arquitetônicas que a cidade recebeu dos portugueses, ao citar a cidade de Lisboa, lá no período de colonização.

Em sua tese de doutorado realizada na Universidade do Porto, em Portugal, a professora Maria Berthilde Moura, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, discute exatamente a construção da arquitetura da antiga Filipéia, com fortes influências de Portugal.

A cidade do século XVI, ainda hoje pode ser entendida tomando por referência a implantação de algumas dessas primeiras edificações. Mas se a arquitetura é entre as artes uma das mais duráveis, soma-se a ela o traçado urbano que também tende a ser perene. E no caso da Filipéia, a malha urbana se mantém como uma forte 'memória' da cidade, apesar de diversas retificações e alterações que sofreu ao longo dos anos. Por isso pode-se ter afirmativas como a seguinte: "E foi, justamente do lado ocidental da hoje denominada praça D. Ulrico que se começaram as primeiras edificações da cidade, tendo, no ponto mais elevado do terreno, se levantado a igreja matriz". (BERTHILDE, 2004, p. 182).

Além das influências portuguesas, os holandeses também passaram pelo nosso território. E o autor faz questão de citá-los, usando como exemplo um outro bairro. “As mansões acasteladas de Tambiá, com seus telhados à holandesa, nasceram gratuitamente ou representam uma associação com outras culturas?” (RODRIGUES, 1978, p. 101). Hoje em dia, João Pessoa divide sua arquitetura entre a parte histórica, que guarda um modelo mais barroco, e as construções mais recentes, da década de 1950, que apresenta construções de filiação Art Déco.

O IPHAN atua no Estado da Paraíba desde o ano de 1938, quando foram realizados os primeiros tombamentos de bens isolados. Diante dessa informação, surgiram alguns questionamentos durante a leitura da crônica, a respeito do tombamento de alguns locais citados

pelo autor no texto. Se o IPHAN atua na Paraíba desde o ano de 1938 e as crônicas datam da década de 1970, o que aconteceu com a preservação dos locais que foram citados pelo autor? Decidimos então, entrar em contato com o IPHAN para o esclarecimento de algumas dúvidas.

De acordo com informações concedidas pelo IPHAN, o conjunto urbano no Centro Histórico de João Pessoa foi tombado pelo órgão apenas no ano de 2008, conforme definido pelo Processo de Tombamento nº 1.501, com inscrição nº 590 no Livro do Tombo Histórico e nº 146 no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Dos bairros e ruas citados pelo autor na crônica, apenas trechos do Bairro do Varadouro e das ruas General Osório e Duque de Caxias encontram-se no interior do perímetro tombado. No entanto, os demais bairros e ruas mencionados no texto já apresentavam alguma proteção enquanto patrimônio cultural nos níveis municipal e estadual.

É interessante enxergar o olhar do autor para a cidade. É nítido perceber que Gonzaga vê um grande potencial na própria cidade. A partir dos dois últimos trechos citados acima, podemos perceber que o autor defende toda a construção da cidade por entender que ela tem capacidade de contar sobre suas próprias influências e que, a partir da preservação desses aspectos, a memória continua sendo preservada.

Ao citar Curitiba e São Paulo como pólos de referência em preservação do patrimônio histórico, o autor demonstra a grande disparidade que havia, e ainda há, entre as regiões do país. Além de estarem situadas nas regiões Sul e Sudeste, regiões historicamente mais desenvolvidas que o Nordeste, Curitiba e São Paulo são duas das cidades mais prósperas do país, e já na década de 1970 davam sinais de avanço em relação às demais capitais do país.

No entanto, ainda entendendo as diferenças abissais entre as regiões mais baixas do país com a realidade da cidade de João Pessoa, Gonzaga tenta trazer a discussão para uma localidade mais próxima de nós: São Luiz, capital do Maranhão.

“Vi em São Luiz as mulheres do meretrício lavando os azulejos portugueses das suas casas de pensão. Estou cansado de ver aqui, em João Pessoa, algumas pessoas gradas substituírem esses azulejos pela massa fina da moda.” (RODRIGUES, 1978, p. 101).

Esse é um trecho bastante simbólico. Aqui, conseguimos ver o exato momento em que há uma mudança significativa na arquitetura da cidade. Diante das informações obtidas pelo IPHAN, naquela época, muitas construções localizadas no centro histórico da cidade ainda não eram tombadas, e o descarte dos antigos azulejos em detrimento dos novos revestimentos é um sinal claro de uma renovação arquitetônica, que, na época, estava pouco preocupada com questões de preservação e patrimônio histórico.

A história da cidade, se bem-vista por todos nós, está contada a partir do Varadouro, da colina das Neves, seguindo Trincheiras e Tambaú, Epitácio Pessoa, e agora, Bairro dos Estados e Tambaú. Cada bairro uma época, um estilo de vida, um compêndio que vale por tudo que já foi escrito. Preservar em vez de demolir, eis a sugestão. (RODRIGUES, 1978, p. 102).

Ao utilizar o advérbio “agora” para se referir a Bairro dos Estados e Tambaú, o autor consegue demonstrar o momento em que a cidade começava a se desenvolver para o sentido do litoral. Na década de 1970, a região da orla não era muito povoada e o Bairro dos Estados era tido como um bairro nobre, em desenvolvimento. O trecho apresenta, mais uma vez, uma característica histórica dentro da crônica.

Além da narração, em *Preservar*, Gonzaga Rodrigues traça um grande fio crítico-argumentativo para defender a ideia da manutenção dos espaços históricos da cidade, mais uma vez, extrapolando a ideia do cronista apenas como narrador.

4.5 Cheiro de Acarajé

A crônica “Cheiro de Acarajé” retrata um momento importante para a cidade de João Pessoa enquanto uma capital. No texto, o autor retrata a expansão industrial que a cidade sofria na década de 1970, com a chegada de fábricas que estavam se instalando no Distrito Industrial, e as consequentes periferizações decorrentes desse processo de expansão.

O Distrito Industrial é uma área construída às margens da BR-101 que, posteriormente, agregou-se ao Bairro das Indústrias, um espaço mais residencial daquela região. O bairro, de acordo com alguns estudos, está situado em uma localidade que é considerada socioeconomicamente vulnerável (CÂNDIDO; SOUTO MAIOR, 2014).

A expansão modernizadora da cidade de João Pessoa caminhou por dois eixos: as Avenidas Epitácio Pessoa e Cruz das Armas. (KOURY, 2018) Esse aspecto conversa diretamente com algumas discussões feitas nas crônicas anteriores no que diz respeito à organização social da cidade, ao Bairro dos Estados e à avenida Epitácio Pessoa.

O primeiro eixo dirigido para a margem esquerda do Rio Jaguaribe e em direção a orla marítima —foi dirigida aos mais ricos, que mudavam as suas residências do Centro da cidade para a área leste da capital. O segundo eixo [...] —estruturou a ocupação da porção sul da cidade e da bacia do Rio Jaguaribe. [...] A segunda frente caminhou no sentido oeste-sul da capital, com a Avenida Cruz das Armas, que corta o bairro de Cruz das Armas no sentido do Distrito Industrial da cidade. Esta segunda frente tinha como objetivo não só o de abrir um caminho de acesso mais rápido aos Estados ao sul da capital, mas também de alojar a população mais pobre da cidade. Nos finais da década de 1960 e durante toda a década de 1970 em diante, de acordo com Negrão (2012), essas duas frentes de expansão são retomadas, concretizando o novo

desenho urbano da cidade. Através delas se amplia o processo de segregação da população pobre local, os deslocando cada vez mais para os novos bairros na zona sul e oeste da capital ou para lugares de acesso e urbanização difíceis. (KOURY, 2018, p. 25).

O texto inicia-se com uma referência à compra, feita pela Cinep, de um engenho para os lados do Distrito Industrial. O engenho “Mussuré”, propriedade dos irmãos Álvaro e Tibúrcio Magliano estava sendo incorporado pelo plano de urbanização do Distrito Industrial. A compra do espaço tinha o objetivo de “aumentar a oferta de lotes aos investimentos industriais atraídos por João Pessoa”. (RODRIGUES, 1978, p. 86).

A Cinep é a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba e é vinculada à Secretaria de Estado de Turismo e Desenvolvimento Econômico. A finalidade do órgão é promover o desenvolvimento industrial do estado, onde atua como facilitadora para a implantação de empresas no Estado.

A atuação da Cinep naquela localidade, aparentemente, foi imprescindível para a expansão da área. Ao que tudo indica no texto, a mudança dentro de um período de uma década foi considerável, ainda assim, a segregação do bairro com o restante da cidade ainda era nítida. “O Distrito Industrial, que há dez anos limitava-se a três ou quatro empresas, cresce, hoje, para quase 600 hectares, uma nova cidade da qual a antiga continua inteiramente desligada.” (RODRIGUES, 1978, p. 86).

Além da expansão, é possível notar que as questões relacionadas à periferização do local ficam visíveis no texto. Ao mesmo tempo em que a cidade se ampliava e se modernizava, o desinteresse pelas áreas afastadas crescia. Essa ideia fica nítida no trecho em que o autor faz diversos questionamentos que, aparentemente, continuariam sem a resposta para a população. O seu intento é demonstrar a falta de conhecimento da população pessoense frente ao crescimento do Distrito Industrial.

O que faz esta nova cidade de sessenta e poucas edificações, uma dúzia de avenidas, seis mil empregados e não sei quantos bilhões de investimentos? O que faz, o que pensa, o que conversa? Qual o tipo de comunidade que atua por dentro e no entorno desse variado centro de atividades? Que área é esta, desligada, por inteiro, do interesse e das cogitações da cidade-matriz? (RODRIGUES, 1978, p. 86).

E continua.

João Pessoa desconhece, inteiramente, essa extensão dos seus domínios. E tem razão: 40 por cento da população adulta assina o ponto no Centro Administrativo de Jaguaribe; 30 por cento fica por trás do balcão e atender 40 por cento referidos; vinte e tantos por cento rebocam encanam e botam meia sola nos 70 por cento prefalados; e os 10 restantes ocupam-se da vida alheia

do total para que ninguém sofra a solidão do anonimato. (RODRIGUES, 1978, p. 87).

A expansão toma, por ora, um lugar secundário no texto. A evidência recai sobre o total desconhecimento da população com a prosperidade industrial daquela região. Além disso, o autor consegue, em poucas linhas, traçar um perfil bastante sintomático e claro do funcionamento da capital paraibana no campo profissional. O Centro Administrativo da Paraíba, situado no bairro de Jaguaribe é, até hoje, um lugar importante para a cidade, que reúne pastas relacionadas a Educação, Saúde, Segurança e Turismo do Estado.

Além do desconhecimento, o fator da falta de interesse por parte da população também pesa no discurso do texto. No entanto, o autor não atribui a esse aspecto nenhuma conotação que diz respeito às questões relacionadas ao contexto socioeconômico. E ele explica.

A pouca informação da comunidade sobre o seu Distrito deve-se, também, a dois motivos: primeiro – a maioria dos produtos pouco tem a ver com o consumidor interno; segundo: o trabalho do Distrito é solitário, fechado em si, sem comportas de comunicação com o restante da cidade. Tudo é feito entre quatro paredes, cada fábrica uma comunidade à parte, o café lá dentro, as refeições lá dentro, a folga para a comunicação restrita aos jardins e às áreas de lazer das próprias fábricas. E não poderia ser de outra forma, levando-se em conta os novos códigos da produção e da produtividade. (RODRIGUES, 1978, p.87)

Ainda assim, podemos inferir que a apatia da população acaba percorrendo um pouco do caminho de descaso com áreas periféricas. Essa é uma realidade muito latente, ainda nos dias de hoje, no Brasil. Pouco interessa a quem mora na praia, saber o que está sendo produzido numa zona industrial, ou em comunidades. E essa falta de interesse, em diversas instâncias, tem uma parcela de responsabilidade nas desigualdades sociais.

O autor continua a descrever a área industrial, fazendo referência a algumas das primeiras fábricas a ocuparem o espaço do Distrito. Para fazer alusão a essas indústrias, Gonzaga, mais uma vez, traz outros pontos da cidade para dentro do texto. Embora seja paradoxal falar em interligação neste texto específico, uma vez que há a crítica da falta de conhecimento, os outros lugares da cidade marcam presença nos escritos como forma de comprovar o que o autor quer dizer.

Pergunte-se no Cem Réis, o que faz hoje a Tibiry e o que fabrica a Compel que poucos sabem. Para a maioria, o principal produto da Adesene ainda é Zé Flávio ou o Botafogo e nunca as fitas adesivas. Ainda há quem sorva o café pequeno julgando que o copinho plástico vem do estrangeiro e não da Icop ou Iplac. Para todos os efeitos, o *modess* permanece uma intromissão externa em nossa intimidade, poucos sabendo que o produto é de casa, uma associação do

capital estrangeiro com a elogiada habilidade da mão de obra de Oitizeiro e Bayeux. (RODRIGUES, 1978, p. 87).

A fábrica Tibiry era uma fábrica de tecidos, a Compel, de papel, a Adesene de fitas adesivas e a Icop e Iplac de plásticos e utensílios descartáveis. Hoje, nenhuma delas existe mais na cidade.

Ao citar o “modess”, o autor faz referência aos absorventes que eram também produzidos pela indústria de descartáveis. O uso do substantivo feminino “intimidade” causa uma espécie de trocadilho dentro do texto. A ideia é brincar sobre o uso do absorvente íntimo feminino, trazendo questões referentes à menstruação, um tema que, até os dias de hoje, permanece como um tabu, e a falta de conhecimento da população quanto à existência de uma fábrica que produzia, em terras pessoenses, com mão de obra local, o tal absorvente.

Ao citar Zé Flávio e o Botafogo, Gonzaga refere-se a José Flávio Pinheiro Lima, um industrial paulista que assumiu a presidência do clube no ano de 1976, responsável por adotar vermelho como uma das cores representativas do brasão e do uniforme do time.

José Flávio Pinheiro Lima, industrial paulista, que foi presidente do clube na década de 70, propôs ao Conselho Deliberativo, a sugestão de colocar o vermelho na estrela para diferenciá-lo do Botafogo-RJ, assim como o Botafogo de Ribeirão Preto que é tricolor. Apesar de ter no hino: “branca, preta e vermelha do tricolor do contorno são as cores”, o clube é chamado de alvinegro, porém o único alvinegro da estrela vermelha. (FERREIRA, 2018).

Outro ponto interessante do trecho é a citação referente à mão de obra presente nas fábricas. Esse é um dado bastante sintomático, tendo em vista que Oitizeiro é um bairro também considerado periférico na cidade, e Bayeux é um município que, atualmente, compõe a Grande João Pessoa. Os operários dessas fábricas não vinham do centro da cidade nem de localidades como a Torre ou o Bairro dos Estados, bairros que estavam emergindo naquela época.

A composição do corpo de trabalhadores do Distrito Industrial era feita de pessoas de localidades próximas e igualmente periféricas. Essa constatação corrobora com o discurso do autor ao falar do desinteresse da população com o Distrito Industrial, além de reafirmar a ideia de marginalização dessas áreas, uma vez que só quem contribui para aquela localidade são pessoas de bairros vizinhos e igualmente vulneráveis.

O empenho da mão de obra foi, talvez, um dos fatores responsáveis para a expansão da área do Distrito Industrial que hoje conta com mais de 20 fábricas. Essa inferência é feita com base no trecho em que o autor cita o nome de alguns investidores e algumas empresas reconhecendo o trabalho dos pessoenses em seus empreendimentos.

Armando Abreu, Ubald Soldá, Jesuino Lacerda, Abdias Sá e mais recentemente a Avon não medem palavras quando se referem aos índices de produtividade alcançados pela mão de obra de Santa Rita, Bayeux e Cruz das Armas no âmbito de suas fábricas. Agora a Cinep está avançando o trator nas terras do “Mussuré”, abrindo picadas para a chegada de mais máquinas, de outras experiências e de novos produtos para as antigas terras de roça. (RODRIGUES, 1978, p. 88).

A partir do bom desempenho e da alta produtividade, cresceu o interesse da Cinep em investir naquelas áreas, e cresceu também o interesse de empreiteiros de outras localidades para o investimento na cidade de João Pessoa. O retrato da construção e do crescimento da área do Distrito Industrial ainda é muito atual.

No período de 70 a 80, a população cresceu 62%, enquanto a área urbana ampliou-se 170%. Esse fato se deve a expansão da cidade em direção às zonas sul e sudeste, realizado, em parte, à revelia do planejamento e da implantação de infraestrutura básica. (CÂNDIDO; SOUTO MAIOR, 2014, p.79).

Parte da população que ali reside, juntando também a de bairros vizinhos, costuma trabalhar nas fábricas existentes hoje em dia. O bairro, apesar de ter crescido, ainda possui altos índices de vulnerabilidade social e violência. O nascimento daquela região e a falta de olhares para aquela realidade auxiliaram para a periferização da área.

O bairro do Distrito Industrial se apresenta no contexto urbano como um bairro que deveria abrigar uma área destinada às instalações de indústrias e fábricas, assim como locais de armazenamento e distribuição de João Pessoa. No entanto, a cidade nunca manteve uma característica industrial, tornando logo essa área um local obsoleto, que favoreceu a fixação de uma comunidade de pessoas que inicialmente se instalaram devido à proximidade dos empregos que foram gerados na implantação deste setor. Esse bairro apresentou 16 indicadores, sendo 11 de muito alta vulnerabilidade e 5 de alta vulnerabilidade. Os principais aspectos que vulnerabilizam a população neste bairro, referem-se às condições domiciliares – domicílios cedidos e domicílios sem rede de esgoto; à situação dos chefes de família – renda, faixa etária e educação, não apresentando a situação de gênero, ou seja, as famílias são chefiadas por homens; à situação de dependentes na família; à situação educacional familiar; aos rendimentos da família; e à situação ocupacional de seus membros. (CÂNDIDO; SOUTO MAIOR, 2014, p. 84).

A conclusão da crônica se dá com a reflexão do autor no que se refere ao crescimento exponencial da cidade e os investimentos externos. O pensamento de Gonzaga era de que, quanto mais a cidade crescia, menos a população era capaz de acompanhar esse engrandecimento.

Nesses dois anos, mais de quarenta investidores estão rumando em direção à Paraíba. Alguns já funcionando, outros em obras, outros trinta e tantos em forma de projeto. Daqui a pouco, em vez de turista ou do visitante, quem vai

parar na pista e perguntar que cidade é esta (?) é o paraibano. E o pior é que a resposta talvez não chegue a vir de boca conterrânea, mas dos paulistas e baianos, que estão trazendo indústria futebol e não sei quantas espécies de mestrado. Até cheiro de acarajé botaram em nossas ruas. (RODRIGUES, 1978, p. 88).

O trecho resume bem o pensamento que o autor pretende passar durante o texto. Os empreendimentos trouxeram também moradores de outros estados para a cidade de João Pessoa. A indústria do futebol que o autor menciona, certamente faz referência ao empresário paulista José Flávio, citado anteriormente.

Quanto aos mestrados citados no texto, Gonzaga está, possivelmente, se referindo a chegada dos cursos de pós-graduação na Universidade Federal da Paraíba, que foi criada no ano de 1955, por iniciativa de José Américo de Almeida, figura importante para a Paraíba.

O cheiro de acarajé acaba se tornando uma alusão para a chegada desses turistas e novos moradores da cidade. Através de uma comida típica da Bahia, o autor consegue trazer a ideia de uma espécie de “globalização” em minúsculas proporções. É a influência e troca de culturas acontecendo por meio da expansão de uma capital.

A mesma ideia de construção de argumentos se faz presente na crônica *Cheiro de Acarajé*, contrariando, mais uma vez, a crença limitante do cronista como mero espectador do cotidiano.

4.6 A avenida

A crônica em questão versa sobre diversos assuntos, desde a criação de uma importante avenida, até o “abandono”, por parte dos órgãos responsáveis, de um bairro importante da cidade. “A avenida” em questão é a Ministro José Américo, conhecida por todos como Avenida Beira Rio, localizada no bairro de Torre, em João Pessoa.

Para iniciar a discussão a respeito da avenida, o autor começa explicando a criação de um conjunto habitacional de nome João Goulart, nas imediações do bairro da Torre, que foi criado durante a década de 1970.

Hermano Sá foi muito criticado quando, como delegado do Ipase, escolheu uma ladeira encapoeirada aos fundos da Torre para construir o conjunto residencial João Goulart. Alega-se que existiam outros terrenos mais bem situados. Isso foi no começo dos anos 60, quando o abastecimento de leite da cidade era feito pelas vacarias do paul, entre a Torre e a mata do Jaguaribe, às margens verdes do rio. (RODRIGUES, 1978, p. 84).

O Ipase citado no trecho faz referência ao Instituto da Previdência e Assistência ao Servidor do Estado, criado no ano de 1938. A pergunta inicial é: qual a relação entre um instituto de previdência social e a construção de um conjunto habitacional? Após o ano de 1945, os institutos referentes a aposentadorias e pensões expandiram suas áreas de atuação, passando a incluir serviços nas áreas de alimentação, habitação e saúde. Entre o ano de 1945 e o início da década de 1970 são 25 anos, por esse motivo, durante a produção dessa crônica, o Ipase já tinha autonomia para as construções. (CPDOC, 2020).

O residencial João Goulart, como dito anteriormente, é um conjunto habitacional localizado próximo ao bairro da Torre. Assim que foi construído, a ideia era intitular o conjunto com o nome do presidente João Goulart, no entanto, com a vigência da ditadura militar, o nome do presidente Jango não foi bem aceito, isso fez com que o conjunto não fosse sequer registrado com esse nome. Por esse motivo, atualmente o conjunto é referente ao bairro de Tambauzinho.

O morro da Torre era em valorização o que é hoje o Alto do Mateus, povoado pela sombra das nossas riquezas urbana e rural. As casas que escaparam à passagem do trator, abrindo a nova avenida, não escondem o acampamento de pobreza a que se prestavam as terras do morro. A terra era quase de ninguém e, para construir-se, tinha-se a madeira e a palha no aceiro da mata. (RODRIGUES, 1978, p. 84).

A má escolha do local, criticada pela população, aparentemente, estava relacionada a um contexto socioeconômico. Isso fica evidente quando percebemos a forma como o autor se refere ao espaço: “morro da Torre”; além disso, a comparação com o bairro do Alto do Mateus. O Alto do Mateus é, até os dias atuais, um bairro localizado na periferia da cidade, com índices altos de violência e baixos indicadores socioeconômicos.

Hoje o conjunto João Goulart (não sei se lhe mudaram o nome) tem a seus pés a mais rica avenida da cidade, aberta ao tráfego não pelo Prefeito e nem ao menos pelo Governador, mas pelo Presidente da República, autoridade afeita a inaugurações ao nível de Rodovia dos Imigrantes. (RODRIGUES, 1978, p. 84).

A avenida mencionada é a Avenida Beira Rio. A inauguração da rua é atribuída a dois prefeitos, ambos da década de 1970. O primeiro deles foi Dorgival Terceiro Neto, do partido Arena, que governou a cidade de 1971 a 1974. O segundo foi o já citado prefeito Hermano Augusto de Almeida, também do mesmo partido, que esteve à frente da gestão entre os anos de 1975 e 1979. Sobre a participação de Hermano Almeida na construção da Beira Rio, há uma menção à obra na crônica “Um gênio”, já analisada no presente trabalho.

Os dois prefeitos responsáveis pela criação da avenida foram mandatários nomeados diretamente pelo governo central da época, devido às convulsões político-sociais e à ditadura militar. No trecho acima citado, o autor faz menção a uma ordem do presidencialismo na época. Os dois presidentes do Brasil que coincidiam com a gestão dos prefeitos citados, na época, eram Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979), ambos militares do partido Arena.

A abertura da avenida aconteceu no ano de 1973, e surgiu como uma espécie de alternativa para a conexão do Centro da cidade à praia, mais precisamente, em direção à Praia do Cabo Branco. Tendo em vista que obra teve início, de fato, no ano de 1973, presume-se que a ordem foi dada pelo presidente Médici. No entanto, a Rodovia dos Imigrantes, citada como exemplo de obra do presidente, foi inaugurada durante o mandato do presidente Geisel.

A avenida, com aproximadamente 5 km de extensão e 26 m de largura, surgiu de um prolongamento da Avenida Adolfo Cirne, que passa sobre a estrada de contorno da BR-230, que margeia o Rio Jaguaribe e vai até Tambaú. A rua possuía duas faixas e canteiros centrais. (SANTOS, 2014, p. 105)

A construção da via foi considerada importante dentro do Plano Viário da cidade, por “servir para aliviar consideravelmente o tráfego pela Avenida Eptácio Pessoa” (BEIRA-RIO, 1974, p. 3). A intenção era que a artéria fosse inaugurada ao final do mandato de Dorgival Terceiro Neto, mas, nos idos de 1974, houve “a elevação dos custos das obras de construção civil (...) que não permitiu a conclusão da obra com os recursos inicialmente alocados ao programa da Prefeitura. (AVENIDA Beira-Rio, 1974, p. 2). A “bela e moderna avenida” foi concluída em outubro de 1977, na administração de Hermano de Almeida (1975-1979), sendo motivo não apenas de embelezamento urbanístico, “mas, sobretudo, de descongestionamento do trânsito entre o centro e a orla marítima; hoje muito concentrado na Avenida Eptácio Pessoa, com graves riscos para as pessoas que circulam entre uma e outra parte da cidade” (AVENIDA Beira-Rio, 1974, p. 2). (SANTOS, 2014, p. 105).

Já que se fala sobre a periferização, há a necessidade de um adendo. O autor cita o conjunto João Goulart, equivalente às imediações do atual bairro de Tambauzinho, como o grande privilegiado que iria usufruir, diretamente, da obra da avenida, devido a sua proximidade com a construção. No entanto, há outro conjunto que margeia a avenida, e que não é citado na crônica.

No final da década de 1960, a política habitacional foi associada a uma política oficial de remoção das favelas. Para a construção da Avenida Beira Rio, foi necessária a remoção de uma antiga favela que estava localizada naquela região, a favela Adolfo Cirne, que margeava o Rio Jaguaribe. A intenção do poder público era de, justamente, remover aquelas populações

que se encontravam próximas de áreas de interesse expansivo e recente valorização imobiliária (SANTOS, 2014).

Com a remoção da favela Adolfo Cirne, foi entregue, em 1968, o Conjunto Presidente Castelo Branco, que ficou conhecido como Conjunto São Rafael. A ideia era realocar os moradores da antiga favela Adolfo Cirne. A comunidade São Rafael, como é conhecida hoje, é, de fato, a que mais usufrui da Beira Rio, por estar, literalmente, às margens da avenida. O bairro de Tambauzinho deságua na Beira Rio, no entanto, ele não se configura mais como uma área empobrecida, diferente da comunidade São Rafael, que apresenta indicadores de vulnerabilidade socioeconômica, além de uma deficiência na área de educação ambiental, tendo em vista que algumas partes da Comunidade são compostas por famílias ribeirinhas.

Em dado momento, o autor utiliza uma comparação entre a Beira Rio e a construção da Eptácio Pessoa, avenida mais importante da cidade. Esse paralelo é interessante para entendermos que a cidade já havia sentido, pouco tempo antes da Beira Rio, a construção de uma importante avenida. A formação da Avenida Eptácio Pessoa foi responsável pelo deslocamento das “boas moradias” da cidade.

Há vinte e dois anos, ocorria o mesmo com a avenida Eptácio Pessoa, aberta a Tambaú pelo Governador José Américo, arredando sítios de coco, vacarias e coqueiras do avanço urbanístico que se empreendia para o mar. As terras de herdade, cobertas de capim e desprezo deram lugar a mais ostentatória linha de residências da cidade. Antigos chãos passaram a preço de ouro. Heranças que nem sequer iam a inventário transformaram-se em pequenas e grandes fortunas. Desloca-se para o leste, no rastro da avenida e em torno dela, o centro de interesses da cidade, desbancando o prestígio residencial da belíssima Tambiá – o mais pessoense dos nossos núcleos – da João Machado, da Maximiano de Figueiredo e do conjunto de bangalôs, todos iguais, do antigo bairro do Montepio, situado entre a Getúlio Vargas, a Camilo de Holanda e a Maximiano. (RODRIGUES, 1978, p. 85).

No decorrer do texto, percebemos que o tema central da crônica começa a se movimentar, tangenciando aspectos relacionados às questões culturais da época, que são influenciadas por esses aspectos relacionadas à arquitetura e estrutura da cidade. O assunto deixa de ser, por um momento, especificamente a Beira Rio, e passa a ser sobre o impacto dessas obras na sociedade pessoense, a movimentação dos núcleos da cidade devido à construção de grandes avenidas.

Ainda complementando o trecho anterior, referente à Avenida Eptácio Pessoa, o deslocamento dos bairros de maior *status* para a cidade, e até a adaptação dos costumes das pessoas da época, o que fica evidente no trecho a seguir.

Morar bem, a partir daí, queria dizer não morar no centro. Descer para o mar, par os tabuleiros de areia e urtiga branca de Tambauzinho e Bairro dos Estados. Com essa mudança, deslocou-se também o que antes atendia por “footing” ou passeio dos namorados. Debalde investem as sucessivas administrações municipais na restauração do prestígio da Praça João Pessoa ou da Lagoa. O namoro deslocou-se de vez para a beira-mar. (RODRIGUES, 1978, p. 85).

Aqui, há uma referência ao Bairro dos Estados, um local que já foi mencionado nas crônicas anteriores, a respeito de seu crescimento na década de 1970. O trecho em questão, mais uma vez, acrescenta significados a essa expansão do bairro, junto ao bairro de Tambauzinho, este, mais próximo da Avenida Beira Rio. Essa ampliação da cidade traz olhares, investimentos e movimento para os bairros. A partir desse trecho, vemos a formação dos novos *points* da época.

A discussão sobre a mudança comportamental do pessoense se encerra no parágrafo sobre o lugar frequentado pelos casais, e volta para a discussão a respeito da avenida Beira Rio, por meio de uma comparação com a Eptácio Pessoa.

De acordo com Flávio Villaça, importante urbanista brasileiro, o espaço intra-urbano, em linhas gerais, seria o estudo dos espaços urbano como um todo, “os bairros, as direções de crescimento, a forma da mancha urbana, a verticalização, densidades, vazios urbanos, etc.” (COSTA; FREITAS, 2005).

Ainda de acordo com Villaça (1998),

A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente até da mercadoria *força de trabalho*. Ainda segundo o mesmo autor, o espaço intra-urbano é estruturado pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria *força de trabalho* – como no deslocamento casa/trabalho – seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa/compras, casa/lazer, escola, etc., no sistema de acumulação capitalista. (VILLAÇA, 1998 apud SILVEIRA, 2005, p. 45)

Pensando nesse conceito de estrutura intra-urbana, podemos refletir sobre a avenida Eptácio Pessoa, a partir da “influência estruturadora intra-urbana dos territórios comerciais e de serviços, a começar pela área central da cidade e dos eixos de comércio e serviços”. (SILVEIRA, 2005, p. 45).

É a partir dessa estrutura, dessa mudança no ritmo da cidade, na forma de consumo da população no deslocamento dos grandes centros, que Gonzaga constrói uma imagem da avenida Eptácio Pessoa, que destoa completamente da imagem que começa a se construir na avenida Beira Rio.

Mas voltando a avenida José Américo, terá ela o mesmo destino de riqueza e prestígio da antiga Eptácio Pessoa, avenida que já vai se transformando em vitrine comercial? Desconfio que não. Não pela topografia, que pela engenharia de hoje quanto mais acidentada mais rica, mas pelos mesmos fatores que fizeram da Torre, um bairro central, o mais extenso aglomerado de pobreza da Capital. Toda a cidade cresceu e embelezou-se até chegar aos limites da Torre. Na hora de atingi-la, saltou para o Expedicionários, fez viagem para Miramar e Tambaú, mas na Torre mesmo não entrou uma pá de terra de modernidade. As ruas continuam sem mesmos caminhos vicinais, nem ao menos carroçáveis, a taipa e a palha a resistir a todos os avanços urbanísticos da periferia. Para muitos pode não ser bom, mas para mim é o que temos de mais natural e autêntico. A Torre é o que é realmente a cidade e a renda de cada pessoense pobre, quase rural, mas sem hipotecas nem riquezas financiadas. (RODRIGUES, 1978, p. 85).

De fato, a avenida Beira Rio, cerca de quatro décadas após a publicação da crônica, não atingiu o mesmo patamar da avenida Eptácio Pessoa. Atualmente, a avenida Beira Rio ainda guarda características da década de 1970. Durante as duas gestões do prefeito Luciano Cartaxo (2013-2016; 2017-2020) do PSD, houve a construção de uma ciclofaixa, estruturada em cima do canteiro central da avenida e a remoção de uma rotatória localizada no final da avenida, para a construção de uma bifurcação que leva aos bairros do Cabo Branco e do Altiplano.

Além dessas construções, há um vasto comércio voltado para peças de veículos e algumas oficinas, além de um grande hospital, tudo isso localizado na parte superior da avenida. A parte baixa ainda concentra uma comunidade de baixa renda, que parece se expandir, cada vez mais, para as margens do rio Jaguaribe.

A visão atual da avenida não distingue tanto das projeções iniciais feitas pelo autor na crônica. A avenida Beira Rio, é, sim, uma avenida importante para a cidade de João Pessoa, mas, mesmo com o passar do tempo, não foi capaz de se equiparar à importância da avenida Eptácio Pessoa.

5 ENTREVISTA

5.1 Uma tarde chuvosa

A tarde era de muita chuva. Um vento frio invadia, sem permissão, os espaços vazios daquela antiga casa que abriga imortais. Era sexta-feira, 23 de julho de 2021, e eu fui à Academia Paraibana de Letras em busca da etapa final da minha dissertação: uma entrevista em profundidade com Gonzaga Rodrigues.

Ali, naquela casa espaçosa, Gonzaga se sentia muito à vontade, mas não por acaso. É que lá em 27 de agosto de 1993, o escritor e jornalista tomou posse da cadeira 37 da APL. Por escolha dele, ficou acordado que nos encontraríamos lá. Ao chegar, fomos recepcionados por Marilene, funcionária que nos recebeu muitíssimo bem, com chá e biscoitos.

Inicialmente, Gonzaga fez questão de apresentar as salas da Academia, explicando cada uma delas, além de me mostrar fotos de algumas figuras importantes dali, tecendo elogios específicos a cada uma daquelas fotografias penduradas nas paredes. Além de falar sobre os membros, Gonzaga também mostrou alguns problemas de infiltração causados pelas chuvas e fez algumas críticas sobre a conservação daquele espaço.

Os comentários despretensiosos me serviram como prelúdio para entender, por ora, a sua visão a respeito da preservação de antigas construções na cidade de João Pessoa. Aquele era um ponto que constava no meu *script*, algo que eu tinha muito interesse em saber, pois julgava ser importante para a construção da linha de raciocínio que vinha sendo traçado na minha mente a respeito de suas crônicas.

Nos sentamos em uma mesa comprida de madeira, próxima a uma grande janela que dava para o jardim, e que foi fechada algumas vezes ao longo da entrevista por conta das fortes rajadas de vento. Expliquei todo o meu trabalho, desde a fundamentação teórica até a análise e a seleção das crônicas. Essa exposição pareceu deixar Gonzaga bastante entusiasmado. Ele começou a me fazer perguntas relacionadas ao livro *Notas do meu lugar* e sobre as crônicas que eu havia selecionado. Para Gonzaga, aquele era um livro muito experimental e desconexo, e explicou o seu processo de produção, me dando uma informação completamente nova: a editora Acauã, responsável pela publicação do livro em questão, foi fundada por ele e mais dois sócios.

“Eu publiquei de crônica o livro *Notas do meu lugar*... não era o meu objetivo, mas eu me meti numa sociedade com Carlos Roberto Alves de Oliveira e Natanael Alves entrou na

história também, para a gente fazer uma editora. Como eu era um cara que manobrava bem com a confecção do livro e eu entendia mesmo, sem modéstia, eles me chamaram para isso, para cuidar do livro”, explicou.

Após essa estruturação inicial, os três discutiram sobre a forma como a Acauã seria inaugurada: com que obra? “Vamos pensar em algo sobre João Pessoa... Revolução de 30... mas nada de decidir. Então aí, os dois me disseram, Gonzaga, reúne as tuas coisas e vamos publicar. Eu disse, não dá, não tenho qualidade para isso. E ficou naquele vai, não vai. Foi. Então eu reuni, fiz uma seleção, mas acabou entrando muita coisa para completar o número de páginas. Eu tentei fazer uma divisão de capítulos, mas é um pouco desigual”, esclareceu o autor.

Ao citar a cidade de João Pessoa como um foco importante do trabalho, Gonzaga divagou um pouco sobre algo que havia vivido dias antes, ao sair com seu filho para uma loja de materiais de construção e utensílios domésticos, construída há poucos anos na capital paraibana.

“Paulo, meu filho, me levou para tomar café em um lugar que eu não sabia onde era. Ferreira Costa. Eu fui lá e fiquei admirado, mas me senti um pouco perdido. Foi quando eu disse, eu acho que o velho Marx nunca perde a razão, porque o econômico é o determinante de tudo. Porque não houve administrador na cidade, desde que eu cheguei aqui, em 1951, até hoje, que tivesse trabalhado para, pelo trabalho dele, merecer a cidade que estourou, se expandiu”, explicou.

E continua. “Quem determinou a cidade foi o mercado, o econômico. Dorgival² abriu o retão de Manaíra. Por conta do retão de Manaíra que Dorgival abriu, e do projeto CURA³ que Hermano Almeida implantou, dando condições de infraestrutura, o econômico levou tudo para lá. Faz-se só a estrutura, mas o resto vem desse determinismo econômico. Então eu me senti perdido, eu não tive um nome a quem atribuir esse desenvolvimento. O poder econômico está muito acima!”, divagou Gonzaga.

² Dorgival Terceiro Neto teve sua carreira política no ano de 1971, sendo nomeado pelo então governador Êrnani Sátiro, prefeito da cidade de João Pessoa. Ao fim de seu mandato, em 1974, Dorgival é eleito indiretamente para vice-governador, formando chapa com o governador Ivan Bichara.

³ O projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), implementado no ano de 1977 pelo prefeito Hermano Almeida, objetivava a urbanização de toda a área litorânea da capital, compreendendo os bairros do Bessa, Manaíra, Tambaú e Cabo Branco. Os investimentos incluíam a implantação de todo o sistema viário e obras de infra-estrutura, como saneamento básico, abastecimento de água, telefone, áreas de lazer e equipamentos turísticos. O bairro de Tambaú foi o primeiro a receber os incentivos, e posteriormente os bairros do Bessa, Manaíra e Cabo Branco, que também foram beneficiados com pavimentações.

A partir dessa explanação, mais uma vez, pude pincelar brevemente algumas visões e impressões do autor a respeito da cidade da qual costuma escrever. E foi aí onde, de fato, nossa conversa começou. Regada a chá, porque a tarde era de muita chuva.

5.2 Luiz Gonzaga Rodrigues

“Eu acho o seguinte, o papel mais importante do homem, da criatura humana, é educar, preparar. O resto deixa, solta. Dona Antonina Freire Ibiapino, minha mãe de criação dizia: “não precisa muita coisa, basta ensinar ler, escrever e ensinar as quatro peças de conta, subtração, adição, divisão e multiplicação. Depois, pode soltar para vida. O homem, por ele mesmo, aprende”. Esse foi o trecho da conversa que fechou a divagação a respeito da importância do poder econômico para a cidade e geração de empregos para a população. Aqui, Gonzaga, pela primeira vez, falou em sua família. Aqui, passei a conhecer Luiz Gonzaga Rodrigues.

Com bom humor, Gonzaga confirma ter nascido no dia 21 de julho de 1933, no município de Areia, região brejeira do estado. “21 de julho. Não tenho muita certeza, mas dizem que foi. Eu posso contar minha história? Eu não tenho nenhuma vergonha dela”.

“A Manuel Avelino Rodrigues e D^a Antonina, que me deram um destino. A Joana Pastora, que me deu aos dois”. Essas duas frases compõem a epígrafe do livro. Pelo tom que Gonzaga imprimiu em sua fala ao pedir para contar sua história, eu pude imaginar do que ele iria tratar.

Gonzaga nasceu em uma região pobre, em uma família de cinco irmãos. Sua mãe, Joana, pariu os cinco, mas não criou nenhum. Fazia serviços domésticos em casas de família, e por não ter condições, doou-os. Gonzaga era o mais novo, e permaneceu com sua mãe por cerca de um ano e seis meses de vida, até que ela contraiu uma doença.

“Naquela época, existiu uma endemia muito forte, que era a boub⁴. A boub⁴ é uma variante da sífilis. Inclusive, algumas das pessoas que contribuíram para acabar a boub⁴ na Paraíba foram Arnaldo Tavares e Clóvis Bezerra Cavalcanti, os dois eram médicos e trabalharam para erradicar a boub⁴. Então minha família, minha mãe e dois tios tiveram a doença. Era uma doença que deformava, e era uma doença contagiosa. Éramos cinco filhos, todos foram dados, porque minha mãe não tinha condições de criar”, cita.

⁴ A boub⁴, também conhecida como framboesia, pian ou piã, é uma infecção causada por uma bactéria chamada *Treponema pertenue*, que afeta os ossos, a pele e a cartilagem. Apesar de não passar por transmissão venérea, muitas vezes, ela pode ser confundida com a sífilis, por conta de sintomas semelhantes.

Reservando a Gonzaga um futuro mais estruturado, certo dia, o destino, acaso, ou qualquer coisa nesse sentido levou Joana Pastora, sua mãe biológica, à casa de um tio, para engomar roupas. Com apenas um ano e seis meses de vida, engatinhando pela casa dos donos do engenho, esbarrou em uma mesa que fez o ferro quente virar por cima de si.

“Virei o ferro por cima de mim. E foi aí que nasceu a minha sorte. A partir dessa virada de ferro, que eu ainda hoje tenho alguma marca, a dona do engenho – que era uma mulher de visão, disse: Não toque nesse menino, porque você tem bouba e ele está com uma ferida aberta. Eu vou cuidar dele até as feridas sararem, e depois eu lhe devolvo. E não me devolveu”. (JOÃO PESSOAS, 2008, p. 36)

Tia Tonina, sua mãe adotiva, foi uma mulher criada na casa de caridade do padre Ibiapina. Educada como beata. Gostava de ler e era muito religiosa. “A essa mulher eu devo tudo. Ela ensinava os filhos dos moradores, não teve filhos, pois meu pai adotivo era estéril. Minha mãe me fez”, conta.

Em diversos momentos da conversa, é possível perceber o grande carinho com que Gonzaga falava sobre sua mãe. Desde o início de sua vida com ela, até a sua fase mais adulta. Com relação ao pai, o tom da conversa é de mais respeito e seriedade. Seu Manuel foi, aos poucos, sendo conquistado pelo menino, e aceitando, lentamente, a ideia de ter se tornado pai.

“Eles me colocaram na escola. Fui aprender com os outros, os filhos dos moradores. E nesse negócio, nesse aprendizado, eu saí na frente. Devo ter me destacado. E tinha uma coisa que o velho gostava muito, a única arte, se existe arte nisso, era o folheto de feira. O cordel. Então ele trazia da feira alguns folhos e minha mãe lia para ele. Então, como estava na escola, chegou um momento em que ele passou o folheto para mim. Eu lia o folheto. Ele teve uma surpresa muito grande, aquele menino sambudo, lendo? Foi algo que ele admirou, porque ele era analfabeto. A partir daí eu o conquistei, e ele passou a me tratar como filho”, relata.

Com a criação desse novo laço afetivo, Gonzaga ganhou não apenas a admiração e o respeito de Seu Manuel, mas também o seu carinho. Isso porque, com o seu bom desempenho nas atividades escolares, Gonzaga foi presenteado por seu pai com um potro, um cavalo de pequeno porte, artigo de luxo à época.

“O maior presente que eu recebi na minha vida foi um potro selado que meu pai comprou para eu ir para a escola no grupo escolar de Alagoa Nova. O potro já ensinado, com passo. E eu ia todo dia, cantando o hino nacional. Mudei de vida aí. Nenhuma riqueza, nada. A vida de um

senhor de engenho, naquele tempo, era uma vida de pobre porque não existia geladeira, era água de quartinha, não existia conserva, existia querosene, fósforo, essas coisas. Eu sou um homem muito orgulhoso por ser testemunha de muita coisa”, reflete.

A admiração e o reconhecimento que Gonzaga tem pelos pais ficou gravado na epígrafe de *Notas do meu lugar*. As duas pequenas linhas que compõem àquele espaço do livro, resumem toda a sua trajetória familiar. “A Manuel Avelino Rodrigues e D^a Antonina, que me deram um destino. A Joana Pastora, que me deu aos dois”. (RODRIGUES, 1978)

Ao longo de sua vida de estudante, criou afinidade com as ciências humanas. “Na escola eu não gostava de matemática, me dava bem em português, história e geografia. Naquele tempo existia o ditado, às vezes, a professora mandava um aluno ditar para os outros. Eu era sempre escolhido porque eu lia como locutor. Eu gostava de me mostrar. Eu passei três anos em Campina Grande, estudei no colégio diocesano Pio XI. Depois eu vim para cá. Em português eu me destaquei. Eu nunca sonhei em ser advogado, médico, nada. Agora, peguei uma turma de companheiros que muito influenciou em mim. Tudo vagabundo como eu, mas gostavam de ler. A gente ia para a praça ler Álvares de Azevedo, Castro Alves... eu com 12, 13 anos... no fim, foi uma certa inclinação para a coisa”, comenta alegremente.

Essa intimidade que mantinha com grandes autores alimentou os seus sonhos de juventude. A vida de vagabundagem, como ele mesmo intitula, era apenas uma parte do caminho. O destino era algo grandioso: “Eu queria ser poeta, e não um poeta pequeno, mas um grande poeta”.

E foi esse sonho de menino que construiu o nome do futuro escritor. Literalmente. Questionei-o sobre o porquê de nunca ter adotado o seu primeiro nome para sua assinatura profissional. À essa escolha, Gonzaga atribui a razão a “um problema de juventude”.

“Eu fui um menino que gostava de ler, lia coisa boa. Eu lia Bilac, Castro Alves... eu empanquei em Augusto dos Anjos. Quando eu cheguei em Augusto, eu vi que eu não ia ser coisa nenhuma. Então, os nomes: Olavo de Braz dos Guimarães Bilac - Olavo Bilac. Augusto Carvalho Rodrigues dos Anjos - Augusto dos Anjos. Luiz era um nome que eu achava muito vulgar, e quando eu comecei a assinar, eu assinei Gonzaga Rodrigues. Achei que ficava melhor do que Luiz Gonzaga Rodrigues. Hoje eu me arrependo, queria botar Luiz Gonzaga Rodrigues, porque depois eu verifiquei que eu gosto do meu nome”, reflete.

Em 1951, aos 18 anos de idade, Luiz Gonzaga Rodrigues veio à João Pessoa para se tornar, de fato, Gonzaga Rodrigues. O intuito do jovem recém-saído da casa dos pais para tentar arranjar um meio de vida, mas que não fosse no comércio. Chegou à capital com um conhecido de Alagoa Nova, sobrinho de um diretor de jornal. O jornal O Norte.

“Ele veio para tentar trabalhar no Norte, e eu vim com ele. Através dele, eu fui ficando ali, encostado. Passei um ano encostado, fazendo pequenas serviços. Depois de lá, eu fiz um concurso para revisor, e fui para o jornal A União, para fazer um teste, no mês de março. Na época, a chefia de lá era de Juarez da Gama Batista, no governo de José Américo, mas não saía vaga de emprego nem no Norte, e nem na União. Na União, a gente ficava trabalhando de noite. Lembro dos meus contemporâneos, Carlos Augusto de Carvalho, Osvaldo Duda Ferreira, José Barbosa de Sousa Lima, João Gonçalves, Marcílio Coutinho... mas no fim, ficamos só eu e Carlos Augusto. Fui aprovado no teste e contratado, mas essa contratação só veio em 1952”, relembra.

Ao longo da entrevista, Gonzaga citou vários de seus colegas, sempre imprimindo aquele mesmo tom utilizado em suas crônicas. Um ar de como se todos conhecessem aquelas pessoas que compõem seus discursos. Esse foi um ponto que ficou muito nítido ao longo de toda a conversa, e que o próprio Gonzaga reconhece. É como se cada uma daquelas pessoas mencionadas construísse um pouco de sua história, e a necessidade de lembrá-los fosse uma característica marcante de sua personalidade, tanto oral quanto escrita. A memória do homem de, agora, 88 anos impressiona. Cada uma das citações feitas pelo escritor trazia, sempre, nome e sobrenome.

Os primeiros anos de sua vida adulta foram “difíceis”, como prefere dizer o escritor. Seu primeiro abrigo ao chegar na capital foi a Casa do Estudante, localizada na Rua da Areia, no centro da cidade. A Casa do Estudante é uma fundação governamental criada em 1937 pelo governador Argemiro de Figueiredo, destinada a abrigar estudantes do interior que se deslocavam para estudar na capital. A Casa do Estudante funciona até os dias de hoje, no mesmo local.

Ocorreu que a casa de sua mãe, em Alagoa Nova, desabou. Já viúva, dona Antonina veio atrás do filho, numa tentativa de encontrar um abrigo. Por estar morando na fundação e por ainda não ter dinheiro suficiente para alugar um apartamento para irem, ele e a mãe, Gonzaga precisou pedir ajuda.

Nesse ponto de sua história, percebemos a presença de um importante personagem que já foi anteriormente citado no trabalho, nas crônicas analisadas: o padre Zé. Foi uma grande surpresa descobrir que além de grande admirador, Gonzaga mantinha uma certa relação de proximidade com o padre.

O padre Zé Coutinho foi o responsável por abrigar a mãe de Gonzaga em João Pessoa assim que ela chegou à cidade, após o desabamento de sua casa em Alagoa Nova. A amizade dos dois surgiu por intermédio do jornal em que Gonzaga trabalhava.

“Eu não tinha salário para alugar uma casa e padre Zé Coutinho gostava de mim, eu já estava no jornal e fazia a revisão dos artigos dele... Ele tinha uma casa, cheia de redes, ele dava de dormir e de comer, dava abrigo às pessoas. Um dia ele chegou no jornal e eu conversei com ele, dizendo Padre, eu estou numa situação difícil, caiu a casa de mamãe e ela tem que vir pra cá morar comigo, e eu não ganho nem um salário-mínimo aqui no jornal. Eu não posso levar ela comigo para morar na casa do Estudante. E aí ele disse, traga sua mãe que ela fica comigo, ela vai morar na casa de minha irmã. Depois de um tempo eu consegui alugar uma casa”, relembra.

Como dito anteriormente, é interessante perceber a forma como Gonzaga constrói os seus textos, fazendo uma espécie de costura entre seus personagens, que são, em grande maioria, amigos e colegas. Essa visão é algo que o próprio autor reconhece como uma de suas características mais marcantes.

Durante a leitura que fiz de seus livros, minha mente me remeteu a uma obra produzida em outro continente. O livro é *Os da minha rua*, do angolano Ondjaki. Na obra, o jovem africano fala sobre a sua rua, lugar onde nasceu e cresceu, o seu espaço. O texto nos faz refletir sobre espaços que são sempre nossos, e aqueles que o habitam, habitam também dentro de nós.

Em proporções bem maiores, que vão além de um simples logradouro, é assim que Gonzaga trata a sua relação com a cidade, é como se a cidade vivesse dentro dele, e cada personagem presente nela ajudasse a construí-lo. Como se, em alguns momentos, fosse muito difícil traçar as fronteiras entre o escritor e o espaço ao qual ele pertence, exalta, critica, reflete. E vive.

Ao todo, Gonzaga Rodrigues trabalhou em cinco jornais impressos da cidade de João Pessoa. Foram eles: O Norte, Correio da Paraíba (sendo um dos membros da equipe fundadora),

Jornal da Paraíba, o Momento (contribuinte) e A União, onde ainda mantém uma coluna semanal. De crônicas, claro.

5.3 Notas do seu lugar

Conforme foi dito anteriormente, no início de nossa conversa, Gonzaga fez uma espécie de divagação que entrelaçava poder econômico, gestão política e expansão de territórios para falar sobre a cidade. Como de praxe em seu trabalho, citou alguns prefeitos antigos e lembrou algumas importantes obras do município. O que se pode resumir desse breve momento de reflexão inicial do autor foi que a cidade cresceu. Cresceu ao ponto de não sermos mais capazes de atribuir nomes ao crescimento, mas ela pouco mudou.

O momento da conversa em que discutimos sobre a cidade de João Pessoa foi, para mim, um pouco surpreendente. Isso porque pude notar uma grande diferença na percepção no Gonzaga dos livros da década de 1970 para o Gonzaga de 2021. João Pessoa, aos olhos do autor, parece ter mantido (e até agravado), daquela época, os mesmos problemas.

O sentimento que se absorve ao longo da entrevista é de uma espécie de desencantamento. Desencantamento com os espaços físicos, com as pessoas, com a política. Com a consciência viva e coletiva da cidade. Essa percepção se materializa na transcrição da conversa. O momento de fala sobre a cidade é consideravelmente curto. Como se Gonzaga não tivesse mais o mesmo amor em falar sobre a cidade, como se o sentimento de frustração o impelisse a mudar o rumo da conversa.

Uma das primeiras perguntas que fiz para Gonzaga dentro do eixo da cidade foi o porquê de ele escrever tanto sobre João Pessoa. A resposta foi mais longa do que esperava, pois teve começo, meio e fim. A sua escolha em tratar da cidade de João Pessoa foi uma mistura de influências, desde os seus tempos de menino até a sua fase mais adulta. Tudo passando pelo terreno da leitura.

“Naquele tempo, a escola tinha um processo de aprendizagem um pouco problemático. Havia o problema da seleção. As editoras faziam uma seleção dos maiores escritores a critério deles. E eu era muito de Olavo Bilac, Euclides da Cunha... Um dos homens que mais escrevem na língua portuguesa, um rapaz chamado Raul Pompéia. Foram essas coisas que me embeveceram, eles me conquistaram, eu caí nessa. Sou um homem mais ou menos desarnado em termos de leitura fora disso, mas a minha leitura foi mais humanística. Leu Balzac? Li! Leu Flaubert? Li. O romance clássico, romance universal... claro que eu não li tudo, mas eu li muita

coisa, a minha formação foi essa. Então existia esse peso lírico dentro de mim, da minha formação. Naturalmente havia uma tendência, uma vocação”, explica.

Ainda que os grandes tenham influenciado, podemos dizer que, em resumo, foram dois nomes os principais responsáveis pelo seu trabalho. O primeiro o encantou pelo gênero crônica; o segundo, o fez perceber as belezas e riquezas de sua cidade. A partir disso, ele buscou unir as duas coisas e construir o seu próprio texto, único.

“Eu acredito que houve uma influência muito forte de duas criaturas que me levaram à crônica. Um deles foi um autor que você nunca ouviu falar, nem de longe, mas foi um dos autores mais lidos nesse país, um homem chamado Humberto de Campos⁵. Todo mundo deveria ser obrigado a ler esse cara, a ter uma coleção dele em casa. Ele escrevia crônicas, era um cronista mesmo, da Academia Brasileira de Letras. A crônica dele era uma crônica sentimental, muito bem escrita, meio melosa, mas que me comovia. *Sombras que sofrem*. Olha o nome do negócio!”, conta.

O segundo nome foi muito mais local, próximo.

“O outro foi um rapaz chamado Coriolano de Medeiros. Ele escreveu um livrinho chamado *O Tambiá da minha infância*. Esse livro me fez aderir à João Pessoa, gostar de João Pessoa, perceber João Pessoa”.

A obra do historiador Coriolano de Medeiros⁶ citada por Gonzaga em 1994 pela editora A União. O livro trata de memórias do historiador, traçando um panorama da capital paraibana na última década do século XIX. O termo Tambiá refere-se a um dos mais antigos bairros da cidade de João Pessoa.

Nesse ponto da conversa, Gonzaga faz uma comparação entre João Pessoa e uma outra cidade importante do estado: Campina Grande. Os comentários tecidos à famosa rainha da Borborema não foram uma novidade aos meus ouvidos, mas me causaram uma certa estranheza. É que, há algum tempo, Campina Grande parecia ter mais avanços que João Pessoa. Como uma cidade do interior teria mais influência que a capital do estado?

“Por algum tempo, eu gostei mais do brejo. Eu achava Campina Grande internacional. Por que? Eu chegava na Avenida Presidente João Pessoa, no centro de Campina Grande e via

⁵ Foi um jornalista, político e escritor maranhense. Ocupou a cadeira de número 20 da Academia Brasileira de Letras.

⁶ Foi um historiador, ensaísta, escritor e professor paraibano. Foi, com outros intelectuais da época, fundador da Academia Paraibana de Letras.

caminhões com placas de todo o Nordeste. Era, realmente, uma cidade de grande influência para a região nordestina. O algodão do Nordeste, quem ditava o preço era Campina Grande. Parece que é um problema geográfico, onde tudo tinha que passar por lá, tanto o criatório quanto o agrícola”, cita.

A citação à Campina Grande foi um momento importante da entrevista, pois nesse momento Gonzaga se sentiu à vontade para, também, tecer suas críticas, insatisfações e frustrações com a cidade. As reclamações giram em torno do descaso da política e, em alguns pontos, sobre o próprio povo.

Os comentários entristecidos de Gonzaga me serviram como resposta para algumas perguntas que havia formulado, a respeito de coisas que ele acredita que poderiam ser melhoradas no município. “Eu aderi à cidade de João Pessoa, mas do ponto de vista de iniciativas, é uma cidade muito apática”, explica.

“Essa é uma cidade de muitos tesouros. É, por exemplo, uma cidade que tem um tesouro como essa igreja de São Francisco. É um tesouro porque é o barroco mais simples que pode existir no mundo. Porque o barroco, sobretudo na Espanha e em Portugal é uma coisa gorda, cheia de volutas, cheia de esplendores. Aqui fizeram um barroco no calcário, bem simples, está aí, essa igreja”, reflete.

Ainda sobre a questão dos tesouros arquitetônicos, Gonzaga relembra uma história da vinda de um médico e crítico de arte para a cidade. O intuito foi o de mostrar que até pessoas de fora reconhecem a importância do que temos aqui em termos de arquitetura e patrimônio histórico.

“Clarival do Prado Valladares⁷ foi a maior competência no estudo do barroco no Brasil e em Portugal. Quando ele chegou aqui em João Pessoa e viu a igreja de São Francisco, ele enlouqueceu. Ele fez um trabalho, um livro, *Nordeste histórico e monumental*, uma obra onde a Paraíba tem um destaque enorme!”, relembra.

O descontentamento e até uma certa irritação crescem ao falar do potencial turístico pouco explorado na cidade. “Não tem um governo, um secretário de cultura que descubra a importância do turismo cultural na Paraíba, o turismo histórico. Essas ruas, Duque de Caxias,

⁷ Foi um médico, escritor, poeta, pesquisador e crítico de arte baiano. Tornou-se professor de Anatomia Patológica na Universidade Federal da Bahia, mas decidiu enveredar para os estudos da natureza social e análise de manifestações artísticas, sendo convidado para lecionar História da Arte na Escola de Belas Artes e na Escola de Teatro da Universidade da Bahia.

General Osório, deveriam ser proibidas de tráfego de carros. A prefeitura deveria dizer: Não! Aqui só entra pé de gente, mas nós não temos isso. Então quando você lê *O Tambiá da minha infância* você passa a amar essa cidade. Eu amo essa cidade, mas ela desocupada, sem moradores. Eu não gosto dessa falta de iniciativa. E ela também não é uma cidade solidária. Só é solidária em velórios”, reclama.

Os velórios, segundo Gonzaga, são sempre repletos de pessoas. Para reforçar essa tese, o autor conta uma história antiga que vivenciou. Uma história que não fala, especificamente, sobre velórios, mas sobre falta de solidariedade.

Gonzaga, vez por outra, costumava frequentar a sede central do clube Cabo Branco, que ficava localizada próximo à Igreja da Misericórdia, no centro da cidade. Segundo ele, era um espaço com as “figuras vetustas da cidade, médicos ilustres, desembargadores”.

Ia, com um amigo jornalista, filho do contador geral do Estado, tomar um café na sede do clube, quando foram vítimas de uma tentativa de agressão por conta de um artigo que o amigo havia escrito contra um candidato a prefeito da época. Os dois foram salvos por um lavador de carros enquanto a elite assistia o ocorrido, sem se envolver.

“O espírito da cidade ficou, de dentro do clube, assistindo a cena. Só que aquela não era a cidade de Oitizeiro, de Mandacaru, a cidade que trabalha. Aquela era a cidade da elite. E o meu amigo Geraldo era dessa elite. O pai dele era dessa elite, moradores do Cabo Branco, mas ninguém de lá nos socorreu, só um lavador de carros. Esse episódio, para mim, foi definitivo no meu conceito a respeito do pessoense, porque de lá para cá eu não vi nenhuma prova em contrário em questão de solidariedade. A única coisa que eu vejo de bonito no povo de João Pessoa é quando morre alguém, aí eles se solidarizam, nos velórios”, conta.

Ainda com os defeitos apontados, Gonzaga afirma que não gostaria de viver em outro lugar. Aos 88 anos, o escritor fincou suas raízes em solo pessoense, criando filhos e fazendo amigos nos jornais e nas ruas da cidade.

5.4 O gênero menor

Uma das etapas do trabalho discutiu sobre a importância e a dimensão da crônica frente a outros gêneros. Essa foi uma discussão que pretendi abordar durante a entrevista, para entender o que o autor pensava dessa conceituação.

Gonzaga entende que a maior parte de seus escritos estão, sim, dentro da seara da crônica, mas defende a ideia de que o gênero não é menor, apresentando, inclusive, características de grandes escritores que produziam boas crônicas.

“Essa discussão a respeito de ser um gênero menor foi uma coisa que ficou estabelecida. Até Machado de Assis, com a grande crônica que ele fazia, não conseguiu que ninguém cogitasse que a crônica fosse um gênero literário, como a ficção, o romance e a poesia. Até ele! Depois Rubem Braga deu uma força, com um conteúdo muito paradoxal, porque ele é lírico e ao mesmo tempo objetivo, aquela objetividade do jornalista, de só usar a palavra necessária, não mais do que ela, nada além dela. De procurar aquela palavra que só diga uma. Então ele conseguiu fazer isso na crônica”, explica.

Além dessa percepção e conhecimento a respeito de escritores consagrados que, em alguns momentos da vida, produziram crônicas, Gonzaga também demonstra ter um conhecimento teórico sobre a crítica literária.

“Mesmo depois de Rubem Braga, e mesmo depois de Drummond, que é um grande cronista, a crítica literária, ainda tem o Afrânio Coutinho, o Alexei Bueno, que é mais novo, e muita gente já considera a crônica como um gênero literário, mas eu posso falar? Na verdade, eu acho o seguinte. Rubem foi um grande jornalista e terminou como cronista. Antes de ser um cronista, ele foi um grande jornalista, de textos. Eu fui um bom jornalista de articulação, de ter a intuição de dizer, fulano, tu deverias entrevistar ciclano, mas eu fui um péssimo repórter. Eu tinha preguiça de ir atrás, e eu tinha medo de cachorro, então quem tem essas características não pode ser repórter”, brinca.

A assertividade necessária dos veículos de comunicação forçou o jornalista a mergulhar na subjetividade do mundo de um escritor. Perdido numa imensidão de palavras, Gonzaga canalizou a sua capacidade para o campo da interpretação.

“Por eu não ser o bom repórter e por eu gostar de gráfica e ter uma boa experiência nessa área, com a velha mecânica, não a eletrônica, eu fui me entrosando no jornal. Como eu tinha uma dificuldade enorme de encontrar a palavra certa na reportagem, no texto editorial, no comentário, eu sempre estava entrando com a minha própria linguagem. O jornal não admite a linguagem subjetiva, só a objetiva. Como eu sou ruim objetivamente, para não perder essa minha característica, eu fui treinando, fazendo as minhas besteirinhas”, explica.

Unindo o seu amor pela cidade, suas andanças pelas ruas de João Pessoa e seu jeito observador e sua sensibilidade, surge em sua carreira, a crônica. Movido pelo circunstancial, Gonzaga vai construindo e costurando histórias com personagens muito locais.

Como dito anteriormente, no prefácio de um de seus livros, um amigo historiador qualifica o jornalista como um “historiador social”. O título, de fato, resume bem toda a trajetória do escritor ao analisarmos seu trabalho, mas Gonzaga, com muita humildade, acredita que foi apenas um excesso de bondade por parte do colega.

“Eu não sei se posso dizer isso que sou um historiador. Eu sei que não sou um alienado na história, eu participo, mas ser um historiador... é difícil. Acho que Zé foi generoso comigo”, confessa, timidamente.

Ainda que custe a aceitar o título mencionado pelo colega, Gonzaga entende que sua crônica é um texto local. O ato de documentar a cidade e os seus personagens de maneira bastante intimista faz com que o autor acredite que sua crônica esteja restrita aos limites da cidade, pois, muitas vezes, os personagens não têm identificações maiores além de um nome, ou até um apelido.

“Meu problema é o seguinte, e ao mesmo tempo não é problema algum. A minha crônica está longe de sair daqui, porque ela é limitada, limitadíssima às fronteiras de minha cidade. Eu escrevo para as pessoas que eu conheço. É muito difícil escrever para um amazonense, um carioca... e é muito difícil se encontrar ali comigo, porque eu boto pessoas que o camarada de fora não identifica. É uma crônica localizada!”, conta.

O cotidiano é o combustível para o seu processo criativo e, como vimos anteriormente, essa é uma relação muito típica da crônica. O dia a dia simples e atabalhado aguça o olhar apurado dos cronistas, e com Gonzaga não é diferente.

“Na verdade, o que eu escrevo é a minha experiência. O que eu escrevo é o que eu vivo. Então, meus livrinhos estão cheios de pessoas, de personagens, de gente... é a minha convivência. Não tem nenhuma filosofia, não tem nenhuma especulação, não tem nenhum segredo”, explica.

A confissão de Gonzaga sobre os limites da crônica foi algo que eu experienciei durante o processo de escrita do trabalho. As fronteiras que seguram o texto dentro dos limites do município ficam evidentes, principalmente, no que diz respeito a lugares e personagens. Muitos nomes que constavam nas crônicas eram pessoas do convívio pessoal do escritor, o que

dificultava, em alguns momentos, o entendimento. Ao falar sobre essa característica local do texto, decidi que seria um bom momento para questionar Gonzaga sobre quem seriam Adalberto e Natanael, pessoas que foram mencionadas em seus escritos no livro *Notas do meu lugar*. Como esperado, ambos eram amigos do escritor.

“Natanael Alves e Adalberto de Araújo Barreto, ambos jornalistas e senhores escritores. Adalberto subestimava essa coisa de academia. Adalberto Barreto foi a maior revelação de um contista. Só que ele não era um contista *À la* moderna, ele escrevia como um clássico. Natanael foi jornalista, cronista. O meu problema era esse, eu colocava o nome Adalberto, mas o meu público contemporâneo sabia quem era Adalberto. Se hoje eu mandasse pra Manaus ninguém saberia quem era. Hoje não precisa nem mandar pra Manaus, porque hoje mesmo aqui, ninguém sabe mais quem é”, explica.

Ainda que o texto seja resultado das andanças pela cidade, e dos olhos atentos e apurados de um jornalista inclinado a subjetividades, Gonzaga acredita que sua crônica sirva como uma espécie de documento que registre a atmosfera da cidade, com a presença de figuras que foram importantes para o seu imaginário, mesmo que, como diz ele, não tenham, em suas crônicas, uma “profundidade psicológica”.

O que Gonzaga descreve a respeito do legado de seu trabalho é o real sentido do meu: perceber a alma da cidade por meio de crônicas antigas escritas por um cidadão comum, mas sensível e apaixonado pela terra. É que a sua participação, ainda que como observador da realidade e das vivências de seu espaço o diferencia dos demais. E essa é uma consciência que ele, ainda que de maneira tímida, consegue ter. O que ele entende por “daqui a algum tempo” já chegou.

“Se há algum valor nas minhas crônicas, é o valor do clima da cidade, mas do ponto de vista dos personagens... O que eu vejo que alguma coisa possa se aproveitar daqui a algum tempo, algum curioso que pegue um livrinho meu, alguma coisa que possa se aproveitar e que eu sinto que deixo é o espírito da cidade. O clima espiritual da cidade, essa cidade meio cordial, não é de briga, não é de iniciativas”, reflete.

Atualmente, o escritor continua escrevendo com base na sua rotina. Por conta da pandemia de Covid-19 que assolou o mundo, ele precisou se resguardar em casa por um tempo considerável. Enquanto não podia sair pela cidade, buscou passear pela cidade de suas lembranças.

“Nessa idade eu estou muito feliz, porque eu estou me sentindo muito mais solto, mais livre, menos pressionado para escrever”, explica.

Aos 88 anos, ele continua lendo, escrevendo e demonstrando um conhecimento respeitável na área da literatura, não apenas de romances, contos e crônicas, mas principalmente da teoria e crítica literária.

5.5 As crônicas

Um dos motivos que me levaram a realizar a entrevista com o autor, e inseri-la como sendo o último capítulo da dissertação, partiu de uma necessidade de saber o que ele pensava a respeito das crônicas selecionadas para a composição do trabalho e, também, para sanar algumas dúvidas que foram surgindo dentro do processo de análise dos textos.

A curiosidade maior por trás da realização da entrevista estava centrada na ideia de perceber se o escritor ainda mantinha os pensamentos e críticas de quando as escreveu e publicou, durante a década de 1970.

Essa foi uma etapa muito interessante e acredito que muito necessária para compor o desfecho do trabalho. Durante esse eixo da conversa, Gonzaga revelou impressões muito interessantes, mudanças de opinião e, em alguns casos, um reforço considerável na crítica feita há décadas, em que traça comparações muito justas a João Pessoa e aos personagens que a compõem hoje em dia, fazendo deste tópico, um compilado de comentários atualizados do autor sobre as crônicas trabalhadas.

5.5.1 Sobre *Um gênio*

A crônica em questão trouxe uma série de reflexões ao autor, e grande foi a surpresa ao ouvi-lo confessar que estava errado a respeito das obras que foram realizadas, à época, pelo prefeito Hermano Almeida. A contribuição de seus comentários nos traz uma visão bastante histórica e remonta um cenário diferente da lagoa como conhecemos hoje.

“Eu sou um homem arrependido dessa crônica. É preciso enfatizar quando ela foi escrita. Naquela época, a cidade era uma cidade de poucos carros, pouco trânsito, então a lagoa ainda era um parque que não tinha sido afetado, transtornado pelo carro. Depois ela foi, e vieram as pessoas e foram colocando barracas, e terminou um estacionamento, afogando Augusto dos Anjos (a estátua), acabando o bambuzal, então isso veio depois. Eu sou um homem

arrependido de ter feito a crítica à Hermano, porque Hermano estava certo, Hermano queria livrar a lagoa disso”, confessa.

O pensamento atual do autor é o de reforçar que a Lagoa, apesar de estar completamente inserida num trecho extremamente urbano e movimentado, é um parque, e como tal, deveria ser mais preservada. Segundo Gonzaga, a ideia do prefeito era a de justamente tentar preservasse caráter mais “ambiental” do ponto turístico.

Como foi dito anteriormente, na análise da crônica, o autor não foi o único a criticar o planejamento do prefeito. Grande parte da cidade não conseguia entender o que Hermano Almeida queria, de fato, fazer. Essa é uma reflexão importante, pois retrata bem a mentalidade da época, pouco preocupada com questões ambientais e espaços de convivência dentro da cidade.

Essa preocupação com áreas que permitam uma maior mobilidade humana e mais espaços recreativos é algo que tem crescido nos últimos anos. O debate tem se fortalecido muito em cursos de arquitetura e, principalmente, no dia a dia dos cidadãos, que tem se conscientizado cada vez mais da necessidade desses ambientes.

A demanda por espaços assim também foi compreendida pelo último prefeito da cidade de João Pessoa, Luciano Cartaxo (PSD). Em sua gestão, a Lagoa passou por mais um processo de revitalização, com objetivo em trazer de volta esse ar de parque que foi perdido ao longo dos anos. A ação especificamente da lagoa foi elogiada por Gonzaga.

“Esse rapaz, Luciano Cartaxo, fez esse serviço agora. Gastou muito cimento, mas não interessa. Ele fez um belíssimo trabalho. Ele fez com que a lagoa retornasse à condição de parque. Ela não era, ela era uma parada de carros e um ponto de ônibus. O povo não via as árvores, o povo não via a lagoa. O passeio acabou, o namoro acabou, o comércio acabou. Era uma porção de água suja, ardeada de árvores, mas sem desfrute. O automóvel fez isso, e as pessoas vão ficando insensíveis”, afirma.

Ainda que a crítica, na época, tenha sido feita em cima da ideia de que poucos sabiam o real planejamento da lagoa, Gonzaga, hoje, consegue explicar quais eram os planos do prefeito. A ideia que se tem é que a obra era muito a frente do tempo e, como ele mesmo disse, acabou indo contra a cultura dos meios individuais de transporte que, àquela época, cresciam vertiginosamente.

“Eu sou uma pessoa que me recrimino por essa censura que fiz ao projeto de Hermano Almeida, pois ele queria isolar a lagoa. Ela tinha um anel interno que passava carro e entrava na avenida Miguel Couto. Aí, ele queria isolar isso, por uma proposta daquele arquiteto de Curitiba, Jaime Lerner. Jaime sugeriu a ele, e ele queria preservar esse espaço. A maioria, obcecada pelo carro, a paixão, a vaidade do carro, iria ser privada de passar por ali, e eu fui na onda”, explica.

Mais uma vez, como de costume, ao final da crônica, o autor insere um nome sem contextualizá-lo, fazendo com que o leitor de outras épocas se pergunte quem seria a tal figura. O personagem em questão era o major Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho, filho de Flávio Ribeiro Coutinho, da elite do açúcar da Paraíba. “Era o povo que mandava na cidade”, explica.

Hoje, a opinião do autor a respeito da gestão do prefeito em questão é bem diferente. Entendendo as reais intenções por trás de suas obras e a equipe técnica que o gestor buscou para amparar-se faz com que Gonzaga reconheça que Hermano Almeida foi uma figura política importante que cuidou muito bem da infraestrutura da cidade. “Foi um dos maiores prefeitos que tivemos”, constata.

5.5.2 Sobre *A grande lição*

A reflexão sobre a relevância da obra deixada pelo padre Zé resgatou, também, um pouco da análise que foi feita pelo próprio autor, a respeito da importância do poder econômico, no início da entrevista.

Durante a conversa, percebemos que o autor já havia tido um contato mais próximo com o padre Zé. Ainda jovem, Gonzaga precisou pedir ajuda ao religioso para abrigar sua mãe enquanto ele não tinha condições de alugar um apartamento para morarem, pedido que foi prontamente atendido pelo pároco.

Nota-se, sem muita dificuldade, que a voz do autor se torna mais reflexiva ao falar sobre a figura do padre. O legado do religioso ainda rende frutos para a cidade e para os mais necessitados.

Nos últimos dois anos, o mundo inteiro foi acometido pela pandemia da Covid-19, algo inesperado que trouxe danos não só para a saúde pública, com milhares de mortes diariamente e poucos leitos disponíveis para o atendimento dos necessitados, mas também para a economia. Com a necessidade de isolamento social, muitos empreendimentos entraram em falência e o número de pedintes na rua aumentou vertiginosamente.

Durante esse período, o povo pessoense pôde acompanhar a circulação de um caminhão do hospital Padre Zé - tendo a lateral inteiramente adesivada com fotos da carroça adaptada como ambulância utilizada pelo Padre Zé durante o seu período de atuação, que distribuiu marmitas gratuitas a pessoas carentes e moradores de rua da cidade, como uma espécie de continuação dos serviços prestados pelo religioso, que utilizava como uma de suas frases “Lembrando-se de mim, não esqueçam dos meus pobres”.

Figura 1 – Imagem da primeira ambulância utilizada pelo Padre Zé



Fonte: Ana Cecília Dias Aragão, 2021

Figura 2 - Caminhão utilizado para distribuição de alimentos do Hospital Padre Zé



Fonte: Ana Cecília Dias Aragão, 2021

“Ainda hoje o padre Zé é necessário. O governador João Azevedo está com um programa chamado *Tá na mesa*. É um programa que vem dessa linha do padre Zé, mas no caso do padre Zé”, explica.

Antes da fundação, o padre já realizava trabalhos comunitários e de assistência a pessoas carentes em uma casa próxima ao centro da cidade. O autor relembra a trajetória do padre e algumas figuras que foram assistidas por ele.

“Ele foi pároco da catedral, teve uma vida ilustre como padre, foi caindo para o lado de São Vicente de Paula e terminou dono da igreja de Santa Tereza. Aí, ele começou a fazer essa obra de receber pessoas que não tinham para onde ir. Natanael Alves foi para lá, o desembargador Júlio Aurélio também foi de lá. Era uma casa com vários mastros, vários armadores e redes penduradas. Tinha o altar, a igreja e o povo. Ele ia para a rádio Tabajara, fazendo pregações, criticando, invocando”, relembra.

A grande característica do padre, aos olhos de Gonzaga, era a sua honestidade e o seu senso de justiça. Comparado aos dias de hoje, o autor acha que seria muito difícil que alguém pudesse assumir esse compromisso sem interesses maiores por trás das ações.

“O papel dele era um papel vicentino. São Vicente de Paula, aquele que tira dos outros para dar a quem precisa. Ele teve esse papel, não tirou nada para ele. Hoje em dia eu acho que ninguém se equipara a ele, até porque o mundo é outro. É aquilo que lhe falei, o poder econômico”, afirma.

Gonzaga acredita que, até hoje, ninguém foi capaz de se equiparar ao padre Zé em questão de assistência social. O autor acredita que a realidade econômica da população pessoense foi melhorando com o tempo, mas sem o auxílio de forças externas e voluntárias, como o padre. Aqui, ele relembra uma situação que passou com sua mãe quando já estavam juntos aqui em João Pessoa, para justificar o seu pensamento.

“As coisas melhoraram por conta da melhora geral. Há muito tempo, sai do jornal O Norte e fui para casa, na Torre. Cheguei em casa e minha mãe me disse: Luiz, não tem mistura. Olhei no bolso, tinha um cruzeiro e vinte centavos. Então, fui na bodega comprar ovos. Comprei três ovos. Paguei. Mamãe foi fazer a comida, botou uma banha de porco. Quebrou um ovo, gôro⁸. Segundo ovo, gôro. No terceiro, o ovo estava bom. Isso em 1953. Hoje, um lavador de

⁸ Gôro é um adjetivo muito comum no estado da Paraíba, que se refere a qualidade do ovo, um ovo gôro é um ovo que está estragado, podre.

carros, um flanelinha⁹, no fim do dia, consegue 20 reais. Com 20 reais ele compra quarenta ovos. É isso que quero mostrar. O Brasil cresceu independente da canalha. O ovo hoje é 50 centavos, é a coisa mais socializada que pode existir. O ovo e o cuscuz”, reflete.

As contribuições extraídas das falas do autor nos permitem constatar que ele enxerga o social e o econômico sempre muito próximos. Com um olhar um pouco mais atento às crônicas, percebemos que esse pensamento sempre esteve ali.

5.5.3 Sobre *Preservar*

Há temas que aparentam causar um certo desconforto aos ouvidos de Gonzaga. A questão da preservação do patrimônio histórico é um deles. Durante a conversa, não foi preciso muito esforço para perceber que o autor sentia um profundo incômodo ao falar sobre a falta de mudança no cenário de preservação, desde o período da publicação da crônica até os dias de hoje. Talvez, a palavra certa nem seja incômodo. Talvez, a palavra certa seja inconformismo.

Questionei o autor sobre melhorias nessa área de manutenção das construções antigas da cidade. A sua resposta foi curta, dura e crítica. “Não está igual àquela época. Piorou! E o lugar que mais sofre com isso é o centro da cidade”, relata.

O que foi dito anteriormente a respeito da relação do social e do econômico como sendo um ponto nevrálgico das opiniões de Gonzaga volta a tomar corpo nesse momento de crítica ao descaso com o patrimônio. Isso porque, segundo ele, o crescimento da cidade está diretamente ligado a indiferença com que as gestões trataram o patrimônio histórico e cultural da capital paraibana.

“Eu parto da seguinte teoria. O progresso acabou com João Pessoa. O que é o progresso? Todo mundo ter um carro. Isso invalida ruas inteiras. Dorgival, por exemplo, fez aquele viaduto, onde cortou a rua. Teve o desprazer de cortar, passar o trator ao lado da Misericórdia no cólera de 1958, onde os corpos eram enterrados. O que mostra que havia espaço vazio. No que ele cortou, o ônibus desce ali e invalidou a avenida Cardoso Vieira. Não existe mais nada, só existe as casas”, defende.

Na opinião de Gonzaga, o carro, apontado como um dos grandes vilões nas críticas sobre a obra de Hermano Almeida na lagoa, volta assumir esse papel de ditar as normas que

⁹ Flanelinha é um termo que se refere aos cuidadores de carro que ficam nas ruas da cidade de João Pessoa. O uso do substantivo no diminutivo faz menção às flanelas, quase sempre, penduradas nos ombros dessas figuras, que também limpam os carros.

regem a cidade. Qualquer coisa que atrapalhe a circulação de carros é um problema para a área. A crítica do autor parece estar centrada no fato de haver uma falta de planejamento que una a modernidade e as necessidades de locomoção da população, com o incentivo à ocupação de espaços mais culturais.

Esse pensamento é bastante curioso, pois se comprova na prática e na rotina da cidade, como se essa falta de planejamento afetasse diversos setores da cidade. Nos últimos anos da gestão do prefeito Luciano Cartaxo, foi realizada uma obra na orla da capital. A ideia foi retirar o estacionamento de carros que paravam rente ao meio fio da calçada, para a abertura de uma ciclovia. As ciclovias foram um grande marco na gestão do prefeito, que recebeu muitas críticas à época, pois ela foi implementada em diversos pontos de forte tráfego da cidade, diminuindo a faixa de largura de avenidas importantes de João Pessoa como, por exemplo, a Avenida Senador Ruy Carneiro.

Com essa implementação de ciclovias, a região do Cabo Branco foi pouco afetada, uma vez que a Avenida Cabo Branco é mais extensa em largura e possui várias brechas de estacionamento do outro lado da calçada. No entanto, o bairro de Manaíra foi muito prejudicado pela obra. A Avenida João Maurício sofreu com uma diminuição considerável de espaços de estacionamento, forçando os motoristas a pararem em ruas paralelas, que são mais escuras e menos movimentadas do que as do bairro Cabo Branco.

Nos primeiros meses da reforma, diversos comerciantes do ramo alimentício do bairro de Manaíra criticaram a iniciativa do prefeito, por terem sentido uma queda vertiginosa nas vendas, devido ao fato de os clientes não terem opções de estacionamento na região.

“Atrás do banco do Brasil, no centro, acabou tudo, porque ninguém pode estacionar, e onde você não estacionou, acabou”. A constatação de Gonzaga a respeito do poder de influência do carro na vida da população não é uma mera teoria, ela se confirma empiricamente na vida dos pessoenses. Ainda que o autor se refira com mais ênfase ao centro da cidade, a realidade se expande por todas as áreas da capital. O automóvel não foi um agente de caos apenas na década de 1970, ele continua imprimindo força nos ditames sociais até hoje.

O descaso com essa preservação afeta não só as construções de arquitetura antiquada, mas também as obras que foram símbolo de modernidade para a época. O prédio do Ipase é algo que sempre chamou a atenção do autor. Em outras crônicas presentes no livro, ele faz comentários a respeito dessa construção que, para ele, foi completamente abandonada pelo descaso público.

“O prédio mais lindo de João Pessoa, na modernidade, foi patrocinado por um cidadão chamado Alcides Carneiro. Era o prédio do Ipase. Ele fez o Ipase. Eu tomei um ônibus em Alagoa Nova para ver o Ipase. Um amigo chegou de férias e me disse: João Pessoa está com um prédio de 6 andares! Como? 6 andares! Campina Grande só tinha de 3 andares. Campina, que para mim era a Nova York do mundo. Então, o Ipase, o que é hoje?”, relembra.

E continua.

“Por isso que eu digo, piorou, não existe preservação. Aquele prédio, os arquitetos da Paraíba, de João Pessoa, se soubessem o valor daquilo ali... Aquele prédio, em João Pessoa, equivale ao Ministério da Cultura do Rio de Janeiro. Aquele prédio, veio um tal de Le Corbusier, da França. Foi o primeiro prédio da modernidade feito no Rio de Janeiro. Aquele prédio, Niemeyer e Lúcio Costa traçaram aquilo. Chegou Alcides Carneiro, um homemsensível, inteligente, foi para o Ipase. Perdeu a eleição para governador para um tal de OswaldoTrigueiro. Ele decidiu fazer do Ipase uma espécie de segunda via, cópia, coisa assim, do Ministério da Cultura do Rio de Janeiro, que era o antigo Ministério da Educação. Era um prédiolindo, com salas amplas... Então a minha resposta para a sua pergunta é essa. Não existe preservação”, constata.

Além da indiferença com a manutenção dos prédios antigos, que contam a história da cidade, o autor acredita que há também um menosprezo com o patrimônio imaterial do local. Gonzaga sente que sua crônica não tem mais a mesma repercussão de tempos atrás, o que o entristece, por lhe causar a impressão de que é uma cidade pouco ligada à cultura, de modo geral.

“Não tem um pessoense que ligue para mim, um deputado que leia, um vereador que tenha feito qualquer coisa, qualquer comentário. Isto é uma cidade alienada! João Pessoa é uma cidade alienada. Agora, me deram o título de cidadão pessoense, me deram o título de *honoris causa*... o porquê, eu não sei”, reflete.

Ao falar sobre o patrimônio imaterial, Gonzaga me convida a visitar uma das salas da Academia, onde fica exposto todo o material referente a um grande poeta paraibano de extrema importância para a literatura brasileira. Enquanto caminha até o local, ele tece críticas e aponta para algumas goteiras no teto das salas.

“Isso aqui foi feito para preservar a memória cultural da cidade, mas a única coisa que essa pobrezinha pode fazer, é guardar o retrato dessas pessoas. Esse prédio tem duzentos anos, mas o telhado está cedendo. Só um homem cuidou dessa Academia, foi Burity”, explica.

Ao chegarmos na sala, as palavras se tornam escassas. A imensidão da admiração que Gonzaga sente pelo poeta se mistura à tristeza de ver que a sala fica ali, escondida no fundo da casa. O sentimento do cronista fica nítido em sua expressão.

“A maior expressão da Paraíba em nível cultural, o maior símbolo cultural do nosso estado é ele, Augusto dos Anjos, mas ele é no Rio Grande do Sul, em Manaus... só não é aqui”. Essa foi a frase que encerrou a conversa sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Figura 3 – Imagens da sala Augusto dos Anjos na Academia Paraibana de Letras



Fonte: Autora, 2021

5.5.4 Sobre *Cheiro de Acarajé*

Dentre as crônicas selecionadas para o trabalho, essa foi a que Gonzaga, aparentemente, menos tem recordação. Suas falas a respeito de *Cheiro de Acarajé* foram simples e

reducionistas. Há uma contribuição política, em que ele relembra o nome de algumas figuras importantes da capital; uma nova comparação entre João Pessoa e Campina Grande, mas nada além disso.

Gonzaga relembra que, naquela época, a região do Distrito Industrial não passava de “um partido de macaxeira, na época de João Agripino¹⁰”. A área era meio inóspita, esquecida pelo restante da cidade.

Aparentemente, as previsões feitas pelo autor ao escrever a crônica naquela época foram se concretizando ao longo do tempo. É que Gonzaga acredita que aquela região não cresceu porque a própria cidade não desenvolveu muito bem o setor industrial.

“Eu quis mostrar a mudança da cidade, dar uma ideia de que isso poderia ter tido um futuro, mas não teve. Industrialmente, a cidade não cresceu, ela cresceu em serviço, e em comércio ela melhorou também”, explica.

A comparação que o autor faz entre as cidades de João Pessoa e Campina Grande vem também acompanhada da parte política. Aqui, Gonzaga cita Argemiro de Figueiredo, que foi um governador do estado nascido na cidade brejeira.

“O que eu vejo é que, por exemplo, Argemiro de Figueiredo é um mito em Campina Grande, ninguém faz nenhuma restrição a ele. Por que? Porque ele botou água em Campina, investiu em Campina. Essas pessoas são gratas a ele”, explica.

De fato, as considerações feitas por Gonzaga a respeito de Campina Grande são bem fundamentadas, isso porque a cidade tem um imenso destaque, por ser um dos principais pólos industriais do estado. Atualmente, Campina Grande é conhecida por produzir e exportar calçados, agregando bastante valor à economia local. Além do setor calçadista, a cidade recebeu, recentemente, incentivos fiscais por parte do estado para desenvolver também um forte pólo têxtil na região.

O cenário industrial da segunda cidade mais importante do estado em nada se compara ao que tem sido produzido na capital. A crítica, que foi sendo construída pelo autor ainda em 1970, foi se concretizando com o tempo. A esse panorama, Gonzaga atribui aos costumes locais. “É uma cidade de um comportamento muito difícil”.

¹⁰ Foi um pecuarista, advogado, promotor de justiça, empresário e político brasileiro. Foi deputado federal, senador e governador do estado da Paraíba entre 1966 e 1971.

5.5.5 Sobre A Avenida

Enquanto o bairro das Indústrias não desenvolveu tanto a sua produtividade como era esperado de uma capital, o bairro da Torre, objeto da última crônica analisada no trabalho, “mudou completamente”. Essa é a visão que o autor tem, quase 50 anos depois de suas publicações.

“Hoje a Torre é um bairro comercial, um bairro de lojas, sobretudo depois que fizeram aquela avenida. Ele não era um bairro tão abandonado, mas era um bairro tipicamente da classe C, pequenos funcionários, carroceiros, comerciários, a maioria. A classe melhorzinha morava aqui no Centro e no Poço. Depois, veio o bairro dos Estados, e a Torre continuou”, afirma.

A reflexão a respeito do bairro da Torre me remeteu a um artigo referente a área de arquitetura que li, ainda durante o processo de escrita do meu trabalho. O trabalho falava sobre as interfaces público/privada na vida urbana, com enfoque no bairro citado.

“A boa qualidade ao nível dos olhos deve ser considerada como direito humano básico sempre que as pessoas estejam nas cidades”. (GHEL, 2013, p. 118 apud BARBOSA; TRIGUEIRO, 2019, p. 2)

Resumidamente, a frase acima, retirada do artigo em questão, reflete a ideia das interfaces público/privada. O conceito retrata um pouco da fusão entre essas duas esferas, de maneira que cause uma espécie de conexão que auxilie crucialmente na qualidade da vida urbana. Para que se atinja essa qualidade, há alguns elementos importantes que devem ser levados em conta. Um desses elementos, evidenciado no artigo, são as calçadas.

As calçadas, além de serem importantes para a segurança dos pedestres, é também um espaço de interação entre vizinhos e transeuntes. Essa é uma característica muito importante e pouco refletida, e que vem à tona durante a análise e a conversa a respeito do bairro da Torre.

Como discutido no artigo, o bairro da Torre se encaixa nesse espaço de diversidade socioespacial, uma vez que houve um crescimento exponencial de setores do comércio e serviços importantes para a cidade, mas ainda guarda características tipicamente residenciais.

“Então, a Torre hoje ainda continua com suas casinhas, é uma mistura, mas tem o comércio né, a força comercial tomou mais conta do bairro”, reconhece.

Ainda referente à construção da Avenida Beira Rio, há um desconforto por parte do autor em acatar a mudança nos nomes. Para Gonzaga, José Américo de Almeida já possui

algumas referências no entorno da cidade, o que acabou tirando a vez das homenagens a Adolfo Cirne.

“Fizeram uma coisa meio absurda, tiraram o nome de Adolfo Cirne, que era um jurista. Claro que José Américo merece tudo, homenagens, mas eu não sei onde é que está a Adolfo Cirne hoje”, reclama.

A reflexão a respeito das interfaces público/privada foi importante para corroborar com a opinião do autor a respeito do bairro que ele mesmo reside, nos dias de hoje, mas as questões a respeito da manutenção e preservação dos espaços volta a ser assunto da discussão. Gonzaga cita a construção de uma bela praça, no bairro da Torre, onde hoje é localizada uma unidade da Unimed. A praça São Gonçalo, hoje em dia, é consideravelmente conservada, mas que requer algumas manutenções.

O autor abre um parêntese e faz uso de uma lembrança que vivenciou, a respeito das praças da cidade e de suas conservações. “Só para você ter uma ideia, eu era secretário de Chico Franca¹¹. Chamei algumas instituições, empresas, para elas cuidarem de uma praça, adotarem uma praça. O Bompreço adota a praça Jaguaribe, você adota a lagoa, e por aí vai. Sabe quantas empresas apareceram para adotar? Nenhuma!”, explica.

Por fim, surgiu, durante a conversa, a necessidade de um reparo de uma confusão feita durante a análise da crônica. Em dado momento do texto, o autor fala que a avenida foi aberta “não pelo Prefeito e nem ao menos pelo Governador, mas pelo Presidente da República” (RODRIGUES, 1978, p. 84).

Como havia presumido, a obra teria sido solicitada de ordem de Médici, mas executada durante o governo Geisel. Por uma questão temporal, a avenida, realmente, foi construída durante o período de vigência deste, mas a solicitação não partiu daquele.

A explicação de Gonzaga é a de uma história que circulava fortemente na cidade a respeito do próprio João Pessoa. “Foi João Pessoa. Ele pensou. Mas a Beira Rio nasceu espontaneamente, como o caminho do povo, ela descia, cortava a lagoa, o liceu e ia direto. João Pessoa, quando era presidente, lá da varanda do palácio, segundo falam, dizia que o caminho para o mar devia ser a Beira Rio e não a Epitácio”, esclarece.

¹¹ Francisco Xavier Monteiro da Franca foi prefeito de João Pessoa entre os anos de 1993 e 1996.

Outro ponto que havia ficado um pouco nebuloso durante a leitura e a análise da crônica era um trecho em que o autor citava o namoro, que costumava acontecer no centro e, com o tempo, foi se deslocando para a beira mar.

“Deslocou-se de vez para a beira-mar e sob outras formas e até com outros nomes. Mas no final o mesmo” (RODRIGUES, 1978, p. 85). Inicialmente, a ideia que surge a respeito dessa frase é a de que o autor estaria se referindo à prostituição. Na verdade, o autor explica, entre risos, que a ideia era se referir às moças que eram mais à frente de seu tempo e exerciam um comportamento mais liberto com os respectivos namorados em locais públicos, sem o pudor típico da época. “Não era nada de prostituição, eram só essas mocinhas mais atrevidas”, brinca.

Os raios de sol, encobertos pelas nuvens carregadas que haviam dado uma trégua, foram dando seus últimos sinais do dia. O escuro da noite já começava a aparecer e o movimento de carros já era bem escasso na rua que costuma ser bastante movimentada pela manhã. Finalizamos a entrevista. Tomamos um chá, comemos biscoitos e nos despedimos, com a promessa de um encontro futuro.

Figura 4 - Encontro na Academia Paraibana de Letras



Fonte: Autora, 2021

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção da dissertação, optamos por dividir o trabalho em alguns blocos. A primeira etapa da dissertação consistiu na elaboração da fundamentação teórica, onde dissertamos acerca do trajeto crônica, desde o seu surgimento até a chegada ao Brasil. Essa escolha partiu da necessidade de apresentar ao leitor, uma visão panorâmica das áreas que a crônica é capaz de abarcar, nascendo em um território histórico e desaguando no jornalismo e na literatura. Com essa construção, conseguimos atender a um dos objetivos específicos do trabalho, de investigar as origens da crônica, além de demonstrar o caráter plural do gênero.

Para a segunda etapa da pesquisa, foi realizada uma análise das crônicas, onde pudemos apresentar, de maneira mais detalhada, a obra do jornalista e escritor Gonzaga Rodrigues. A partir da leitura dos textos literários, realizamos um trabalho comparativo, buscando fontes documentais capazes de comprovar a veracidade dos fatos ali expostos. Essa foi uma escolha que teve como intuito, comprovar o conteúdo da crônica do autor dentro dos contextos históricos da cidade, contemplando, assim, mais um dos objetivos específicos propostos no trabalho.

A última etapa tratou da entrevista com o autor das crônicas, Gonzaga Rodrigues, que também estava prevista nos objetivos específicos da dissertação. A ideia da entrevista partiu da necessidade de compreender a visão do autor acerca das críticas que foram feitas nas crônicas selecionadas, além de esclarecer a identidade de alguns personagens citados em sua obra. Essa foi uma etapa bastante rica do trabalho, onde pudemos observar novas opiniões do autor acerca dos temas trabalhados nos textos.

A partir das análises realizadas em cima da seleção de textos, podemos constatar que as crônicas do autor Gonzaga Rodrigues guardam, sim, um aspecto documental bastante rico a respeito da cidade de João Pessoa. Por meio de suas linhas, podemos encontrar memórias e acontecimentos políticos e sociais muito relevantes sobre a capital paraibana.

Antônio Cândido defendia a crônica como sendo pequena, de maneira carinhosa, e dizia que em sua pequenez, ela ficava perto de nós, humanos, cidadãos, pessoas comuns. De fato, dentre os gêneros existentes hoje em dia, talvez seja ela a que mais se aproxima do nosso cotidiano, do nosso dia a dia. Escrever sobre o que se vive abre caminho para que pessoas comuns possam se aventurar pelo mundo das palavras.

Analisar a obra de Gonzaga Rodrigues, em especial, as crônicas contidas no livro *Notas domeu lugar* nos permite perceber de maneira latente essa característica a respeito do gênero, de estar ao nosso alcance e de fazer parte da nossa rotina.

A crônica é um compilado de saberes de várias áreas, que desaguam em um texto esteticamente simples, mas que apresenta um poder semântico muito vasto. Enxergar as miudezas da cidade com atenção, amparando-se na efervescência do cotidiano para criar um produto literário, rico e detalhado não é uma tarefa menor, pelo contrário.

A capacidade de observação apurada de um repórter deve ser uma característica quase queinata, mas tecer críticas, elogios e desapontamentos acerca do assunto discutido é uma tarefa que o jornalismo, do alto de sua objetividade, muitas vezes, não permite. A crônica surge nesse meandro. Ao se unir a literatura, o gênero permite ao jornalista, escritor, ou quem quer que esteja do lado de cá do papel, dar passos mais largos na direção da subjetividade. Com essa fusão, autoriza-se uma inserção maior da sensibilidade, das impressões opiniões pessoais, aproximando assim, leitor e escritor.

As crônicas estudadas, do ponto de vista jornalística, expõem uma objetividade bastante necessária para a área. Isso fica nítido ao longo da leitura da crônica *Um gênio*. Além de ser possível perceber a anuência da população a respeito das críticas destinadas ao prefeito, demonstrando uma opinião coletiva, própria do jornalismo que dá voz ao povo, podemos perceber também uma espécie de *lead* (o famoso – *o que, quem, quando, onde e porquê*). A leitura nos permite entender a causa e o motivo da crítica, a quem o autor está criticando, o local a que se refere e a época. No entanto, a estrutura exposta é a de um *lead* desconstruído, característica muito típica e empregada no jornalismo literário, unindo a essa assertividade jornalística, o lirismo, a sensibilidade e até o humor, próprios da literatura, apresentando a imagem de um estilo cheio de lirismo.

A ideia de enxergar a crônica enquanto um gênero híbrido, que mergulha em várias áreas diferentes é algo que conseguimos comprovar ao longo de nossas análises. A maneira como foi possível extrair informações históricas úteis e relevantes, que revelam sobre a construção e evolução da cidade nos dá suporte para defender a ideia de que, de fato, a crônica tem um caráter histórico muito forte, inclusive pelo motivo de ela ter nascido desse berço. Além disso, é possível enxergar um forte traço de lirismo no estilo do autor, e é por meio desse lirismo que Gonzaga Rodrigues vai desenhando o imaginário da cidade.

Ao longo das análises, foi possível, de fato, afastar a sombra e o estigma da pequenez do gênero. Gonzaga Rodrigues não é um simples narrador. Ele descreve os fatos, narra os acontecimentos e apresenta a sua opinião, muitas vezes crítica, irônica, a respeito das coisas. Perceber esses aspectos dentro de um texto que carrega, muitas vezes, a opinião do povo, e que serve como informação e prazer literário não pode se encaixar em algo pequeno. Poucos são os gêneros em que podemos perceber tantas características juntas em um único texto.

Em se tratando do nosso objeto de estudo, percebemos as obras analisadas como um grande acervo imaterial da história da cidade de João Pessoa, com um olhar específico sob a década de 1970, que já dava indícios de grandes evoluções nos anos subsequentes. As pautas levantadas nos textos analisados se tornaram alvo do interesse público, como é o caso da crônica *Preservar*, que discute sobre assuntos relacionados a preservação do patrimônio histórico.

O aspecto memorialístico, documental e monumental da crônica de Gonzaga Rodrigues torna-se ainda mais perceptível quando recorremos a outros tipos de textos, realizando comparativos com artigos e notícias de jornal. Durante o processo de escrita das crônicas, o autor apenas realizava o trabalho de registro, resgatando o ofício dos cronistas do final da Idade Média, que inventariavam os feitos dos reis. Esses registros, construídos com o uso de recursos jornalísticos e literários, realizados no fim da década de 1970, servem-nos, hoje, como documentos, pois a partir de sua publicação, eles se tornam eternos, sem envelhecer.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA DE AQUINO, Caroline; TRIGUEIRO DE ARAÚJO MORAIS, Marcele. O Papel da interface público/privada na vida urbana: o Bairro da Torre, João Pessoa/PB, Brasil. In: **XI Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Santiago de Chile, Junio 2019**. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2019.
- BENDER, Flora Christina; LAURITO, Ilka Brunhilde. **Crônica: história, teoria e prática**. São Paulo: Scipione, 1993.
- BORELLI, S. H. S. **Ação, suspense e emoção: literatura e cultura de massa no Brasil**. São Paulo: Educ/Estação Liberdade, 1996.
- BROOKES, B. C. The foundation of Information Science. **Journal of Information Science**, [S.l.], v.2, n.1, p.125-133, 1980.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S.l.], v.45, n.5, p.351-360, 1991.
- CAMINHA, P. V. **Carta ao rei Dom Manuel**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- CINEP. **Apresentação**. Disponível em: http://www.cinep.pb.gov.br/portal/?page_id=219. Acesso em: 10 maio 2021.
- CIRIBELLI, M. C. **Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- COSTA, S. F. de. *et al.* O Estudo de Aspectos do Espaço Intra-Urbano Utilizando Imagens CBERS. **Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Goiânia, 2005. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.21.15.37/doc/881.pdf>. Acesso em: 11 mar.2021
- D'ANGELIS, T. S. R.; NASCENTES, M. C. C. O setor histórico de Curitiba na construção da imagem da "cidade modelo" de Curitiba. **Sessões Temática 7: Cidade e História**, São Paulo, 2017.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 62-83, 2005.ent
- EL FAHL, A. de O. F. Notas de Rodapé: Algumas considerações sobre a crônica literária no Brasil e os periódicos do século XIX. IV ENAPEL - Encontro Nacional de Pesquisadores e Periódicos Literários: percursos e propostas, 4, 2010, Feira de Santana. **Anais**. Feira de Santana:

Uefes, 2013. Disponível em: http://www2.uefs.br/enapel/files/4enapel_anais.p31-41.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

FEITOSA, A. A. F. M. A.; LEAL, F. T. de S. A educação ambiental em área com situação de risco: o caso da comunidade São Rafael, em João Pessoa - PB. **XVI Congresso Internacional de Tecnologia na Educação**, Recife, p. 2-12, 15 set. 2017.

FERREIRA, G. **O Botafogo da Paraíba completa 87 anos**. Mercado do Futebol, 2018. Disponível em: <https://mercadodofutebol.com/botafogo-da-paraiba/o-botafogo-da-paraiba-completa-87-anos/>. Acesso em: 17 maio 2021.

FILHA, M. B. de B. L. e M. **De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil Séculos XVI-XVIII**. 2004. Tese (Dissertação) - Universidade do Porto, Porto, 2004.

FGV-CPDOC. **Institutos de Aposentadoria e Pensões**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>. Acesso em: 20 maio 2021.

FLORES, E. C. Dos Feitos E Dos Ditos: História d Cultura Histórica. In: **Saeculum: Revista Histórica**, n. 16, João Pessoa, jan/jun. 2007

G1. **Brasil começou a cuidar do seu patrimônio histórico há 75 anos**. Distrito Federal. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/07/brasil-comecou-cuidar-do-seu-patrimonio-historico-ha-75-anos.html>. Acesso em: 30 abr. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVEIA, H. Há 120 anos nascia o padre Zé Coutinho: “O Pai dos Pobres”. **A União**, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_cultura/ha-120-anos-nascia-o-padre-ze-coutinho-o-pai-dos-pobres. Acesso em: 30 abr. 2021.

HABERMAS, J. **Mudanga estrutural da esfera pública/investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HERMANN, F. “Do sentimento”. In: **O Cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HONORATO, R. **Se essa cidade fosse minha...** João Pessoa: Editora UFPB, 1999.

IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

JORNAL DA PARAÍBA. **Padre Zé Coutinho pode ser o primeiro santo paraibano**. Jornal da Paraíba. Disponível em: https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/padre-ze-coutinho-pode-ser-o-primeiro-santo-paraibano.html. Acesso em: 30 abr. 2021.

JPB 1. **Patrimônio Histórico ameaçado em João Pessoa**. JPB 1, João Pessoa, 4 set. 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6125006/>. Acesso em: 3 set. 2021.

JUNQUEIRA, I. A. A.; VIANA, N. S. A memória social através do jornal fundinho cultural: crônicas da cidade de Uberlândia. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 24, p. 7–35, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/243415/33794#>. Acesso em: 9 mar. 2021.

KOURY, M. G. P. Os homens comuns pobres na expansão do núcleo urbano de João Pessoa, PB: a periferização da cidade. **Sociabilidades Urbanas** – Revista de Antropologia e Sociologia, João Pessoa, v. 2, n. 5, p. 15-28, julho de 2018. ISSN 2526-4702.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

MARTELOTTA, M. **Manual de linguística**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

MAIOR, M. M. S.; CÂNDIDO, G. A. Vulnerabilidade socioeconômica: um estudo transversal para o município de João Pessoa-PB. **Revista Principia**, v. 24, p. 72-87, 2014.

MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEMÓRIA JOÃO PESSOA. Disponível em: <http://memoriajoaopessoa.com.br/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

MICELI, S. **Poder, sexo e letras na República Velha**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. Revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOISÉS, M. **A criação literária**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

MOURA, F. (org.). **João Pessoas: A memória da cidade**. João Pessoa: Governo Municipal, 2008.

NUNES, J. **Padre Zé Coutinho**. João Pessoa: A União, 2000.

PEREIRA, W. **Crônica**: Arte do útil ou do fútil? - Ensaio sobre a crônica no jornalismo impresso. 1. ed. João Pessoa: Ideia, 1994. 159 p.

PESAVENTO, S. J. Crônica: a leitura sensível do tempo. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, p. 29-37, 14 jul. 1997.

RANKE, Maria da Conceição de Jesus; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. Breves considerações sobre fruição literária na escola. **Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT-nº**, v. 3, p. 2, 2011.

RODRIGUES, G. **Café Alvear**: Ponto de encontro perdido. 1. ed. João Pessoa: TextoArte, 2003.

RODRIGUES, G. **Notas do meu lugar**. 1. ed. João Pessoa: Acauã, 1978.

SÁ, J. de. **A Crônica**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1985.

SALES, G. M. A. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. **Entrelaces**, Ceará, p. 44-56, 13 ago. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/entrelaces/article/view/4890>. Acesso em: 24 fev. 2021.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2010.

SANTOS, R. M. dos. Usos da crônica no ensino de história: tempo e paisagem em Rachel de Queiroz. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, p. 1-11, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364423960_ARQUIVO_USOSDACRONICANOENSINODEHISTORIA.pdf. Acesso em: 4 mar. 2021.

SCHEIBE, R. A Recriação do Real: As Origens do Gênero Crônica no Brasil. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Manaus, 3 maio 2013. **Anais**. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/norte2013/resumos/R34-0215-2.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2021.

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SIEBERT, S. A crônica brasileira tecida pela história, pelo jornalismo e pela literatura. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 14, n. 3, p. 675-685, set./dez. 2014.

SILVEIRA, J. A. R. da. **Percursos e Processo de Evolução Urbana**: O Caso da Avenida Epitácio Pessoa na Cidade de João Pessoa-PB. Orientador: Tomás de Albuquerque Lapa. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

SOUTO MAIOR, M. M.; CÂNDIDO, G. **Vulnerabilidade socioeconômica**: um estudo transversal para o município de João Pessoa -PB. Revista Principia, João Pessoa, n. 24, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/159/129>. Acesso em: 10 maio 2021.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 96 p, 2009. Tradução de Caio Meira.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUZINO, Y. M. M. **Crônica**: uma intersecção entre o Jornalismo e Literatura, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/tuzino-yolanda-uma-interseccao.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PPGL)

MESTRADO

**ROTEIRO PARA A ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM AUTOR E
ESCRITOR GONZAGA RODRIGUES**

1. VIDA (perfil)

- Qual o seu nome completo?
- Em que dia o senhor nasceu?
- Quais os nomes dos seus pais?
- Em que cidade o senhor nasceu?
- Por que o senhor nunca usou o primeiro nome?
- Por que o senhor se mudou para João Pessoa?
- O senhor sempre trabalhou com jornalismo? Como foi sua entrada nesse ramo?
- Em que jornais o senhor já trabalhou?
- O senhor se imaginava trabalhando em outra coisa?
- Quantos livros o senhor já publicou?
- Como foi a construção do livro *Notas do meu lugar*?
- Que tipo de literatura o senhor gosta de consumir?

2. CIDADE

- O senhor sempre escreve sobre a cidade de João Pessoa, por quê?
- O que João Pessoa tem de especial em comparação com outras cidades? O que o senhor mais gosta daqui?
- Há coisas que o senhor não gosta em João Pessoa?
- Como é o seu processo de escrita? A cidade lhe inspira?
- O senhor mudaria de cidade? Voltaria para o interior?
- O senhor gosta de como a cidade foi evoluindo ao longo do tempo, ou acredita que era melhor antigamente?
- Em que aspectos João Pessoa poderia melhorar?

3. CRÔNICA

- Como o senhor define seus textos em termos de gênero?
- O que o senhor entende por crônica?
- Antônio Cândido dizia que a literatura não era feita de grandes cronistas e muita gente entende a crônica como um gênero menor, o senhor concorda com isso?
- José Octávio de Arruda Melo diz em Filipéia e outras saudades que o senhor é um historiador social. O senhor concorda com isso? Entende a importância de seu trabalho?

4. SOBRE AS CRÔNICAS

4.1 - Um Gênio

- O senhor lembra dessa crônica?
- O senhor conseguiria relembrar como foi realizada essa obra na Lagoa?
- O senhor lembra da gestão de Hermano Almeida? Foi um bom prefeito?
- Essa foi uma época de ditadura militar, o senhor se recorda de algum tipo de censura nos jornais da época?
- Como ficou a obra da Lagoa, ao terminar?
- A opinião do senhor era a mesma de muita gente?

4.2 – A grande lição

- O senhor tem memórias do Padre Zé? Chegou a conhecê-lo pessoalmente?
- O senhor ainda lembra do dia do funeral?
- Padre Zé era uma espécie de herói local? Tinha gente que não gostava dele?
- O Hospital Padre Zé já existia ou só foi construído depois de sua morte?
- O senhor acha que alguém já foi capaz de substituir, em importância, o Padre Zé?

4.3 – Preservar

- Nessa crônica, o senhor fala sobre a preservação do patrimônio histórico. Em que momento o senhor acha que isso se tornou uma real preocupação por parte dos órgãos competentes?
- Há alguma construção ou bairro específico que o senhor acha que foi abandonado pela administração pública?
- Como o senhor vê a questão da preservação do patrimônio nos dias de hoje?

4.4 – Cheiro de Acarajé

- O senhor ainda lembra com clareza desse processo de expansão?
- O senhor acha que, desde aquela época até agora, a área do distrito industrial já foi sendo negligenciada?
- Como o senhor vê o crescimento da área industrial de João Pessoa hoje? Acha que cresceu bem ou ainda está em ritmo lento, dado o porte da cidade?

- Sobre o comportamento dos pessoenses, sente que ainda é o mesmo que o senhor criticava no texto? As pessoas continuam sem saber o que se produz aqui?

4.5 – A avenida

- O que o senhor acha da Beira Rio hoje em dia? Seguiu o fluxo que o senhor imaginava?
- Como era o bairro da Torre antigamente?
- Como é o bairro da Torre hoje? Mudou muito?
- A Beira Rio, na sua opinião, hoje já é tão importante quanto a Epitácio Pessoa?

ANEXO 1 – Parecer consubstanciado do CEP

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Gonzaga Rodrigues e a preservação da memória histórica da cidade de João Pessoa - PB

Pesquisador: ELISA DAMANTE ANGELO E SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 35587920.4.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.247.122

Apresentação do Projeto:

bem estruturado com uma relevância importante de resgatar a história e as memórias de um país onde não se cultua e homenageia seus personagens

Objetivo da Pesquisa:

coerentes com a proposta de trabalho

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

inerentes a pesquisa dessa natureza

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

recomendo uma atenção especial ao não-explicito sob risco de lacunar a pesquisa no resgate aos feitos

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

atende as exigências institucionais

Recomendações:

atenção às análises dos dados da pesquisa

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

nenhuma

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 4.247.122

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1593283.pdf	20/07/2020 21:15:13		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoFinal.pdf	20/07/2020 21:14:22	ELISA DAMANTE ANGELO E SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaassinada.pdf	20/07/2020 20:45:12	ELISA DAMANTE ANGELO E SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 31 de Agosto de 2020

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br